

Metodologia da Pesquisa Científica

PROFESSORA

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro

L
U
G
E
S
@
G
I
S

EXPEDIENTE

DIREÇÃO UNICESUMAR

Reitor Wilson de Matos Silva **Vice-Reitor** Wilson de Matos Silva Filho **Pró-Reitor de Administração** Wilson de Matos Silva Filho **Pró-Reitor Executivo de EAD** William Victor Kendrick de Matos Silva **Pró-Reitor de Ensino de EAD** Janes Fidélis Tomelin **Presidente da Mantenedora** Cláudio Ferdinandi

NEAD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Diretoria Executiva Chrystiano Mincoff, James Prestes, Tiago Stadon **Diretoria de Graduação e Pós-graduação** Kátia Coelho **Diretoria de Cursos Híbridos** Fabrício Ricardo Lazilha **Diretoria de Permanência** Leonardo Spaine **Diretoria de Design Educacional** Paula Renata dos Santos Ferreira **Head de Graduação** Marcia de Souza **Head de Metodologias Ativas** Thuinié Medeiros Vilela Daros **Head de Tecnologia e Planejamento Educacional** Tania C. Yoshie Fukushima **Gerência de Planejamento e Design Educacional** Jislaine Cristina da Silva **Gerência de Tecnologia Educacional** Mário Alexandre Wecker **Gerência de Produção Digital** Diogo Ribeiro Garda **Gerência de Projetos Especiais** Edison Rodrigo Valim **Supervisora de Produção Digital** Daniele Correia

FICHA CATALOGRÁFICA

Coordenador(a) de Conteúdo

Waleria Henrique dos Santos Leonel

Projeto Gráfico e Capa

André Morais, Arthur Cantarelli e
Matheus Silva

Editoração

Isabela M. Belido

Design Educacional

Giovana Vieira Cardoso

Revisão Textual

Cindy Mayumi Okamoto Luca

Ilustração

Natalia de Souza Scalassara
André Azevedo

Fotos

Shutterstock

C397 CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ.

Núcleo de Educação a Distância. **CORDEIRO**, Suzi Maria Nunes.

Metodologia da Pesquisa Científica.

Suzi Maria Nunes Cordeiro.

Maringá - PR.: UniCesumar, 2021.

208 p.

"Graduação - EaD".

1. Metodologia 2. Pesquisa 3. Científica. 4. EaD. I. Título.

Impresso por:

CDD - 22 ed. 001.42

CIP - NBR 12899 - AACR/2

ISBN 978-65-5615-488-6

Bibliotecário: João Vivaldo de Souza CRB-9-1679



NEAD - Núcleo de Educação a Distância

Av. Guedher, 1610, Bloco 4 Jd. Adimação - Cep 87050-900 | Maringá - Paraná

www.unicesumar.edu.br | 0800 600 6360

BOAS-VINDAS

A UniCesumar celebra os seus 30 anos de história avançando a cada dia. Agora, enquanto Universidade, ampliamos a nossa autonomia e trabalhamos diariamente para que nossa educação à distância continue como uma das melhores do Brasil. Atuamos sobre quatro pilares que consolidam a visão abrangente do que é o conhecimento para nós: o intelectual, o profissional, o emocional e o espiritual.

A nossa missão é a de "Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária". Neste sentido, a UniCesumar tem um gênio importante para o cumprimento integral desta missão: o coletivo. São os nossos professores e equipe que produzem a cada dia uma inovação, uma transformação na forma de pensar e de aprender. É assim que fazemos juntos um novo conhecimento diariamente. São mais de 800 títulos de livros didáticos como este produzidos anualmente, com a distribuição de mais de 2 milhões de exemplares gratuitamente para nossos acadêmicos. Estamos presentes em mais de 700 polos EAD e cinco campi: Maringá, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Corumbá), o que nos posiciona entre os 10 maiores grupos educacionais do país.

Aprendemos e escrevemos juntos esta belíssima história da jornada do conhecimento. Mário Quintana diz que "Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas". Seja bem-vindo à oportunidade de fazer a sua mudança!

Tudo isso para honrarmos a nossa missão, que é promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.

Reitor

Wilson de Matos Silva



MINHA HISTÓRIA

MEU CURRÍCULO



**Aqui você pode
conhecer um
pouco mais sobre
mim, além das
informações do
meu currículo.**

Suzi Maria Nunes Cordeiro

Sou a professora Suzi Cordeiro. Desde que iniciei a graduação, há alguns anos, interessei-me por pesquisas científicas. Muitos têm como hobby a leitura deleite, aquele clássico da dramaturgia. Eu prefiro os livros densos de ciências, os artigos científicos. Gosto de passar horas grifando os estudos de autores e descobrir que, quanto mais eu estudo, mais tenho o que descobrir sobre esse vasto mundo e, principalmente, sobre o meu tema preferido: a complexidade humana. No entanto, não é apenas de leitura que vive um professor, não é mesmo? Adoro música boa e reflexiva, filmes com bons conteúdos e boas histórias! Assim eu passo o meu tempo, aliando o conhecimento e aprendendo até enquanto descanso.

Até mais!

PROVOCAÇÕES INICIAIS

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Olá, estudante!

Convido-lhe a conhecer o que são, afinal, pesquisas científicas, suas características e finalidades. Além disso, a partir da leitura deste livro, você entenderá, por meio das discussões iniciais, as etapas e as classificações da pesquisa científica. Você também compreenderá os diferentes métodos científicos, a fim de identificar a finalidade de cada um.

Em seguida, você se deparará com a oportunidade de identificar as diversas modalidades de trabalhos acadêmicos científicos, com o objetivo de entender as suas etapas, estruturas e organizações. A exploração das bases das pesquisas científicas é necessária para saber quais são confiáveis e como utilizá-las. Além do mais, precisamos conhecer os aspectos éticos da pesquisa científica.

Em um terceiro momento, você conhecerá a estrutura e as etapas de elaboração de um Projeto de Pesquisa, a fim de compreender a sua organização e finalidade. Não só, mas também compreenderá a estrutura e as etapas de construção de um artigo, com o objetivo de publicar pesquisas científicas reconhecendo os recursos editoriais.

No decorrer da leitura, você identificará, nas Normas Brasileiras (NBRs), a maneira correta de elaboração das citações acadêmicas, para que possa realizar pesquisas científicas. Além disso, entenderá como se dá a elaboração de referências e conhecerá os recursos de formatação e de diagramação para citações e referências.

Por fim, esperamos que você conheça as normas técnicas brasileiras mais utilizadas na elaboração de pesquisas científicas, a fim de compreender os procedimentos exigidos, estudar os direitos autorais e saber mais sobre o plágio. Também identificará, nas normas brasileiras, as estruturas dos trabalhos acadêmicos e compreenderá as normas da APA, a fim de conhecer as suas regras e os seus estilos de formatação.

Assim, você poderá iniciar, continuar e finalizar as pesquisas científicas, enquanto acadêmico(a), com mais conhecimento e ética, o que auxilia na promoção do seu trabalho e das suas experiências. Bons estudos!

RECURSOS DE IMERSÃO



REALIDADE AUMENTADA

Sempre que encontrar esse ícone, esteja conectado à internet e inicie o aplicativo Unicesumar Experience. Aproxime seu dispositivo móvel da página indicada e veja os recursos em Realidade Aumentada. Explore as ferramentas do App para saber das possibilidades de interação de cada objeto.



RODA DE CONVERSA

Professores especialistas e convidados, ampliando as discussões sobre os temas.



PÍLULA DE APRENDIZAGEM

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Posicionando seu leitor de QRCode sobre o código, você terá acesso aos vídeos que complementam o assunto discutido.



PENSANDO JUNTOS

Ao longo do livro, você será convidado(a) a refletir, questionar e transformar. Aproveite este momento.



EXPLORANDO IDEIAS

Com este elemento, você terá a oportunidade de explorar termos e palavras-chave do assunto discutido, de forma mais objetiva.



NOVAS DESCOBERTAS

Enquanto estuda, você pode acessar conteúdos online que ampliam a discussão sobre os assuntos de maneira interativa usando a tecnologia a seu favor.



OLHAR CONCEITUAL

Neste elemento, você encontrará diversas informações que serão apresentadas na forma de infográficos, esquemas e fluxogramas os quais te ajudarão no entendimento do conteúdo de forma rápida e clara

Quando identificar o ícone de QR-CODE, utilize o aplicativo **Unicesumar Experience** para ter acesso aos conteúdos on-line. O download do aplicativo está disponível nas plataformas:



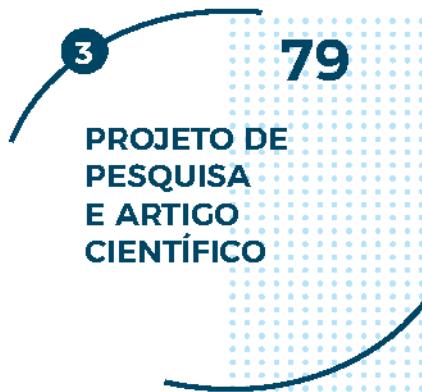
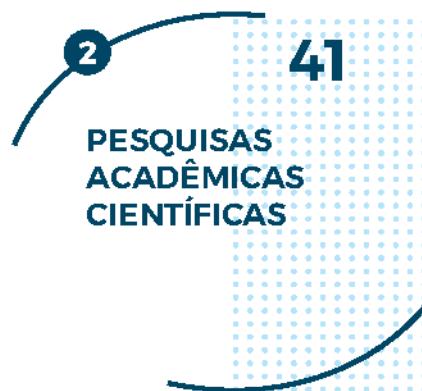
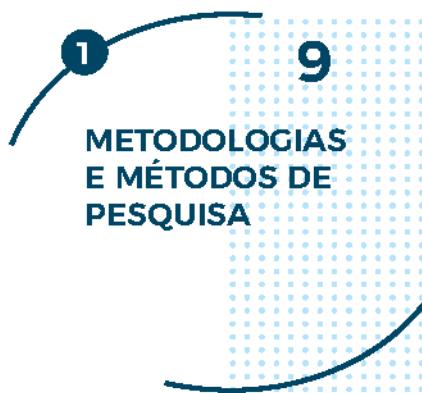
Google Play



App Store



CAMINHOS DE APRENDIZAGEM



Metodologias e Métodos de Pesquisa

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro

OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Conhecer as pesquisas científicas, a fim de compreender as suas características e finalidades. Explanar as etapas e as classificações da pesquisa científica, com o objetivo de conhecer os seus conceitos e aplicações práticas. Compreender os diferentes métodos científicos, com o intuito de identificar a finalidade de cada um.

Ao longo de nossa vida acadêmica e profissional, realizamos muitas pesquisas para desenvolvermos determinadas atividades teóricas e práticas. Durante a graduação, por exemplo, você teve que realizar várias pesquisas e fazer leituras de textos científicos, a fim de resolver questões e elaborar outras atividades. Por isso, apresentamos o caso de Sophi Lara, uma aluna do último ano da graduação que, depois de percorrer toda a trajetória do curso, só precisa elaborar um artigo final que evidencie os conhecimentos adquiridos na faculdade. Depois disso, finalmente conquistará o seu tão sonhado diploma.

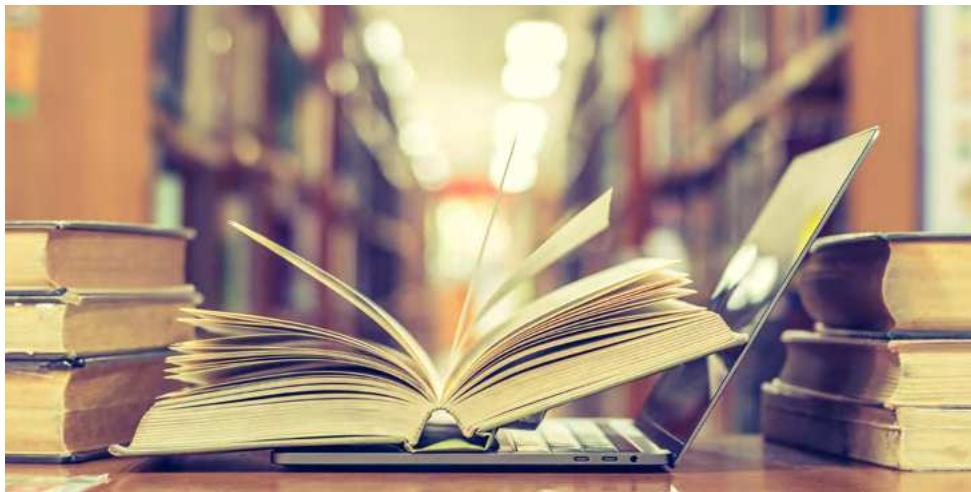
Em detrimento de, na graduação, depararmo-nos com diferentes temáticas voltadas à nossa futura área de atuação, é comum ficarmos em dúvida sobre qual escolher para dissertar. É justamente essa dúvida que Sophi Lara está enfrentando. Ela já sabe que um artigo exige organização e precisa ser fundamentado de forma científica, porém, não sabe qual tema escolher e como escrevê-lo de forma estruturada. Diante do exposto, como Sophi Lara poderia iniciar os seus processos de pesquisa e de escrita científica?

Sophi Lara está com dificuldades em escolher o tema de seu artigo devido às múltiplas possibilidades que ela carrega consigo. Além disso, a estrutura de um texto científico é muito importante para que as ideias sobre as quais escreveremos estejam de forma linear e compreensíveis para o leitor. Diante disso, alguns elementos são fundamentais no momento em que escrevemos sobre qualquer assunto e em todos os gêneros textuais da academia. São eles: a problemática da pesquisa e os objetivos a serem alcançados. Assim, é preciso redigirmos as nossas ideias iniciais no papel, para que decidamos o que nos inquieta e saibamos aonde queremos chegar com a nossa pesquisa, ou seja, com a resposta do nosso problema inicial.

Para ficarem evidentes a importância da pesquisa e a relevância da escrita do texto de forma organizada, o que acha de aprender o modo como funciona a escolha de um tema e saber como se dá a estruturação de um texto científico? Suponha que você deve realizar um trabalho de conclusão de curso para ser aprovado(a) nesta disciplina: qual tema você escolheria? Por quê? Faça uma lista com três temas que mais te agradam ou que mais te inquietam e, para cada um, elabore uma questão que você desejaría descobrir sobre o assunto. Posteriormente, redija a estrutura do seu texto. São questões norteadoras: o que teria na introdução? Quantos subtítulos teriam o meu desenvolvimento? O que teria na conclusão? Assim, começamos a dar corpo a um texto científico que se pretende escrever.

Agora que você conhece um pouco o que gostaria de escrever e sabe como seria a estrutura do texto, você percebeu que a pesquisa tem um caminho a ser seguido para facilitar o seu processo de escrita científica. Com base nessa experiência, no diário de bordo a seguir, anote os elementos que você acredita que precisaria elaborar para iniciar o desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso, de forma que ele seja bem estruturado.

DIÁRIO DE BORDO



Começaremos os nossos estudos pelas principais características da pesquisa científica. Apesar de estarmos imersos na realização de pesquisas desde que somos inseridos na escola, na Educação Básica, poucas vezes, entendemos-nos enquanto pesquisadores e nos conscientizamos de que, de fato, estamos realizando pesquisa. Portanto, é pertinente lhe perguntar, caro(a) aluno(a): o que é pesquisa? Refletir sobre o significado dessa palavra vai muito além de buscar referências que nos ajudem a responder ao questionamento, mas exige a lembrança de todas as nossas ações acadêmicas.

No que diz respeito ao conceito de “pesquisa”, para Pádua (2012, p. 32), trata-se de “toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos”. Assim, os conhecimentos sistematicamente elaborados e adquiridos nos ajudarão a compreender a nossa realidade e a atuar sobre ela de forma orientadora. Nesse sentido, a construção do saber se amplia na sociedade, ao passo que cada conhecimento é (re)passado para as novas gerações, as quais apresentam novas ideias, perspectivas e descobertas.

Após entendermos o que é pesquisa, devemos nos perguntar: para quê pesquisar? Ora, nada em nossa sociedade existiria sem pesquisa. Tudo o que vemos, usamos e pensamos tem uma pesquisa envolvida. Se, hoje, estamos refletindo sobre a importância da pesquisa, é porque na Grécia Antiga os grandes filósofos já se questionavam sobre questões básicas, mas fundamentais para a nossa vida. Alguns questionamentos eram: de onde viemos? Por que vivemos? Para onde vamos? O que é felicidade? O que é amor? Essas perguntas iniciais, ao longo de toda a história humana, tornaram-se cada vez mais complexas. Algumas não têm

uma resposta definitiva, enquanto outras, as quais tinham uma resposta no início, atualmente, carregam explicações completamente diferentes.

A pesquisa nos move não apenas quanto indivíduos, mas como seres coletivos, em busca de um bem-estar social. Precisamos refletir sobre o modo como podemos melhorar a nossa sociedade e, por isso, a pesquisa é importante em todas as áreas, na educação, na saúde, na política, na economia, na segurança, enfim, sobre o amplo complexo da vida humana. Ao interligarmos a definição do que é pesquisa com os motivos pelos quais precisamos pesquisar, compreendemos que, para conhecer, é necessário pesquisar. Logo, o caminho para se chegar ao conhecimento é a pesquisa. Quem a realiza?

Caro(a) estudante, você pode estar se pensando: quantas perguntas em tão poucos parágrafos! Todavia, o conhecimento é construído diante de conflitos cognitivos. A cada pergunta, espero que você se sinta desconfortável diante da falta de resposta e tenha as inquietações para buscar as respostas e, então, realizar pesquisas. Nesse momento, já temos outra resposta, pois quem realiza a pesquisa somos nós, que estamos em busca de um conhecimento que nos falta ou que é incompleto, ou seja, que precisa ser estudado.

Figura 1 - A Escola de Atenas



Descrição da Imagem: a figura é um quadro do pintor Rafael que mostra a Academia de Atenas do Período Antigo. Nela, algumas pessoas formam um corredor no que seria um pátio com escadaria e observam dois filósofos caminhando e conversando. Esses dois filósofos seriam Aristóteles e Platão, cada um com um livro em suas mãos. Todos na imagem vestem túnicas e há um manto sobre eles.

A pesquisa surge de uma inquietação perante um conflito cognitivo. Sempre que nos vemos em uma situação que exige as respostas para “o que”, “como” e “por que”, estamos a um passo de realizar uma pesquisa (DEMO, 2012). Por isso, para iniciar o processo de escrita, o pesquisador precisa ter delineada a problemática que pretende resolver, responder e/ou apresentar soluções. Laville e Dionne (1999) salientam que uma questão-problema pode ser observada de diferentes ângulos: social, econômico, psicológico, pedagógico, histórico ou científico. Para saber a classificação de cada uma, em conjunto com a problematização, é originada a hipótese, ou seja, o que o pesquisador acredita que seja a resposta daquele problema. De posse desses dois fatores (problema e hipótese), decidiremos as abordagens que seguiremos na busca pela comprovação ou pela refutação de nossa hipótese. Vejamos um exemplo a seguir.

Suponhamos que um pesquisador queira delimitar a relação estabelecida entre a alimentação de uma gestante e o desenvolvimento do seu bebê. A pergunta norteadora de sua pesquisa poderia ser: como a alimentação materna implica no desenvolvimento do feto? Essa questão pode ser analisada pela perspectiva social, que investigará as diferentes formas de alimentação que temos em nossa sociedade: algumas pessoas carregam hábitos mais saudáveis, outras são veganas e, outras, ingerem *fast foods*. A pergunta também pode ser analisada pelo viés psicológico cognitivo ou psicopedagógico, que observará as implicações da alimentação no desenvolvimento intrauterino e especificará as fontes de proteínas necessárias para o desenvolvimento cognitivo do bebê. O elemento que define o caminho a ser percorrido pelo pesquisador é a sua hipótese, ou seja, o que ele acredita que seja a implicação da alimentação materna e o desenvolvimento do bebê.

De acordo com Köche (2012, p. 109) as hipóteses devem:

- a) trazer sentenças diretas e declarativas, sem ambiguidades que possam dificultar o seu entendimento; b) ter uma clara relação entre as variáveis (um aspecto muito importante a ser observado na execução da própria pesquisa); c) ser verificáveis, ou seja, devem apresentar possibilidades de serem traduzidas “em consequências empíricas que possam ser submetidas a testes, contrastáveis com a realidade”.

Não é viável elencar hipóteses que não tenham relação com o tema da pesquisa ou que não sejam passíveis de testagem para comprovação ou refutação. São elas que direcionam o pesquisador nas escolhas dos métodos adequados para responder o seu problema. Ao passo que a problemática deve ser algo significativo para o sujeito e/ou pesquisador, se afirmamos que a pesquisa é a construção dos conhecimentos individual e coletivo, não é viável pesquisar aquilo que já tem respostas.

Isso nos leva a pensar sobre outro elemento fundamental da pesquisa: o objetivo. Qual é o objetivo de determinada pesquisa para o sujeito e/ou para a sua sociedade? Há uma infinidade de verbos que ajudam a caracterizar o objetivo da pesquisa, tais como: analisar, investigar, verificar, comprovar, experimentar e observar. Cada um desses verbos exprime, logicamente, a ação do pesquisador diante de sua problemática. Ainda em relação ao vínculo estabelecido entre a alimentação materna e o desenvolvimento do bebê, enquanto objetivos, poderíamos elencar:

- Investigar a alimentação de gestantes.
- Observar o desenvolvimento dos recém-nascidos de mães veganas e não-veganas, a fim de comparar o desenvolvimento dos seus bebês.

As possibilidades são múltiplas e precisamos definir qual será o nosso foco em meio a todas. Essa delimitação é importante, pois ajuda a decidir as escolhas que formarão a metodologia de pesquisa.

A forma com que percorremos o caminho no campo da pesquisa científica é denominada “metodologia”. Por isso, é necessário entendermos como ela funciona e sabermos quais são as suas características, etapas e classificação, pois, assim, será possível escolher o caminho adequado. O processo de elaboração de um projeto ou de uma pesquisa científica, tais como trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações e teses, exige a realização de um planejamento minucioso, reflexões com base sólida e conhecimentos consistentes sobre o que pretendemos investigar, com o objetivo de que os resultados sejam satisfatórios.

“Se você não sabe para onde vai, todos os caminhos o levarão a lugar nenhum”. Henry Kissinger (1952)



Descrição da Imagem: a figura mostra uma paisagem. Ao meio, há uma estrada bifurcada que contém duas placas, cada uma apontando para uma direção.

De acordo com Goldenberg (2004, p. 1), a “curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão são algumas exigências para o desenvolvimento de um trabalho criterioso, baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade”. Nesse contexto, o sucesso da pesquisa dependerá de dois fatores: primeiro, do procedimento a ser seguido e, segundo, do envolvimento do pesquisador e de suas habilidades em escolher o melhor caminho para atingir os objetivos da pesquisa.

Assim, podemos constatar que a pesquisa não é um trabalho previsível e totalmente controlável. A escolha da metodologia, ou seja, do caminho que será trilhado requer reinvenção constante, muita criatividade e imaginação por parte do pesquisador. Partindo da premissa de que o ato de pesquisar é uma necessidade de todos os indivíduos, a busca em alcançarmos a qualificação desse processo de investigação se dará por meio científico. Desse modo, é necessário, minimamente, o uso da metodologia científica:

As pesquisas geram as ciências, e por sua vez, as tecnologias. Abrangem todas as áreas onde atua o homem, desde a produção de utensílios domésticos, passa pela produção industrial, agricultura, telecomunicação, informática, até a biotecnologia. Por meio dela, tem o homem explorado, de forma mais rápida e eficiente, o meio ambiente, o espaço, a melhoria do setor agropecuário e da qualidade da educação, além de novas descobertas nas áreas médica, farmacêutica, informática, entre outras (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2017, p. 13).

Nesse contexto, estudos científicos produzem conhecimentos por meio de procedimentos, métodos ou produtos que proporcionam melhor qualidade de vida a todos. Enquanto ciência, classificamos os conhecimentos científicos que se renovam por meio da pesquisa, seja resolvendo problemas, desenvolvendo equipamentos, produtos ou procedimentos, ou, ainda, respondendo aos questionamentos existentes acerca do que é pesquisado. Alguns autores conceituam “ciência” como o conjunto de atividades racionais ou atitudes dirigidas ao conhecimento sistemático que precisam de um objeto limitado que seja capaz de ser submetido à verificação (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2017).

Por isso, uma boa pesquisa tem um caminho com opções de escolhas adequadas ao pesquisador, de forma que ele possa selecionar a teoria, os materiais e as formas de análises que darão subsídios para comprovar ou refutar a sua hipótese e atingir os seus objetivos. Essa seleção adequada é o que chamamos de rigor científico, pois precisamos analisar, pesquisar e comprovar tudo o que afirmamos por meio de estudos e teorias embasadoras. Não só, mas também devemos descartar qualquer forma de senso comum, ainda que ele seja o nosso ponto de partida em alguns casos.

Com base em Castilho, Borges e Pereira (2017, p. 15-16), podemos verificar os níveis de conhecimento e as características que cada pesquisa pode proporcionar.

Quadro 1 - Níveis de conhecimento e suas características

CONHECIMENTOS	CARACTERÍSTICAS
Empírico	Refere-se ao conhecimento prático, obtido ao acaso, após inúmeras tentativas. É adquirido e acumulado por meio de terceiros, da vivência e dos problemas do dia a dia. É obtido por qualquer ser humano e se baseia na experiência pessoal. É o modo comum, espontâneo e pré-crítico pelo qual o homem tem de conhecer tudo o que acontece ao seu redor. Não exige comprovação científica.

Filosófico	Baseia-se na experiência, e não na experimentação. É um conhecimento que busca constantemente o sentido da justificação, da possibilidade de interpretações a respeito de tudo aquilo que envolve o homem. Pauta-se em ideias, conceitos, observações, reflexões e experiências. Apesar de não exigir experimentação, trabalha por meio da coerência lógica, indaga e assume posições. Não exige comprovação científica justamente porque se baseia em conhecimentos explicativos da vida, do mundo e da morte, sem a obrigação da comprovação prática.
Teológico	Apoia-se em doutrinas e no conhecimento revelado (são exemplos: Bíblia e Alcorão). Os conhecimentos são originados e seguidos como obra de Deus. Suas evidências não são verificadas, mas regidas pela fé, ou seja, são dogmáticas. Não exige comprovação científica.
Sociojurídico	Baseia-se na relação dos fatores sociais e políticos com a ordem normativa, ou seja, o liame entre a ordem jurídica e a ordem sociopolítica. São exemplos: o exercício dos direitos e os deveres decorrentes da cidadania frente ao ordenamento jurídico. Exige comprovação científica no âmbito das ciências sociais.
Científico	Refere-se ao conhecimento obtido por meio da experimentação, utilizando a metodologia científica. Caracteriza-se pela capacidade de analisar, explicar, desdobrar, justificar, induzir, aplicar leis e predizer com segurança eventos similares futuros. Assim, o conhecimento científico surge não apenas da necessidade de se encontrar soluções para problemas de ordem prática da vida diária, mas do desejo de se fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas. Exige comprovação científica.

Fonte: Castilho, Borges e Pereira (2017).

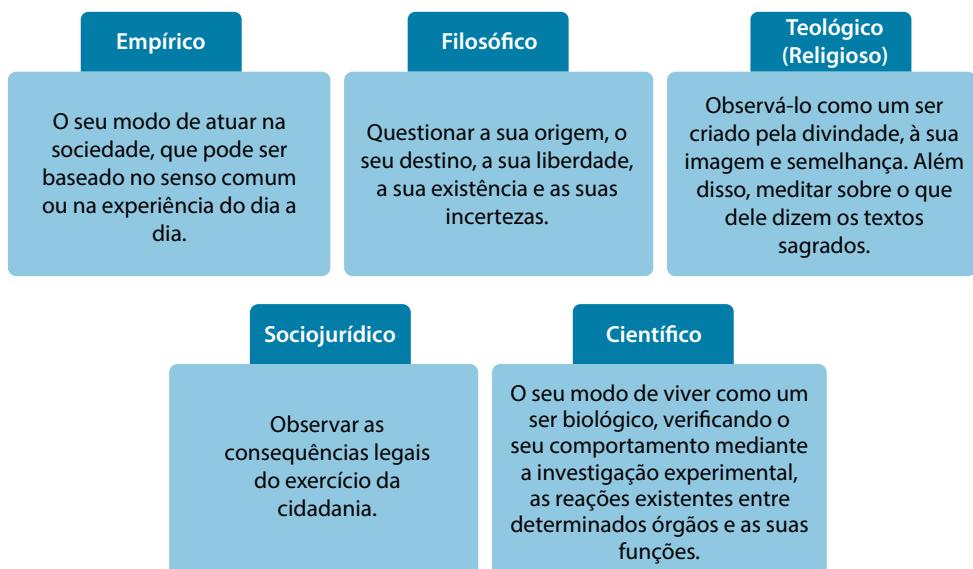
Apesar do movimento de muitos pesquisadores, professores, intelectuais e filósofos, no decorrer de séculos, em tentar definir um método universal e que conseguisse atender aos diferentes ramos do conhecimento, é possível afirmar que, em cada período histórico, o homem busca métodos que respondam às inquietações de seu tempo. Atualmente, a ciência dispõe de uma variedade de métodos.

Diante disso, é válido ressaltar que o objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos. Gil (2008, p. 27) sustenta que:

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação [...] determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento [...]. Considerando esse grande número de métodos científicos, surge o interesse em classificá-los.

Outros autores também compactuam com a separação dos conhecimentos em níveis. Marconi e Lakatos (2003) consideram a separação metodológica em níveis de conhecimento, o que permite que o sujeito pesquisador esteja em diversas áreas ao mesmo tempo. Os estudiosos exemplificam a ideia defendida considerando o estudo do ser humano, que é apresentado na figura a seguir.

Figura 2 - O ser humano e os níveis de conhecimento



Fonte: adaptada de Marconi e Lakatos (2003).

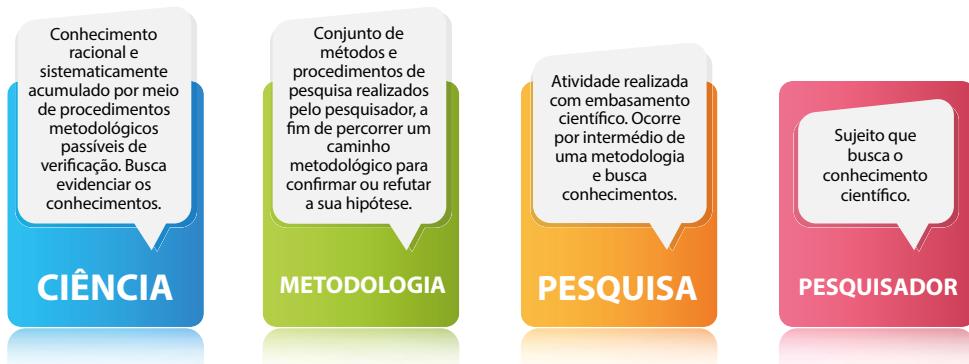
Descrição da Imagem: a figura apresenta os níveis de conhecimento, que são divididos em empírico, filosófico, teológico/religioso, sociojurídico e científico, e as suas respectivas características.

Ao passo que a humanidade foi evoluindo em relação aos seus conhecimentos historicamente acumulados, o que proporcionou novas pesquisas, testes e métodos para cada estudo, cada forma de pesquisa ganhou um corpo metodológico. Diante disso, não existe uma única forma de realizar investigações e experimentações, ou seja, não existe apenas uma resposta correta. O que temos são fatos comprovados por diferentes perspectivas e que, da prática, resultam em novas teorias, ao passo que, das teorias, surgem novas práticas.

Gil (2008) salienta que a pesquisa é um conjunto de procedimentos que são sistematizados e baseados no raciocínio lógico, a fim de encontrar soluções para os problemas presentes nas diversas áreas por meio da metodologia científica. Em outras palavras, trata-se de um conjunto de métodos e procedimentos que comprovam ou refutam hipóteses. Assim, podemos considerar a pesquisa enquanto a efetivação do desenvolvimento de uma investigação que foi planejada e redigida segundo as normas metodológicas estabelecidas pela ciência. Gil (2008) ainda defende que alguns atributos são desejáveis e inerentes ao bom pesquisador. São eles: conhecimento sobre o assunto, criatividade, curiosidade, sensibilidade social, integridade intelectual, disciplina, paciência, perseverança, confiança e humildade.

Para compreender, de forma mais objetiva, os conceitos apresentados até aqui, observe o quadro a seguir.

Quadro 2 - Definição de ciência, metodologia, pesquisa e pesquisador



Fonte: adaptado de Gil (2008).

Descrição da Imagem: a figura está dividida em duas partes. Ela demonstra os elementos que compõem os saberes científicos e descreve cada um.



Com base nos conceitos de pesquisa e nas ações envoltas, você já consegue se ver como um(a) pesquisador(a)? Quais atributos citados por Gil (2008) você já tem e quais ainda precisa desenvolver?

A teoria que o pesquisador utiliza para nortear os seus estudos define a metodologia da pesquisa e caracteriza o seu estudo como científico. Há uma infinidade de teorias a serem escolhidas, as quais dependem da área de estudo (humanas, exatas ou biológicas, por exemplo), do nível de conhecimento, da problemática e do objetivo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, essas teorias advêm de enfoques, tais como:

- **Empirismo:** surgiu na Idade Moderna. Com forte influência britânica, considera o conhecimento sobre o mundo a partir de experiências sensoriais. Como líder, está John Locke, mas também se remonta a filósofos da Antiguidade, tais como Aristóteles (BERKELEY, 1998).
- **Positivismo:** advindo da Europa, no século XIX, considera a ciência como o único meio de construção do conhecimento verdadeiro e prima pelas ciências humanas e sociais. Auguste Comte, na França, é considerado o “pai” da sociologia. John Stuart Mill e Hebert Spencer, na Inglaterra, Ernst Heckel, na Alemanha, e Roberto Argidò, na Itália, são alguns de seus representantes (BRANDÃO, 2011).
- **Marxismo:** para Marx (1982), a ideia é o próprio real transposto e traduzido no pensamento do homem e essa leitura dialética e materialista sobre a ideia e o real é o que determina o método de análise marxista. A sua efetivação estruturada é concebida em meados do século XIX.
- **Fenomenologia:** ganhou notoriedade no final do século XIX e início do XX. Trata-se de uma meditação lógica que exclui as incertezas e prima pelas ciências exatas. Surgiu na Alemanha, com Edmundo Husserl, que recebeu influências do pensamento de Platão, Descartes e Brentano (SILVA; LOPES; DINIZ, 2008).

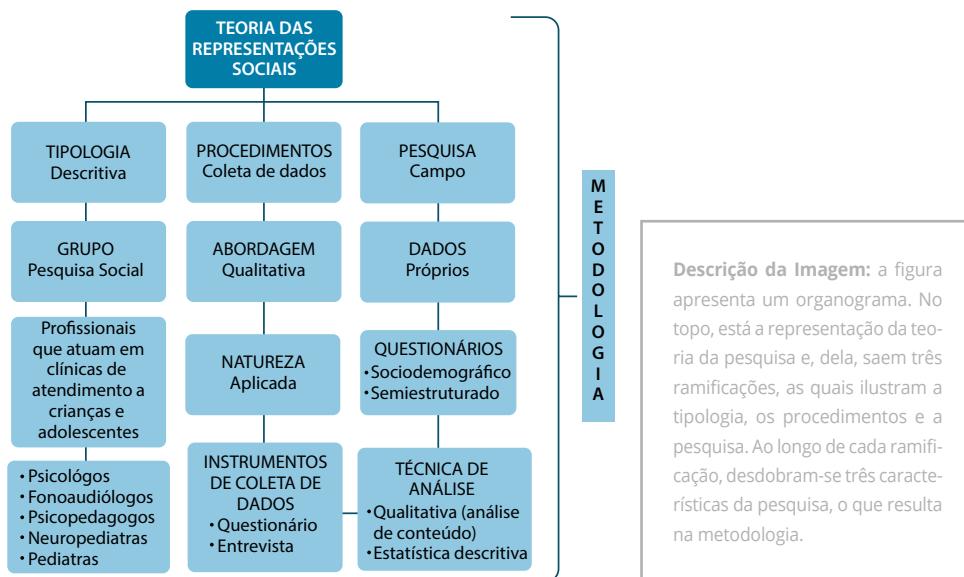
De acordo com Triviños (1987, p. 117):

Os enfoques crítico-participativos, baseados na visão histórico-estrutural-dialética da realidade social, demandam o conhecimento (através de percepções, reflexão e intuição) da realidade a fim de que esta seja transmutada em processos contextuais e dinâmicos complexos (Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm, Habermas etc.).

É importante nos apropriarmos, a partir de agora, do conceito e das características de cada pesquisa. Para tanto, precisamos compreender as formas de classificação dos estudos científicos, as quais serão apresentadas a seguir.

Quanto à classificação e às etapas da pesquisa científica, refletiremos um pouco. Quando pensamos em “classificação da pesquisa”, logo nos vem à mente duas formas: qualitativa e quantitativa. Contudo, essas não são as únicas formas de classificá-la. Há diferentes nomenclaturas dentro do processo metodológico as quais precisamos diferenciar e que poderão classificar a nossa pesquisa. Vejamos, como exemplo, a figura a seguir.

Figura 3 - Metodologia de pesquisa



Fonte: Cordeiro (2019, p. 137).

É visível que, no topo da Figura 3, encontra-se a teoria norteadora de toda a pesquisa. Já sabemos que temos muitas teorias, tais como a histórico-cultural, a das representações sociais e a epistemologia genética. Contudo, cabe a cada pesquisador, por meio de suas leituras e levantamentos bibliográficos, selecionar a teoria e/ou autor que melhor fundamente a sua pesquisa, ou seja, que lhe dê o apporte teórico necessário para guiar as suas descobertas e os seus argumentos. Além de a escolha da fundamentação teórica ser relativa à área de pesquisa, ela precisa ser fiel à problemática e aos objetivos do pesquisador.

Em seguida, estão, no organograma, a tipologia, os procedimentos, a classificação da pesquisa, os grupos envolvidos, a abordagem, os dados coletados, a natureza e os instrumentos e as técnicas de análises utilizados. Tudo isso evidencia a metodologia que a pesquisadora utilizou para comprovar ou refutar a sua hipótese. Cada um dos itens que auxiliam na classificação das pesquisas será estudado a partir de agora.

No que tange à tipologia da pesquisa, ela expressa o modo como serão conduzidos os objetivos geral e específicos do pesquisador, a fim de obter os resultados esperados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Segundo Triviños (1987), os estudos descritivos visam descrever com exatidão os fatos e os fenômenos da realidade, com o objetivo de compreender as características de determinado grupo, os seus valores e possíveis problemas relacionados à cultura. Também há a pesquisa com fins exploratórios, as quais, como o próprio nome sugere, objetiva explorar o objeto de estudo, que pode ocorrer por meio de um estudo de caso, um processo de sondagem, uma entrevista com pessoas que têm experiências ou com o objeto da pesquisa. Por fim, temos as pesquisas com fins explicativos, que objetivam explicar a razão do objeto pesquisado, os motivos pelos quais acontecem determinados fenômenos, a realidade, os comportamentos, dentre outros (TRIVIÑOS, 1987).

O procedimento adotado para uma pesquisa está intimamente relacionado com o nível de conhecimento que se objetiva (empírico, filosófico, teológico, sociojurídico ou científico) e há várias possibilidades de escolha. Destacamos algumas citadas por Köche (2012):

Quadro 3 - Procedimentos de pesquisa e suas características

Procedimentos de pesquisa e suas características	
Bibliográfico	Toda pesquisa se inicia com uma revisão bibliográfica. Trata-se da leitura e da análise de materiais já publicados sobre o assunto, tais como livros, artigos, periódicos, <i>papers</i> , entrevistas e reportagens, seja de forma física, seja de forma digital. Algumas pesquisas pausam nos estudos bibliográficos, enquanto outras vão para além e utilizam os demais procedimentos a seguir.
Documental	Estudo analítico a partir de documentos antigos ou atuais, tais como cartas, prontuários médicos, legislações e outras formas de documentos de quaisquer áreas de investigação. É mais utilizado pelas ciências biológicas e pelas ciências humanas, letras e artes, principalmente em história e filosofia.
Observação	Realização da observação do objeto da pesquisa para relatos e descrições. Muito utilizado nas ciências biológicas, na veterinária e na zootecnia para análise de diferentes aspectos de animais e plantas, mas também pode ser utilizado por outras áreas e grupos/objetos.
Experimentação	Tem como objetivo verificar a relação de causalidade entre duas ou mais variáveis. Muito utilizado pela química e pela física para comprovações voltadas às reações químicas e aos fenômenos, mas também pode ser usado por outras áreas com diferentes estudos.
Pesquisa-ação	Trata-se de um estudo em que o pesquisador age e/ou interage com o objeto de pesquisa. Muito utilizado em diversas áreas para ações de natureza política, social, pedagógica e clínica, em que há, na maioria das vezes, uma intervenção do pesquisador sobre determinado problema em um grupo, por exemplo.
Coleta de dados	Refere-se às pesquisas em que não há, como produto principal de análise, algo que já está pronto, como documento ou livros. Dessa forma, o próprio pesquisador dará origem ao material de análise, tais como questionários, entrevistas gravadas em áudio e vídeos produzidos e gravados para análises.

Fonte: adaptado de Köche (2012).

Há outros procedimentos menos conhecidos e utilizados que você pode pesquisar de acordo com a necessidade de seus estudos. À medida que você escolhe um procedimento que atenda à forma de responder o seu problema de pesquisa, é possível classificar o seu trabalho como de campo (em que o pesquisador precisará ir até um local para verificar ou coletar os dados de análises) ou bibliográfico (com consultas a manuscritos, documentos, livros e demais dados escritos).



Quer conhecer, com maiores detalhes, cada contribuição proporcionada por esses e outros procedimentos de pesquisa? Ouça o nosso podcast, que explicará cada um dos procedimentos em questão e ampliará ainda mais os seus conhecimentos.

A abordagem, por sua vez, reflete o estudo do seu problema de pesquisa, ou seja, se ele se dará por um viés qualitativo, quantitativo ou por ambos. Para uma maior compreensão, explanaremos cada uma, a começar pela abordagem qualitativa. Essa modalidade de pesquisa surgiu na América Latina, na década de 1970, a partir dos estudos da Antropologia, de maneira mais ou menos naturalística. Em sua tradição antropológica, ficou conhecida como “investigação etnográfica” (TRIVIÑOS, 1987).

Na década de 1970, foram três as bases teóricas que influenciaram a pesquisa qualitativa: o enfoque estrutural-funcionalista, o enfoque fenomenológico e o enfoque histórico-estrutural, que emprega o método materialista dialético. Nos anos 80, os paradigmas que prevaleciam nas ciências eram de cunhos qualitativo-realista, quantitativo-realista e neomarxista, sendo este último aquele que colocou em xeque a hegemonia dos outros dois a partir do final da década de 1970. As bases teóricas do pesquisador, no início do uso da pesquisa qualitativa, eram dominadas pelo funcionalismo e pelo estrutural funcionalismo, com raízes no positivismo (TRIVIÑOS, 1987).

Há dois aspectos essenciais da pesquisa qualitativa: o primeiro, as suas peculiaridades; o segundo, as modalidades das investigações. Os pressupostos que servem de fundamento para a pesquisa qualitativa, de acordo com Triviños (1987), foram considerados óbvios ou não investigáveis a partir do positivismo. O enfoque fenomenológico valorizou a análise dos pressupostos, porque entendia que os significados que os sujeitos davam aos fenômenos dependiam essencialmente dos próprios pressupostos culturais do meio em que esses sujeitos viviam.

A pesquisa de caráter histórico-estrutural-dialético não permaneceu apenas na compreensão dos significados que surgiam dos pressupostos, mas buscou as suas raízes, “as causas de sua existência, suas relações num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130). Na visão marxista, as categorias de quantidade e qualidade se fomentam na perspectiva da dialética materialista (SANTOS FILHO, 2009). Assim, é necessária a reflexão acerca da possibilidade de superação dessa dicotomia entre as pesquisas qualitativas e quantitativas. O teórico, que é a base dessa discussão, sugere alguns esclarecimentos importantes em relação ao processo de investigação sobre a pesquisa qualitativa.

Figura 4 - Processo de investigação da pesquisa qualitativa



Fonte: adaptada de Santos Filho (2009).

Descrição da Imagem: a figura apresenta os quatro processos citados por Santos Filho (2009) em que o primeiro mostra que a pesquisa qualitativa não segue uma sequência tão rígida no que diz respeito às etapas assinaladas no desenvolvimento da pesquisa quantitativa. 2º - O pesquisador deve iniciar a sua investigação com base em uma fundamentação teórica geral, ou seja, em uma revisão aprofundada da literatura em torno do tópico em discussão. A necessidade da teoria surge em face das interrogativas que se apresentarão no decorrer do estudo. 3º - As variáveis deverão ser descritivas e o seu número pode ser grande. 4º - Em relação à população e à amostra: a) na pesquisa fenomenológica, os recursos a serem fixados na amostra podem ser aleatórios, buscando uma representatividade do grupo maior de sujeitos; b) a pesquisa materialista-dialética não reconhece a dicotomia qualidade/quantidade e pode se apoiar na estatística para determinar a representatividade da amostragem.

Minayo (2001), em relação à pesquisa qualitativa, explica que essa modalidade responde as questões que são muito específicas. Para a autora, a pesquisa qualitativa trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque tem um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Tudo isso corresponde a relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operações variáveis. Enquanto cientistas que trabalham com estatística, apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2001, p. 22).

As pesquisas puramente quantitativas entraram em desuso, visto que não apresentam resultados satisfatórios em muitos casos. Isso se deve à compreensão de um grupo de intelectuais de inspirações marxistas, a Escola de Frankfurt, que definiram o esgotamento do paradigma positivista que considerava a lógica e a matemática como válidas “por estabelecerem as regras da linguagem, constituindo-se um conhecimento *a priori*, independente da experiência” (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006, p. 2). Assim, para os intelectuais da Escola de Frankfurt, as abordagens unicamente quantitativas não são satisfatórias, uma vez que toda prática precisa de uma teoria de forma observável, ao passo que toda observação precisa ser regida por uma teoria.

Nesse ínterim, pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa precisam ter um equilíbrio, o que o pesquisador dosará em meio a elaboração de suas análises. A utilização de ambas abordagens em uma única pesquisa é necessária quando se conta com bases numéricas, que exigem análise quantitativa e, ao mesmo tempo, demandam análises qualitativas desses resultados.

Quadro 4 - Comparação entre abordagem qualitativa e quantitativa

Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Focaliza uma quantidade pequena de conceitos.	Tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos
Inicia com ideias preconcebidas sobre o modo pelo qual os conceitos estão relacionados.	Tem poucas ideias preconcebidas e salienta a importância das interpretações dos eventos mais do que a interpretação do pesquisador

Utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para a coleta de dados.	Coleta dados sem instrumentos formais e estruturados
Coleta os dados mediante condições de controle.	Não tenta controlar o contexto da pesquisa, e sim captar o contexto na totalidade
Enfatiza a objetividade na coleta e na análise dos dados.	Enfatiza o subjetivo como o meio de compreender e interpretar as experiências
Analisa os dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos.	Analisa as informações narradas de forma organizada e intuitiva

Fonte: adaptado de Vergara (2005).

Os demais elementos que classificam uma pesquisa são: dados, instrumentos de coleta e técnicas de análise de dados. Agora, trabalharemos os métodos de pesquisa. Entretanto, atenção! Já sabemos que a metodologia é um caminho a ser percorrido para a resolução do problema de pesquisa, que é uma característica essencial da pesquisa científica. O método também é muito importante, mas se difere da metodologia.



Quanto aos métodos científicos e à natureza do conhecimento, se considerarmos o organograma da Figura 2, verificaremos que, na sequência da tipologia e da pesquisa, aparecem, relativamente, o grupo e os dados da pesquisa de Cordeiro (2019). Contudo, essa classificação só foi possível, porque o foco da pesquisa da estudiosa era investigar determinado grupo para responder a sua problemática sobre ele. No caso, o grupo era social e abrangia os profissionais da área da saúde selecionados. Todavia, outras pesquisas com grupos também podem envolver outros profissionais ou grupos sociais, tais como estudantes de graduação e/ou pós-graduação e pais e/ou responsáveis por crianças e adolescentes. Além dos grupos sociais, temos outros agrupamentos, como os de animais e de plantas. Caso o problema de pesquisa não envolva observações, análises e/ou entrevistas de grupos, podemos ter outras formas de classificação.

O mesmo processo ocorre com os dados. No caso da pesquisa de Cordeiro (2019), os dados foram classificados como “próprios”, porque, por meio das entrevistas realizadas com os profissionais da saúde, a estudiosa obteve dados de análises próprios, ou seja, que ela e os sujeitos investigados produziram (respostas). Todas as pesquisas que envolvem entrevistas, resposta de questionários, observações e testes produzem dados que somente aquele pesquisador tem com aquele objeto de estudo ou grupo. Além dessa possibilidade, há dados já existentes para investigações, tais como as análises de documentos, de produções textuais, de obras de arte, de cartas trocadas entre pessoas do passado, dentre outras.

Cordeiro (2019) utilizou o modelo semiestruturado para as suas entrevistas, o qual exige uma estrutura ou roteiro e uma lista de perguntas pré-elaboradas pelo entrevistador. No entanto, esse modelo também dá liberdade para que o entrevistado discorra sobre a resposta que desejar e, depois, permite que o entrevistador faça novas perguntas. Assim, cada entrevista terá um formato de acordo com o entrevistado (LAVILLE; DIONNE, 1999). Contudo, também podemos optar pela realização de entrevistas estruturadas, Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), questionários com questões abertas e/ou fechadas, sociodemográficos, dentre outros.

Ainda com base na pesquisa de Cordeiro (2019), pelo fato de a estudiosa ter usado a entrevista como instrumento e ter escolhido o uso de dados próprios, obtidos por meio de questionários, a classificação da natureza de seu trabalho é aplicada, ou seja, o pesquisador precisa aplicar os seus instrumentos para obter os dados desejados. Logo, a técnica de análise (do discurso, de conteúdo, da comparação de amostras, dentre outras) precisa ser compatível com esses dados e com a

abordagem (qualitativa, quantitativa ou qualquantitativa) da pesquisa. Entretanto, também devemos observar as demais possibilidades de dados, de instrumentos de coletas (realização de experimentos, fotografias e gravações de vídeos e áudio, por exemplo) e de natureza da pesquisa (básica ou pura, por exemplo).

As escolhas dos dados, dos instrumentos de coleta e das técnicas de análise de dados definem o método escolhido pelo pesquisador, ou seja, a forma e o modo de pesquisar o problema de investigação e de se chegar aos objetivos, configurando-se em uma maneira de abordar os fenômenos em nível abstrato:

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 2008, p. 27).

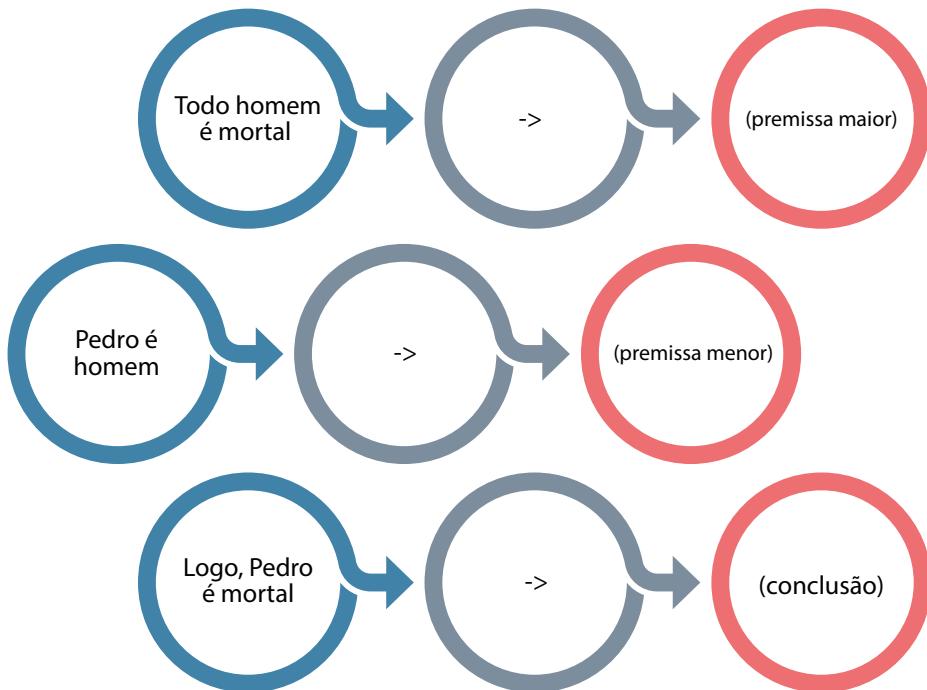
Cada um desses métodos está intrínseco a uma das correntes filosóficas que se destinam a elucidar a ocorrência do conhecimento da realidade. A escolha pelo estudo de um ou de outro método está relacionada a alguns fatores, tais como a natureza do objeto, os recursos materiais de que dispomos, o nível de abrangência do estudo, mas, principalmente, a inspiração filosófica que o pesquisador demonstra.

Marconi e Lakatos (2003) enfatizam a não exclusividade da ciência no que se refere ao emprego de métodos científicos, pois eles podem ser empregados na solução de problemas do dia a dia. Os estudiosos ainda asseveraram que a existência da ciência se atrela fundamentalmente à utilização de métodos. Vejamos, a seguir, a descrição de alguns métodos mais utilizados nas pesquisas atuais.

Um desses métodos é o dedutivo. Segundo Gil (2008), trata-se de um método advindo das ideias de René Descartes, Baruch Spinoza e Gottfried Leibniz, os quais se fundamentam na certeza de que apenas a razão conduz ao conhecimento verdadeiro. Assim, o raciocínio dedutivo visa explicar o conteúdo das premissas por meio do uso de uma cadeia de raciocínio em ordem decrescente, indo do geral para o particular. Esse método emprega o silogismo, estabelece uma construção lógica e tem, como ponto de saída, duas premissas. Assim, chega-se a uma terceira, que advém das duas primeiras, denominada “conclusão”.

O método dedutivo prevê que casos particulares ocorram com base em princípios, leis ou teorias entendidas como verdadeiras e que não dão margem à discussão. “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica” (GIL, 2008, p. 49). Vejamos um clássico exemplo de raciocínio dedutivo.

Figura 5 - Raciocínio dedutivo



Fonte: adaptada de Gil (2008).

Descrição da Imagem: na figura, há três círculos com as deduções que levam a uma conclusão, ao partirmos do raciocínio dedutivo. A primeira fila de círculos mostra a afirmativa: Todo homem é mortal, logo após o sinal de maior e por último as palavras: premissa maior. A segunda fila de círculos traz a frase: Pedro é homem, logo em seguida o círculo com o sinal de maior e por último o círculo contendo as palavras: premissa menor. No último círculo, mostra a frase: Logo, Pedro é mortal. Em seguida o sinal de maior e por último o círculo contendo a palavra "conclusão".

O método dedutivo é muito empregado na física e na matemática, pois essas ciências apresentam princípios entendidos como leis. Esse método também pode ser encontrado em pesquisas da teologia, visto que ele se aplica às questões dogmáticas. Por outro lado, as ciências sociais pouco o utilizam, diante do fato de que a obtenção de argumentos com veracidade indubitável é comprovadamente difícil:

Mesmo do ponto de vista puramente lógico, são apresentadas várias objeções ao método dedutivo. Uma delas é a de que o raciocínio dedutivo é essencialmente tautológico, ou seja, permite concluir, de forma diferente, a mesma coisa. Esse argumento pode ser verificado no exemplo apresentado. Quando aceitamos que todo homem é mortal, colocar o caso particular de Pedro nada adiciona, pois essa característica já foi adicionada na premissa maior (GIL, 2008, p. 32).

Gil (2008) acrescenta que um entrave quanto ao método dedutivo se encontra no caráter apriorístico com que esse método se caracteriza. Isso é factível, tendo em vista que, quando partimos de uma afirmação geral, por pressuposto, temos um conhecimento prévio. Dessa forma, diante de questões em que a resposta é variável, não podemos ter um fato dedutível como a única verdade.

Outro método utilizado é o indutivo. Trata-se de um método em que partimos de uma situação particular para chegarmos a uma questão generalizada. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 86):

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

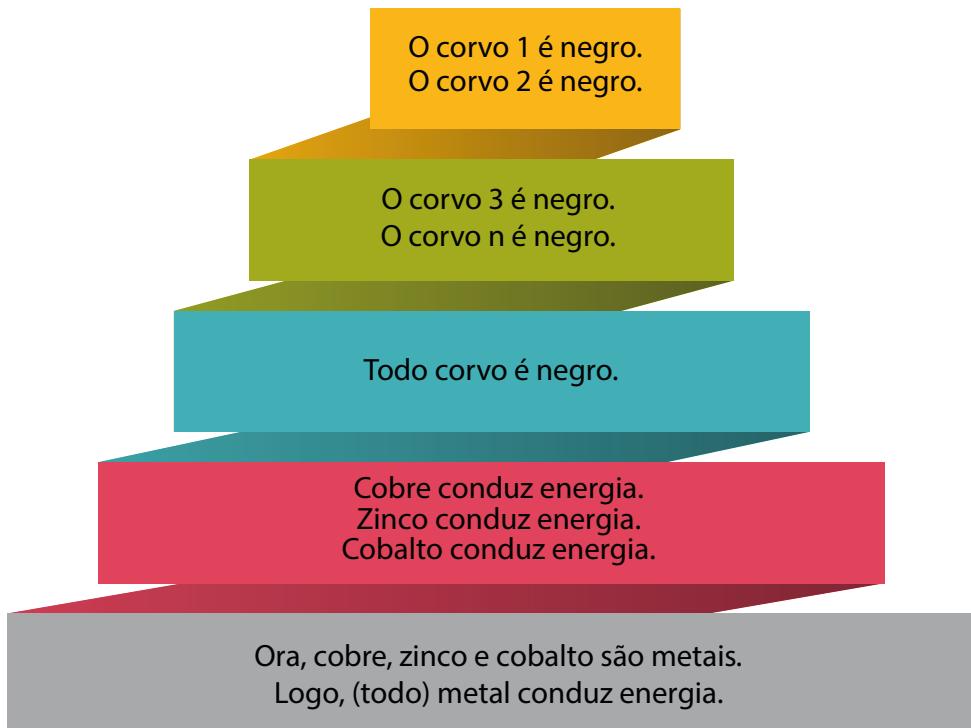
Marconi e Lakatos (2003) defendem que a indução se configura no processo mental que, tomando, como partida, dados particulares comprovados, proporciona uma verdade geral ou universal. Assim, os estudiosos sustentam que o propósito do emprego do método indutivo é chegar às conclusões de conteúdo mais amplo do que o das premissas que as originaram. Isso leva à constatação de que esse método, assim como o dedutivo, baseia-se em premissas.

Gil (2008) acrescenta que o método indutivo, na contramão do dedutivo, parte do particular e considera a generalização como resultado do trabalho em que foram coletados dados particulares. Assim, se, nos métodos dedutivos, as premissas consideradas verdadeiras conduzem à conclusão, os indutivos levam a conclusões prováveis. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 25), “pode-se afirmar que

as premissas de um argumento indutivo corrente sustentam ou atribuem certa verossimilhança à sua conclusão. Assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que a sua conclusão é, provavelmente, verdadeira". Isso caracteriza a indução à consideração do pesquisador e seus leitores.

No método indutivo, o ponto de partida é a observação de fatos e fenômenos em busca de suas causas. Na sequência, é estabelecida uma comparação entre eles, a fim de conhecermos as relações estabelecidas. Ao final, chega-se à generalização ancorada na relação existente entre esses fatos ou fenômenos. Vejamos um clássico exemplo de raciocínio indutivo citado por Marconi e Lakatos (2003, p. 86).

Figura 6 - Raciocínio indutivo



Fonte: Marconi e Lakatos (2003, p. 86).

Descrição da Imagem: a figura apresenta a lógica indutiva expressa em uma observação-reflexão.

Os métodos dedutivo e indutivo convergem no reconhecimento de que o final da investigação é o momento em que as leis são formuladas para que a realidade seja descrita, explicada e prevista, tendo em mente que as discordâncias estão presentes no início do processo e na maneira como se dá o procedimento. Os adeptos do método indutivo, denominados "empiristas", têm a observação como ponto

de partida para, depois, chegarem à formulação de hipóteses. Já os que optam pelo método dedutivo partem do problema e das hipóteses cuja comprovação ocorrerá por meio da observação e da experiência.

Na sequência, temos o método hipotético-dedutivo. A definição desse método foi estabelecida por Karl Popper, quando houve as críticas postuladas à indução, presentes na obra *A lógica da investigação científica*, cuja primeira publicação ocorreu em 1935 (GIL, 2008). Esse método se fundamenta no seguinte raciocínio: “quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema” (GIL, 2008, p. 30). Nesse caso, são estabelecidas conjecturas ou hipóteses para tornar possível a explicação das dificuldades apresentadas no problema.

A partir da formulação das hipóteses, as consequências são evidenciadas e devem ser testadas ou falseadas. “Falsear significa tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la” (GIL, 2008, p. 30). O esquema apresentado por Karl Popper pode ser expresso da seguinte maneira, segundo Marconi e Lakatos (2003).

Figura 7 - Esquema do método hipotético-dedutivo



Fonte: adaptada de Marconi e Lakatos (2003).

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma sequência de palavras. São elas: conhecimento prévio, problema, conjecturas e falseamento. Elas formam o esquema de pensamento e ação do método hipotético-dedutivo.

O método hipotético-dedutivo parte de um problema ou de uma lacuna deixada no conhecimento científico. Depois, há a formulação de hipóteses por intermédio da inferência dedutiva, a qual se destina à testagem da predição de que fenômenos contidos na referida hipótese ocorram.

Além disso, temos o método dialético, que teve o seu auge com Georg Hegel (GIL, 2008). Posteriormente, sofreu uma reformulação por Karl Marx e também é conhecido como “método marxista”. A partir de Marx, passou a buscar a interpretação da realidade com base na premissa de que todos os fenômenos são constituídos por características contraditórias que se encontram em união e indissolubilidade de forma orgânica.

No ensejo de mostrar as leis da dialética, Marconi e Lakatos (2003) postulam que a ação recíproca determina a impossibilidade de compreendermos o mundo como um conjunto de coisas. Ao contrário disso, devemos observá-lo como um conjunto de processos nos quais há constantes transformações dessas coisas: “o fim de um processo é sempre o começo de outro” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101). Assim, podemos dizer que há uma interdependência entre as coisas e os acontecimentos.

Quanto à denominação e à ordem de apresentação, estas também variam. Numa tentativa de unificação, diríamos que as quatro leis fundamentais são: a) ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”; b) mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101).



O método dialético parte da alegação de que tudo, na natureza, relaciona-se e sofre mudanças. Não só, mas cada fenômeno apresenta uma contradição. Nesse método, o conhecimento de determinado fenômeno ou objeto implica o estudo, por parte do pesquisador, de todos os aspectos, relações e conexões, destituindo o conhecimento de uma rigidez, haja vista que o mundo muda continuamente.

Pelo fato de a dialética se colocar contrária a qualquer maneira de pensar, define-se a ordem quantitativa como norma, aquela favorece as mudanças consideradas qualitativas. Dessa forma, podemos dizer que as pesquisas que têm como base o método dialético são diferentes daquelas desenvolvidas à luz da visão positivista, que privilegia os procedimentos quantitativos.

Por fim, temos o método fenomenológico. De acordo com Edmund Husserl (1859-1938), o método fenomenológico visa ao estabelecimento de uma base segura para a ciência que não esteja presa a proposições. Edmund Husserl reconhece a ingenuidade das certezas positivas presentes no discurso das ciências empíricas. “A suprema fonte de todas as afirmações racionais é a ‘consciência doadora originária’” (GIL, 2008, p. 14). Esse método deve ser usado, atualmente, com base em muita consonância entre o objetivo da pesquisa e os resultados esperados.

Assim, a primeira regra do método fenomenológico é avançar para as próprias coisas, as quais são compreendidas como dado ou fenômeno, ou seja, o que é visto frente à consciência. “O método fenomenológico não é dedutivo nem empírico. Consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado. Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência: o objeto” (GIL, 2008, p. 14). Portanto, a fenomenologia não se centra no desconhecido que existe por trás do fenômeno, mas o seu objetivo é o dado sem a pretensão de reconhecê-lo como realidade ou aparência.

O desenvolvimento de sistemas mais ou menos elaborados vem ocorrendo com o passar do tempo, favorecendo, assim, o desvendamento da natureza das coisas além do conhecimento acerca do comportamento humano. Cada fenômeno, mudança e paradigma é passível de pesquisa, ao passo que cada acontecimento e cada novidade em nossa sociedade proporcionam consequências de pesquisas por trás ou, ao menos, demandam novas pesquisas.

Ao pesquisarmos nos livros e na Internet, diante do vasto acervo digital atual, é possível verificar inúmeras pesquisas já realizadas. As perguntas que ficam perante essas vastas publicações são: o que mais falta ser pesquisado? Qual forma de pesquisa posso/devo realizar? O que podemos dizer, caro(a) aluno(a), é que, em uma academia ou ao longo de sua profissão, toda pesquisa deve ser científica e com as características que estudou. Já no que diz respeito às demais respostas, é necessário observar e participar das discussões da próxima unidade. Vamos lá?

OLHAR CONCEITUAL

Caro(a) estudante, é importante que, diante dos estudos realizados até aqui, você compreenda os elementos básicos para iniciar e desenvolver uma boa pesquisa:



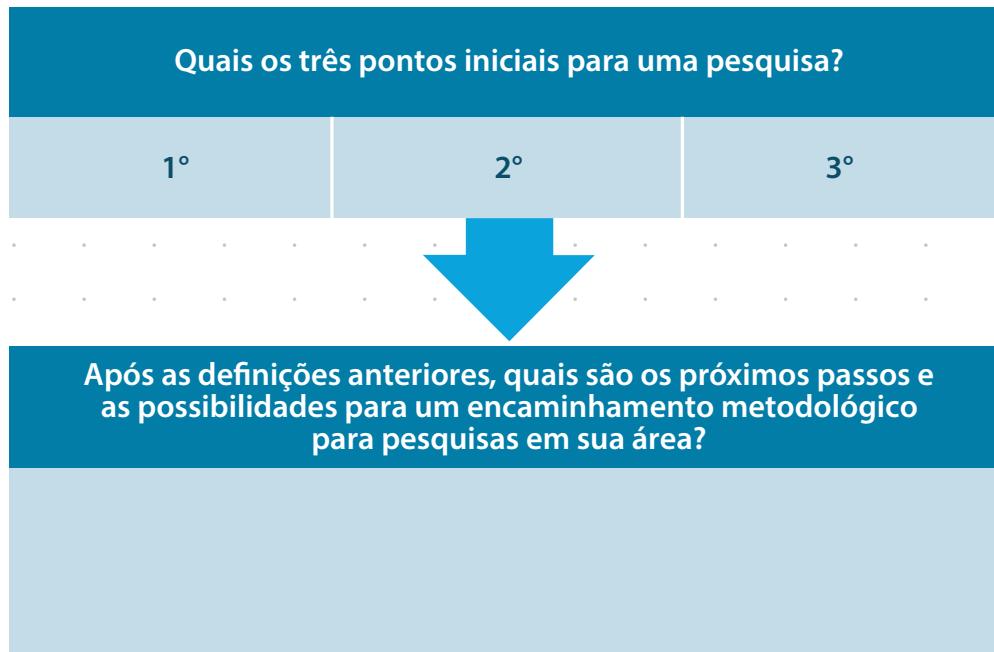
Caro(a) aluno(a), agora que você já conhece os elementos a serem considerados em uma pesquisa, que tal retomarmos a sua experiência com eles? A partir da lista que você elaborou com base nas três perguntas voltadas ao que você desejava descobrir sobre o assunto, escolha um tema com o qual você tenha maior afinidade e o pesquise no Google Acadêmico. Observe o que há de artigos já publicados sobre o tema.

Dessa forma, você realiza o que chamamos de levantamento bibliográfico.



Em consonância com as suas leituras e as experiências realizadas nesta unidade, faça uma lista sobre o que você aprendeu de mais relevante em uma pesquisa. Primeiro, liste o ponto de partida de um pesquisador, ou seja, o que é preciso pensar para iniciar uma pesquisa. Depois, liste as possibilidades existentes para o caminho metodológico de uma pesquisa em sua área.

Figura 8 - Mapa mental de pesquisas



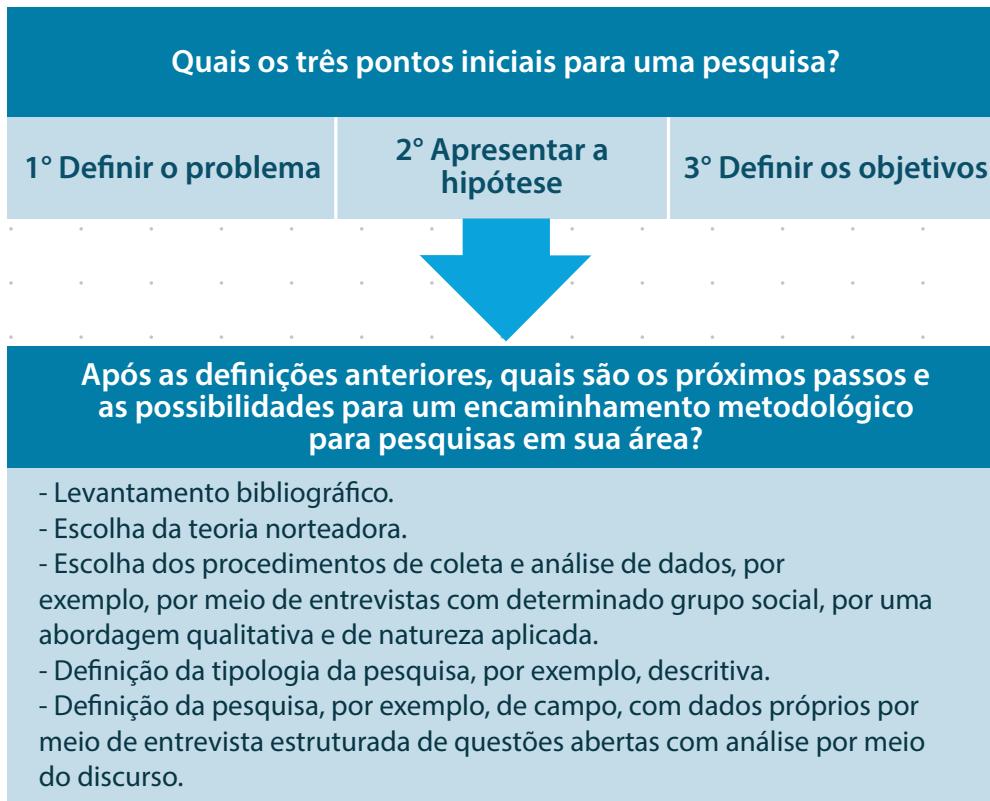
Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: a figura está dividida em três partes. A primeira apresenta a seguinte pergunta: "Quais são os três pontos iniciais para uma pesquisa?": Abaixo, há a seguinte numeração: primeiro, segundo e terceiro. Logo abaixo, está presente outra pergunta: "Após as definições apresentadas, quais são os próximos passos e as possibilidades para um encaminhamento metodológico voltado às pesquisas em sua área?".



É importante que, nesta unidade, alguns conceitos tenham ficado evidentes, tais como o que é pesquisa, o que é cientificidade, o que é metodologia e o que é método. Mais do que os conceitos, que são a base da compreensão, é necessário que fique evidente a construção de uma pesquisa, que tem início com a problemática, as hipóteses, os objetivos, o levantamento bibliográfico e a escolha dos encaminhamentos metodológicos.

Figura 9 - Mapa mental de pesquisas (resposta)



Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma pergunta inicial no topo: "Quais são os três pontos iniciais para uma pesquisa?". Abaixo, estão os três pontos: definir o problema, apresentar a hipótese e definir os objetivos. Uma flecha aponta para a próxima observação, que diz: "Após as definições apresentadas, quais são os próximos passos e as possibilidades para um encaminhamento metodológico voltado às pesquisas em sua área?". Em seguida, é exibido um texto o qual evidencia os próximos passos da pesquisa. Assim, estão os seguintes elementos: levantamento bibliográfico, escolha da teoria norteadora, escolha dos procedimentos de coleta e análise de dados (são exemplos: entrevistas com determinado grupo social, abordagem qualitativa e de natureza aplicada), definição da tipologia da pesquisa (por exemplo, descritiva) e definição da pesquisa (são exemplos: de campo e com dados próprios, obtidos por meio de entrevista estruturada com questões abertas e análise de discurso).

MEU ESPAÇO



Pesquisas Acadêmicas Científicas

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro

OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Identificar as diversas modalidades de trabalhos acadêmicos científicos, a fim de entender as suas etapas, estruturas e organizações. Explorar as bases das pesquisas científicas, com o objetivo de conhecer as mais confiáveis e o seu modo de utilização. Conhecer os aspectos éticos da pesquisa científica, a fim de realizar trabalhos fidedignos.

Dentro e fora de uma Instituição de Ensino Superior (IES), deparamo-nos com diferentes formas de pesquisa. Se pensarmos nas possibilidades de gêneros textuais que temos para apresentar um estudo e os seus resultados, encontramos o *paper* científico, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o artigo, a monografia, a dissertação e a tese. Sophi Lara, uma aluna que está em seu último ano de graduação, já definiu o tema que pesquisará, a sua problemática, hipótese e objetivos. Agora, ela precisa planejar as suas coletas de dados e estruturar a sua escrita. Em detrimento de Sophi ainda estar nos levantamentos bibliográficos da temática escolhida, sua orientadora ainda não informou em qual desses gêneros ela terá que discorrer.

Por estar cursando uma graduação, Sophi Lara já sabe que será uma produção curta, como um *paper*, um TCC ou um artigo, tendo em vista que são as escolhas mais comuns para os alunos que estão iniciando esse processo de escrita. Contudo, para iniciar o processo, Sophi precisa organizar o seu texto, a fim de saber exatamente o que será explanado em cada seção ou capítulo. Diante disso, como ela poderia iniciar a estruturação de seu trabalho?

Quando falamos de estrutura textual, estamos nos referindo ao corpo que a produção escrita tem. Em nossas discussões, constatamos que o início de nossa pesquisa e de sua respectiva estruturação se dá pela problemática, seguida da hipótese e dos objetivos, correto? Essas informações farão parte da introdução do trabalho e, caso se trate de uma pesquisa que tenha resumo, elas também devem constar nessa seção. Diante disso, há duas partes de uma estrutura textual: o resumo, que é presente apenas em alguns gêneros textuais, e a introdução, que explora de forma mais aprofundada os elementos do resumo e/ou apresenta ao leitor as informações mais significativas da pesquisa. Entretanto, para além dessas seções, temos o desenvolvimento, a conclusão e as referências, itens que comporão toda a estrutura textual do trabalho.

A estruturação, a princípio, pode ser feita em forma de tópicos, para que o pesquisador saiba o que trabalhar em cada seção do texto. Considerando o exposto, o que você acha de fazer uma estruturação textual, ao elencar os elementos relativos a um tema de trabalho de conclusão de curso e com os quais você delinearia a sua introdução, desenvolvimento e conclusão? Primeiramente, estabeleça três tópicos: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Para cada um, informe, ao menos, dois elementos que você abordaria.

Agora que você sabe o que constaria em cada seção do seu trabalho final de curso, provavelmente, já tem um norte para começar a escrita do seu trabalho e se sente mais confiante em transmitir as suas ideias e descobertas científicas para o papel. Com base nessa experiência, anote, no diário de bordo a seguir, os passos que você precisa realizar para escrever mais sobre os elementos elencados na seção “desenvolvimento”.

DIÁRIO DE BORDO



Iniciaremos a nossa discussão com foco na estruturação dos trabalhos acadêmicos científicos. Assim, a apresentação e a explanação das diferentes formas de escrita científica seguirão ao longo dos parágrafos futuros. É importante conhecê-las, pois cada uma tem uma finalidade e uma identidade que estão vinculadas ao posicionamento do pesquisador. Quando pensamos em nível de graduação, devemos considerar que o sujeito está iniciando o seu processo de pesquisa em uma instância mais elevada e tem um propósito social, ou seja, a sua pesquisa, além dos fins avaliativos e de conclusão de curso, tem a finalidade de retomar o conhecimento adquirido ao longo de anos de estudo para o bem da sociedade. Para tanto, os gêneros textuais mais comuns de serem exigidos pelas IES são o *paper* científico, o trabalho de conclusão de curso e o artigo científico.

O *paper* científico, nos últimos anos, vem sendo cada vez mais aderido nas disciplinas acadêmicas e até mesmo enquanto trabalho final do curso. A palavra “*paper*”, proveniente do inglês, significa “papel” ou “trabalho”. Esse tipo de trabalho científico carrega algumas características peculiares que se diferem de um artigo, por exemplo. Todavia, antes de conhecermos as suas características, precisamos saber o que proporcionou a adesão desse gênero textual no espaço acadêmico. Segundo Kuramoto (2006), na década de 1980, no Brasil, houve uma crise dos periódicos em função dos altos custos de manutenção das assinaturas das revistas científicas, o que gerou uma limitação ao acesso à informação científica. Esse fato,

aliado às novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) que surgiram na sociedade, possibilitou um acesso rápido e funcional aos pesquisadores. Assim, como solução para a crise enfrentada até então, foi defendida a utilização de arquivos abertos (*open archives initiative*), os quais proporcionaram uma interação entre os arquivos presentes nas bibliotecas e os que se encontravam nos repositórios, além de promover o acesso livre às informações científicas para a comunidade externa em todo o mundo.

Nesse novo contexto, os repositórios digitais ou *e-prints* surgiram como uma espécie de alternativa ao sistema tradicional de comunicação científica. Ainda não se tinha um conselho editorial que avaliasse previamente os trabalhos de seus pares, os chamados *peer review*. Contudo, ao longo dos anos, esse novo sistema e as formas de receber e publicar trabalhos científicos vêm se rebuscando, com o objetivo de termos publicações legitimamente científicas, éticas e pertinentes para a sociedade (KURAMOTO, 2006). Isso também gera alterações nos modos de publicação dessas pesquisas, pois não foi apenas o sistema que se modificou, mas também os leitores. É nesse momento que chegamos ao uso dos *papers*, que expressam os resultados das pesquisas com rigor científico, mas de forma mais compacta tanto em relação ao seu armazenamento nos sistemas quanto no que diz respeito à transmissão das informações aos leitores.

Se as informações atuais estão em todos os lugares de forma rápida e fácil, o leitor também busca o conhecimento de forma rápida. As leituras de textos extensos se tornaram cansativas e atrasam a pesquisa de novas publicações. Dessa forma, já elencamos algumas características do *paper* científico em comparação ao artigo tradicional. Ele tem um limite de páginas bem inferior ao dos artigos e outras limitações podem ser impostas por quem solicita esse gênero textual, como o número de caracteres e o número de autores utilizados nas citações e nas referências. Por se tratar de um texto curto, não há, em sua estrutura, o resumo, apenas o título, a introdução, o desenvolvimento, a conclusão e as referências.



Considerando a velocidade das informações e a necessidade social, que liga o tempo à leitura de novas pesquisas, você acredita que os *papers* são benéficos para a divulgação da ciência?

O *paper* pode ser utilizado como um meio de avaliação nas disciplinas e durante a conclusão de um curso, mas também pode constituir uma estrutura de publicação em revistas científicas, diferentemente do trabalho de conclusão de curso, que, para cada curso e IES, pode assumir uma estrutura. O TCC não tem um padrão definido de páginas e de forma para ser realizado, mas, na maioria dos casos, trata-se de uma produção maior que um *paper* e é muito parecido com um artigo, pois é dotado de um título, um resumo, uma introdução, um desenvolvimento, uma conclusão e as referências. Contudo, quando falamos de pesquisas publicadas, não há, em revistas científicas, um TCC, mas um artigo, logo, há diferenças entre ambos.

Desse modo, o TCC pode ser compreendido como uma estrutura de pesquisa exclusiva para a conclusão de um curso, sobretudo, de graduação. Essa pesquisa é muito importante, visto que prepara o profissional para a atuação, ao aliar a teoria e a prática, ou seja, faz com que o profissional trabalhe com base em teorias e teorize as suas ações, resultando em uma constante ação-reflexão-ação. Luckesi (1994, p. 170) sustenta que esse agir e refletir garantem “uma forma metodológica, racional e dinâmica, para a criação de um corpo de conhecimentos próprios e originais, independentes e inovadores, situados e não-restritivos”. Assim, o sujeito é capaz de se organizar em suas próprias atuações profissionais de forma crítica, criativa e eficaz, sem fazer o que “acha” melhor, mas com a certeza de que o caminho escolhido é o melhor, pois o estudou e o comprovou ou, ao menos, está embasado em alguém que já provou que o caminho escolhido é confiável.

O artigo científico, assim como o *paper*, é uma boa escolha de estrutura de pesquisa, principalmente para os graduandos, pois permite a publicação dos resultados finais, adequando-se apenas ao que cada revista solicita. Segundo Pereira (2017, p. 661):

A publicação de artigos científicos é uma das formas pelas quais os pesquisadores divulgam os resultados de suas investigações e reflexões. Para que um artigo seja publicado em periódico científico, algumas qualidades são requeridas. O tema deve ser relevante, a pesquisa de qualidade e o relato bem feito.

O tema de qualquer pesquisa deve ser relevante, contudo, quando se objetiva divulgar e publicar em uma revista, para que toda a comunidade científica tenha acesso, a leitura deve chamar a atenção pela importância da discussão e pelo

trabalho do pesquisador. Os artigos têm uma estrutura similar à do TCC: título, resumo, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. No entanto, a linguagem de um artigo precisa ser mais rebuscada, visto que visa à publicação e à divulgação, enquanto o TCC permite o uso de uma linguagem menos formal. Além disso, o aporte teórico de um artigo precisa ser mais robusto do que o de um TCC, já que os trabalhos de conclusão de curso, muitas vezes, buscam, em suas problemáticas, sanar uma curiosidade ou se aprofundar em uma temática, enquanto o artigo precisa apresentar novidades que não se restrinjam a uma pesquisa bibliográfica exploratória.



Ao finalizar a graduação e iniciar a pós-graduação, geralmente, há outras três estruturas de escrita da pesquisa: a monografia (para cursos *lato sensu*), a dissertação e a tese (para cursos *stricto sensu*). Isso não significa que não existam cursos de graduação que aderem a realização de monografias e que não há cursos de especializações que optam pelo desenvolvimento de *papers* ou de artigos. Contudo, enfatizaremos o que geralmente ocorre. Para tanto, vejamos o Ministério da Educação (MEC) discorre sobre os cursos e as suas pesquisas, a começar pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, do latim, “sentido amplo”:

Art. 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

[...]

Art. 5º Os cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

[...]

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso (BRASIL, 2007, p. 9).

Os cursos *lato sensu* são popularmente conhecidos como cursos de especialização de nível superior e exigem um trabalho de conclusão dos alunos, que pode ser monografia, com defesa presencial individual. A monografia, em termos de extensão, é um pouco maior que um TCC, mas menor que uma dissertação. Sua linguagem precisa ser um pouco mais rebuscada e, como estrutura, tem: um título, um resumo, uma introdução, o desenvolvimento, uma conclusão e as referências.

Já em relação aos cursos *stricto sensu*, do latim “sentido específico”, o MEC estabelece, por meio da Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017, que:

Art. 1º Constituem programas institucionais de pós-graduação stricto sensu os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

§ 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

§ 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.

§ 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.

§ 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses (BRASIL, 2017, p. 21).

Considerando o que foi disposto, após a graduação, o diplomado poderá se submeter às condições dos programas de pós-graduação *stricto sensu* para aprofundar os seus conhecimentos em pesquisas mais específicas de sua área de conhecimento. Ao final dessa trajetória, deve apresentar uma dissertação, no caso do mestrado, ou uma tese, caso esteja no doutorado. Ambas, são identificadas enquanto produções intelectuais complexas e profundas, cuja intencionalidade é se voltar à resolução dos problemas sociais em diferentes campos (saúde, educação, política e economia, por exemplo). Elas geralmente têm uma quantidade similar de escrita, porém as teses costumam ser mais robustas, pois são pesquisas inéditas, ou seja, o pesquisador investiga, busca ou observa um objeto nunca analisado ou trabalha um elemento por meio de uma perspectiva nunca utilizada. Também há, nessas produções, uma estrutura composta por título, resumo, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências.

Perceba, caro(a) aluno(a), que o que mais se difere entre as várias estruturas de pesquisas são a linguagem e a robustez científica. Não só, mas, para acompanhar esse trabalho, o total de produção escrita. Não há um padrão definido em relação à quantidade de páginas para cada estrutura de trabalho, pois ela varia de curso para curso, com base no que consta na política pedagógica de cada IES, mas, no quadro a seguir, será apresentada uma estimativa com base em observações de produções publicadas em anais de revistas, revistas eletrônicas e repositórios de bibliotecas virtuais.

Figura 1 - Média de produção escrita de cada estrutura de pesquisa científica

Paper científico: mínimo duas e máximo dez páginas, desde o título até as referências.

TCC: mínimo dez e máximo quinze páginas, desde o título até as referências ou anexos.

Artigo científico: mínimo dez e máximo trinta páginas, desde o título até as referências ou anexos.

Monografia: mínimo quinze e máximo cinquenta páginas, desde o título até as referências ou anexos.

Dissertação: mínimo cinquenta páginas, desde o título até as referências ou anexos. Às vezes, passa de 200 páginas.

Tese: mínimo oitenta páginas, desde o título até as referências ou anexos. Às vezes, passa de 200 páginas.

Fonte: a autora.

Você deve ter percebido que, a partir do TCC, há a possibilidade de ter, ou não, anexos. Assim, a estrutura de cada trabalho pode ter, ou não, os elementos pré-textuais (resumo, palavras-chave, dentre outros), que se diferem em conformidade com cada modelo de organização de escrita, mas carrega os elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão), os quais destacamos ao longo deste tópico, e os elementos pós-textuais (referências, glossário e anexos), que serão detalhados em unidades futuras. A partir de agora, trabalharemos os aspectos mais importantes de cada uma dessas seções. Vamos lá?

Na introdução, os aspectos basilares da pesquisa precisam ser explanados de forma aprofundada. Nesse sentido, há a problemática que deu início a pesquisa, a

hipótese inicial, que guiará os primeiros passos na direção da resposta, e os objetivos, que amparam a significância dos resultados que o estudo proporcionará. Entretanto, para além disso, Pereira (2017) salienta a importância de evidenciar ao leitor, logo na introdução, algumas informações sobre o tema, a justificativa da pesquisa e a escolha do tema e da metodologia. Essas informações são relevantes, porque precisamos convencer os leitores a lerem os nossos textos, afinal, de nada adianta fazer uma pesquisa e não ter quem leia ou quem se interesse pelo que foi estudado. Por isso, geralmente, a introdução exige que o próprio pesquisador explique o seu texto.

A depender da pesquisa, dos professores orientadores, das regras de edição de cada IES, do curso ou até mesmo do veículo no qual você pretende publicar a pesquisa (revista científica, repositório etc.), a introdução sofre algumas alterações. Alguns exemplos são:

- Muitas revistas preferem que o autor, na apresentação do tema, faça um recorte histórico, a fim de explicar a origem do objeto pesquisado. Já outras delimitam um limite de caracteres tão estreito que preferem que o autor seja direto.
- Algumas introduções carregam citações diretas ou indiretas, as quais fundamentam as explicações do pesquisador. Todavia, determinadas instituições ou eventos a proíbem o uso de citações nesse tópico, devido à percepção de que a introdução é um espaço em que o autor explica o seu próprio texto, logo, não precisa de fundamentação.
- Alguns trabalhos, em sua introdução, evidenciam a metodologia científica utilizada pelo pesquisador, enquanto outros não expressam, uma vez que têm, em sua estrutura textual, uma seção específica que explana em detalhes todos os procedimentos do pesquisador. Por isso, é sempre necessário verificar as normas editoriais do meio/local em que você realizará e/ou publicará o seu trabalho.

Agora, analisaremos o desenvolvimento de um trabalho acadêmico. Nessa seção, precisamos expor citações (diretas ou indiretas) que comprovem a fundamentação teórica, visto que o desenvolvimento é o segmento mais importante da pesquisa. Além disso, segundo Pereira (2017), precisamos evidenciar, além da fundamentação teórica, os argumentos que comprovam que o estudo realizado é fidedigno, científico e ético, a fim de confirmar ou refutar a hipótese inicial, em direção à resposta da problemática que deu origem à pesquisa. Nesse sentido, no desenvolvimento, devemos:

- Apresentar os resultados que evidenciem o que foi encontrado.
- Expor as análises do objeto de estudo.
- Delinear os fatos revelados pela investigação e discutir os resultados obtidos, de forma que o leitor os comprehenda.
- Expressar o significado dos achados apresentados.
- Evidenciar o que o estudo acrescenta e/ou em que ele se difere dos demais.
- Discutir as contribuições da pesquisa para a ciência e para a sociedade.

Neste momento, trabalharemos a conclusão de um trabalho acadêmico. De acordo com Pereira (2017, p. 662), “a conclusão representa a resposta do autor à pergunta a que a pesquisa buscou responder”. Em outras palavras, na conclusão, não é apresentada nenhuma novidade, mas é feito um resgate de tudo o que foi evidenciado pelo autor durante o desenvolvimento. Por isso, é muito importante que, nessa seção, seja retomada a pergunta norteadora da pesquisa, pois ela foi expressa apenas na introdução e, talvez, o seu leitor não se lembre mais. Em seguida, é demonstrada a tão esperada resposta. A conclusão não busca finalizar uma pesquisa em sua completude, até porque sempre há mais elementos a serem pesquisados. Portanto, o que os leitores mais esperam é saber o que o autor concluiu diante da realização de pesquisa e o modo como ela é relevante para ele, para o seu grupo e para a sociedade.

Similar ao que acontece na introdução, temos uma variável na escrita da conclusão no que diz respeito às citações. Na maior parte das vezes, não são feitas citações na conclusão, visto que todas as ideias já foram fundamentadas ao longo da pesquisa e não serão inseridos conceitos, mas também podemos encontrar orientações de fundamentação.



Depois de conhecermos a estruturação do trabalho a ser realizado, exploraremos as bases de dados para a pesquisa. Os *papers* científicos estão sendo cada vez mais aderidos, devido ao advento das novas tecnologias. Com o aumento das informações compartilhadas em rede e o acesso a essas tecnologias, as pesquisas científicas estão sendo realizadas em bases on-line. Entretanto, essa não é a única fonte de pesquisa e ela não é compatível com todas as formas de estudos científicos. Ainda, acrescentamos que, mesmo na Internet, devemos nos atentar às bases que são passíveis de realização de uma pesquisa científica, as quais serão exploradas a seguir.

Começaremos pelas mais populares e cada vez mais esquecidas: as bibliotecas físicas. De acordo com Ferraz (2014), as bibliotecas são, em muitos casos, mais antigas que os próprios livros. Desde a Antiguidade, já existiam e, até o período da Renascença, eram consideradas sagradas e, por isso, tinham acesso restrito. Ainda segundo o autor, uma das primeiras bibliotecas públicas conhecidas foi idealizada pelo general Júlio César, mas foi construída pelo orador Asínio Pólio após a morte de César, em 96 d.C. Além dessa, também tivemos a Ulpiana, fundada por Marco Úlpio Nerva Trajano; a Ambrosiana, inaugurada pelo Cardeal Carlos Borromeu; a Biblioteca Marciana, de Florença; e a Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau. No Brasil, a Biblioteca Nacional foi a primeira aberta ao público, fato que aconteceu apenas em 1824, 17 anos após o seu surgimento. Sua origem se deve à Corte Portuguesa, que trouxe a Real Biblioteca para os seus aposentos no Rio de Janeiro:

A biblioteca pública tem papel primordial no que se refere à democratização do acesso à informação, na medida em que recebe, sem distinção, qualquer pessoa independente de sua classe social, sexo, orientação sexual ou religião, tornando-se a mais democrática de todos os tipos de biblioteca. Desde o bebê, o estudante, passando pela dona de casa, empresário, aposentado até o idoso, todos podem frequentar uma biblioteca pública na medida de seu interesse (FERRAZ, 2014, p. 20-21).

Devido à sua relevância, as bibliotecas públicas têm como papel social proporcionar o debate científico, a cultura e a arte de forma democrática. Para tanto, o seu acervo deve ser vasto e contemplar diferentes obras literárias, livros, periódicos, artigos científicos, jornais, documentos históricos e outros materiais que atendam

a todo o público. Atualmente, temos muitas bibliotecas públicas e populares. Cada comunidade precisa ter uma que seja capaz de atender às demandas locais e aos interesses do povo. É em consequência de sua riqueza de acervos que as bibliotecas continuam sendo o melhor espaço de encontro de dados para análises científicas.

Muitas obras e documentos ainda não foram digitalizados por diferentes motivos, tais como o estado de preservação do material e os direitos autorais. Por isso, dependendo da fonte de pesquisa que o sujeito escolhe ou precisa, a sua única base de busca é a biblioteca, sobretudo quando lidamos com fontes primárias, ou seja, aquelas “consideradas a matriz explicativa do objeto em estudo, estabelecendo, com tal objeto, uma relação de dependência. Desse modo, as fontes seriam auto-suficientes na sua condição de matriz explicativa” (CAMPOS; CURY, 1997). Alguns exemplos constituem os livros antigos, as cartas trocadas em períodos coloniais, as escrituras sagradas e todas as obras que forem originais, ou seja, diretamente elaboradas pelo autor.



OLHAR CONCEITUAL

Além das fontes primárias, também temos as fontes secundárias. Certamente, são muitos os conceitos trabalhados até o momento, não é mesmo? Para simplificar, vejamos, de forma resumida, o que é base de dados e fontes primárias, secundárias e terciárias.

Figura 2 - Base de dados e fontes primárias, secundárias e terciárias

Base de dados: “conjunto de dados interrelacionados, organizados de forma que permita recuperar as informações em meios físicos, como catálogos de livros, ou digitais por meio de buscadores” (ALBRECHT; OHIRA, 2000, p. 131).

1

Fontes primárias: “caracteriza-se por uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro formalizado de alguma informação situando em fontes bastante diversas. Exemplos: Artigos de periódicos; patente; relatórios; teses e dissertações e normas técnicas” (AZEVEDO, 2012, p. 150).

Fontes secundárias: “contêm informações sobre documentos primários e guiam o usuário para eles. É a informação filtrada e organizada, a partir da seleção e revisão das fontes. Exemplos: Encyclopédias; dicionários; manuais; tabelas; revisão de literatura; monografias e anuários” (AZEVEDO, 2012, p. 150-151).

3

Fontes terciárias: “são sinalizadores de localização ou indicadores sobre documento primário e secundário. Exemplos: Bibliografias de bibliografias; guias bibliográficos; diretórios e catálogos comerciais” (AZEVEDO, 2012, p. 151).

Fonte: Albrecht e Ohira (2000, p. 131) e Azevedo (2012, p. 150-151).

É comum que pesquisadores que dependem de fontes primárias busquem informações em mais de uma biblioteca ou utilizem bibliotecas de outras cidades, estados ou país, a fim de encontrarem o que desejam. Quando Campos e Cury (1997) definem esse tipo de fonte como autossuficiente, isso significa que, por si só, as obras ou as escritas que se enquadram nesse aspecto já expõem muitos elementos a serem estudados. No campo da educação, podemos citar exemplos de historiadores que buscam investigar as cartas de Pedro Álvares Cabral destinadas à coroa portuguesa sobre as terras do Brasil; filósofos, sociólogos e pedagogos que analisam, em obras antigas, diferentes teorias; e linguistas, que traduzem e exploram os livros que ainda não foram traduzidos no Brasil. No campo da cultura, temos artistas que se dispõem a explorar as obras de pintores e escultores internacionais, como Van Gogh. Enfim, há inúmeras possibilidades que apenas as bibliotecas podem oferecer para a leitura, análise, exploração, toque e outras sensações que as bases on-line não conseguem proporcionar.

No campo das ciências biológicas e das exatas, as bibliotecas também podem ser fontes de busca de produções antigas, teoremas já existentes e tudo aquilo que remeta à história e aos contextos que até hoje influenciam na medicina e nos cálculos, por exemplo. Fato é que a biblioteca é versátil e tem leituras para todos os gostos e necessidades. Não apenas as bibliotecas populares podem ser pesquisadas, mas as universitárias públicas (que são abertas a toda comunidade) e as bibliotecas de instituições privadas, as quais demandam autorizações em muitos casos.

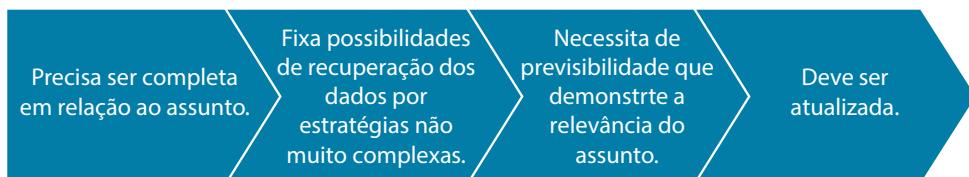
Para além das bibliotecas enquanto espaço físico de banco de dados, também temos museus, casas culturais, teatros e ateliês de arte, ambientes nos quais é possível encontrar um rico acervo a ser explorado por diferentes pesquisadores e que pode ser fonte primária de estudo. Também há documentos que podem ser mais privativos, tais como prontuários, receitas médicas, cartas de encaminhamentos, diagnósticos, laudos, relatórios, projetos e uma infinidade de elementos que são fontes primárias, devido ao fato de serem matrizas explicativas (CAMPOS; CURY, 1997).

Diante do exposto, caro(a) aluno(a), é perceptível que, ao lidarmos com fontes primárias, precisamos de dados mais concretos, físicos e palpáveis, em muitos casos. Entretanto, você deve estar pensando:

Se já existem bibliotecas virtuais, museus e outros espaços científicos e artísticos com fontes virtuais, será que não eu posso utilizá-las para verificar as fontes primárias?

A resposta é: sim! Contudo, é difícil. Lembre-se de que algumas fontes ainda não foram digitalizadas. Dessa forma, muita fonte primária ainda é guardada em bibliotecas e demais espaços físicos. Já outras fontes, mesmo sendo virtuais, não podem ser analisadas com detalhes. Os espaços e os materiais físicos ainda são muito importantes para as pesquisas, apesar do avanço da tecnologia. No entanto, tudo é variável, ou seja, depende de sua pesquisa. O importante é que o estudo utilize uma base bibliográfica que ampare teoricamente o pesquisador em seu caminho metodológico e dê subsídios para as suas fundamentações e argumentações. Por isso, Lancaster (2004) afirma que a base de dados bibliográficos deve ter utilidade, ao responder as perguntas do pesquisador considerando alguns aspectos, os quais podem ser visualizados na figura a seguir.

Figura 3 - Critérios de utilidade para a base de dados bibliográficos



Fonte: adaptada de Lancaster (2004).

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma sequência com quatro partes, as quais apresentam os critérios de utilidade de uma base de dados bibliográficos para a pesquisa científica. Os critérios são: “precisa ser completa em relação ao assunto”; “fixa possibilidades de recuperação dos dados por meio de estratégias não muito complexas”; “necessita de previsibilidade que demonstre a relevância do assunto” e “deve ser atualizada”.

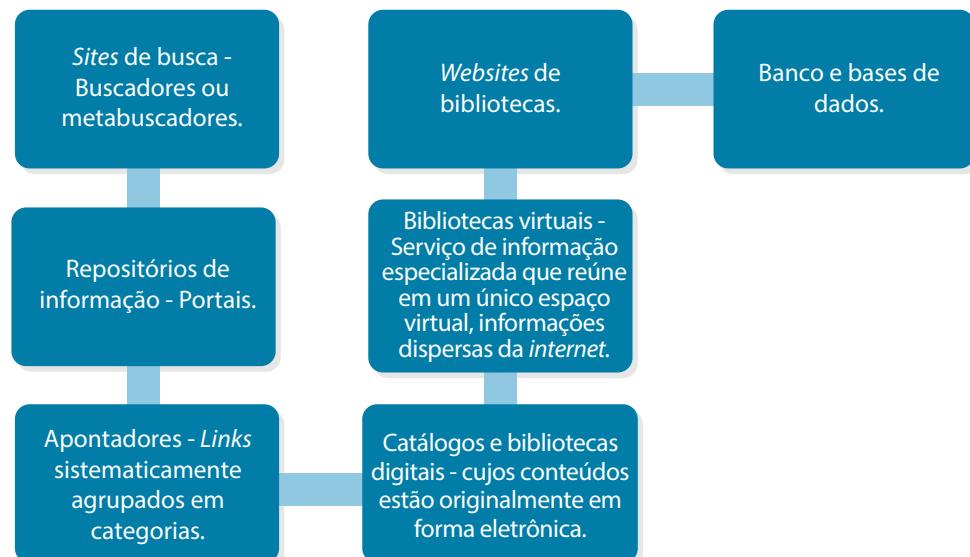
Independentemente se a base de dados é física (como bibliotecas e museus) ou virtual (repositórios ou revistas on-line), os critérios expostos na Figura 3 são relevantes. Vejamos: se, para construir a fundamentação teórica, o pesquisador precisa, primeiramente, conhecer o que os seus pares já publicaram sobre o assunto e fazer um levantamento bibliográfico, o mínimo que o estudioso deve buscar é uma base de dados que tenha publicações sobre o seu assunto. Lancaster (2004) elenca esse critério como primordial, ou seja, não basta fazer apenas uma ou duas leituras de publicações sobre a temática, mesmo que a estrutura de sua pesquisa seja um *paper* científico. Sempre pesquise em bancos de dados completos ou em mais de um.

Quando executamos uma pesquisa, é natural lermos e relemos o mesmo

livro várias vezes. Imagine que você vá até uma biblioteca hoje, empreste um livro, faça a sua pesquisa e o devolva. Depois de um mês, você sente a necessidade de rever os postulados do autor ou buscar mais fundamentação teórica na mesma obra e, ao voltar à biblioteca, descobre que ele não faz mais parte desse acervo ou só tinha um exemplar, o qual não se encontra lá. Ao expor esse fato para os dados virtuais, os bancos precisam conter um acervo de descritores (palavras-chave) diverso, para que qualquer pessoa que procure determinado assunto possa (re) encontrar todas as publicações relativas ao tema de forma fácil. Para tanto, o sistema de filtros de palavras-chave, também denominados “buscadores”, precisa ser delineado e interligado aos textos (LANCASTER, 2004).

A partir de agora, caro(a) aluno(a), aprofundaremos os nossos estudos voltados às fontes de dados que surgiram mediante a Internet. Segundo Azevedo (2012), as tipologias das novas fontes de informação envolvem alguns elementos, os quais são visíveis na figura a seguir.

Figura 4 - Tipologias das novas fontes de dados na internet

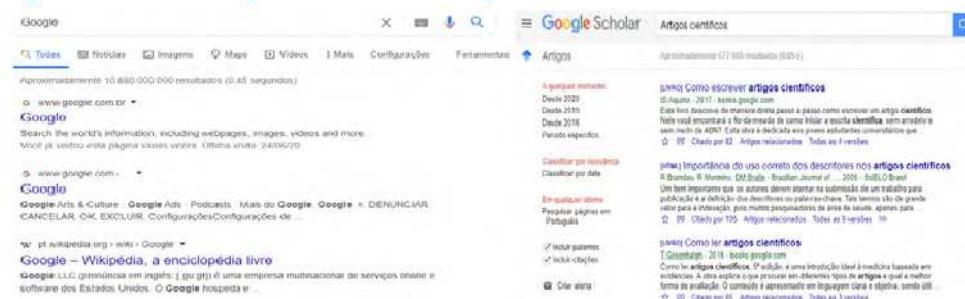


Fonte: Azevedo (2012).

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma sequência de sete partes que caracterizam as fontes de dados encontradas na Internet. São elas: “sites de busca: buscadores ou metabuscadores”; “repositórios de informação: portais”; “apontadores: links sistematicamente agrupados em categorias”; “catálogos e bibliotecas digitais: os conteúdos estão originalmente em forma eletrônica”; “bibliotecas virtuais: serviço de informação especializado que reúne, em um único espaço virtual, informações dispersas da Internet”; “websites de bibliotecas” e “banco e bases de dados”.

Atualmente, em todo o mundo, o número de buscadores é muito grande. No Brasil, como exemplo, temos o Google (o mais utilizado), o Bing, o Yahoo e o Ask, além de outros que são menos conhecidos. Eles proporcionam a busca sobre qualquer tema e sempre a relacionam ao perfil do sujeito (gênero, localização e interesses nas redes sociais, por exemplo). Já os metabuscadores são mais específicos, como os metabuscadores de hotéis, que podem ser usados quando se deseja encontrar os melhores lugares para se hospedar durante uma viagem. Também há os metabuscadores de publicações científicas, os quais têm, no Brasil, como o seu maior representante, o Google Acadêmico.

Figura 5 - Buscador Google e metabuscador Google Acadêmico



Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: a figura apresenta, em seu lado esquerdo, o buscador do Google e, à direita, está o metabuscador do Google Acadêmico.

Quando se trata de pesquisas científicas, muitos cuidados devem ser levados em consideração. Os buscadores, por exemplo, apresentam diversos dados, mas nem todos são confiáveis. Segundo Tomaél *et al.* (2001), alguns critérios de qualidade devem ser avaliados nas fontes de informação e precisam ser íntegros durante a sua utilização na produção de pesquisas. Deles, destacamos cinco, os quais são apresentados a seguir:

1. Informações de identificação: autor(es), número de páginas, ano e local de publicação.
2. Consistência das informações: o conteúdo deve ser científico, a fim de gerar pesquisa científica.
3. Confiabilidade das informações: quem apresenta as ideias é um estudioso sobre o assunto?
4. Links de acesso: se o conteúdo é de um (meta)buscador, ele deve apresentar um link próprio ao material, com o objetivo de ser fácil de localizar e revisitar.
5. Layout da fonte: a estética pedagógica é importante para a pesquisa.

Com base nos aspectos citados por Tomaél *et al.* (2001), os buscadores são ótimos para encontrarmos os metabuscadores, mas não muito confiáveis para encontrar as bases bibliográficas para a pesquisa. Ainda com base no Google, podemos encontrar informações sobre um mesmo assunto em metabuscadores que podem científicos, ou não, tais como *blogs* e *wiks*, nos quais qualquer pessoa pode escrever, mesmo sem fundamentação teórica. Se você acredita que, ao realizar uma pesquisa em metabuscadores, está mais seguro, pode estar enganado, pois os mesmos aspectos citados por Tomaél *et al.* (2001) devem ser investigados, visto que, no Google Acadêmico, podemos encontrar escritas científicas sem uma pesquisa sólida (com metodologias e rigor sustentável de pesquisa) ou pseudopesquisas. Sempre opte por materiais de sites e autores confiáveis, com todos os aspectos mencionados.

As tipologias de Azevedo (2012), as quais foram expostas na Figura 2, são mais confiáveis, visto que se voltam à apresentação de materiais puramente científicos e, muitas vezes, revisados. Em relação aos repositórios, precisamos conhecer o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que caracteriza os repositórios digitais (RD) como “bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática”. Além disso, os “RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais” (BRASIL, 2020b). Acervo Antônio Carlos Jobim, Acervo Digital da Unesp, Acervo Digital do Inmetro e Acervo de Recursos Educacionais em Saúde são alguns repositórios brasileiros abertos à consulta.



Quer ter acesso aos repositórios indicados pelo IBICT? Acesse:

<https://ridi.ibict.br/>

No que diz respeito às bibliotecas e aos catálogos digitais mencionados por Azevedo (2012), exploraremos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É importante que você compreenda, caro(a) aluno(a), que a Capes é um importante braço do MEC e surgiu em 1951, com o propósito de ajudar na melhoria do país rumo à industrialização, que,

para tanto, demandava uma formação de pessoas em nível superior. Desde então, vem investindo o seu tempo e recursos na melhoria dessa formação com caráter de pesquisa e tecnologia, ocupando-se da qualidade do ensino, principalmente em cursos *stricto sensu*. As bolsas de pesquisa ou de fomento são distribuídas e fiscalizadas pela Capes aos alunos que realizam diversas pesquisas. Dessa forma, muitos estudos são feitos com a ajuda de custo do governo e, em detrimento de serem repassadas à sociedade, a Capes organiza um catálogo em que podemos acessar todas as dissertações e teses publicadas em diferentes IES de todo o país (BRASIL, 2020a).

Figura 6 - Catálogo de dissertações e teses da Capes

Fonte: Brasil (2020a).

Descrição da Imagem: A figura apresenta a página inicial de pesquisa no catálogo de dissertações e teses da Capes.

Certamente, a base de dados da Capes abrange um grande acervo de trabalhos científicos de alta qualidade e de confiança, visto que são pesquisas científicas advindas de programas de mestrado e doutorado. Essa reunião de dissertações e de teses é possível devido à ligação que se tem com os sites e os bancos de dados de cada IES, sobretudo as universidades que produzem muitas pesquisas dessa natureza. Agora, passamos a destacar as bibliotecas (*websites*, digitais e virtuais). De acordo com Santos, Freitas e Gomes (2018, p. 157):

Os *websites* ou as páginas das bibliotecas são espaços na *web* que oferecem informações confiáveis e de maneira confortável para os usuários, tanto os reais quanto os potenciais, representando, desta forma, o primeiro canal de comunicação e informação da biblioteca para além do ambiente físico. Assim, as bibliotecas universitárias devem desenvolver um espaço na *web* que atendam a demanda de informação dos usuários e seja também um aliado no processo de comunicação e interação com eles.

Isso significa que, por meio de *websites* das bibliotecas, as IES se aproximam das comunidades acadêmica e não acadêmica. Qualquer pessoa que faça uma busca relacionada ao acervo digital dessas instituições poderá encontrá-las (SANTOS; FREITAS; GOMES, 2018). No que tange à pesquisa científica, essa possibilidade traz dinamismo e fluidez ao pesquisador, que pode acessar as informações acadêmicas por meio do celular ou por intermédio do seu computador, sem necessidade de ir até o espaço físico da biblioteca. Esse fato é muito importante em tempos que a educação a distância ganha maior público estudantil e precisa oferecer amparo para a realização de estudos e pesquisas em espaços virtuais.

Azevedo (2012) salienta que há diferenças entre as bibliotecas digitais e as virtuais. A primeira apresenta um acervo originado de publicações digitais (*e-book*, CD-rom, filmes, documentários etc.), enquanto as bibliotecas virtuais abrangem os acervos que advêm da Internet, tais como os livros físicos que foram digitalizados. A seguir, demonstramos uma lista com bibliotecas dessas naturezas e que têm acesso livre.

Figura 7 - Lista de bibliotecas virtuais e digitais para livre consulta

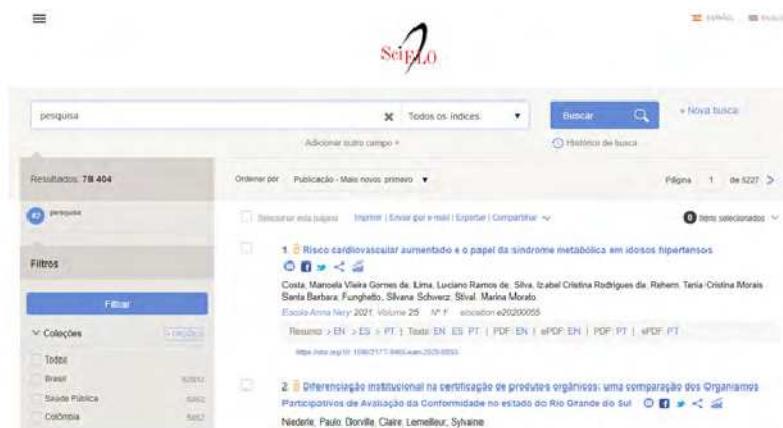
	Biblioteca Mundial Digital Essa biblioteca digital é um projeto da Organização das Nações Unidas (ONU), que conta com diferentes escritos e textos científicos. Acesso em: https://www.wdl.org/pt/
	Domínio Público Biblioteca virtual criada pelo MEC. Acesso em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp
	Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin Essa biblioteca virtual pertence à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (USP). Acesso em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/
	Biblioteca Digital da Unicamp Essa biblioteca digital pertence à Universidade de Campinas e foi pioneira nesse ramo. Acesso em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/
	Biblioteca Digital UniCesumar Essa biblioteca digital pertence à universidade Cesumar. Acesso em: https://www.unicesumar.edu.br/biblioteca/

Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma lista com cinco nomes e links de acesso às bibliotecas digitais e virtuais que podem ser consultadas por qualquer pessoa.

Para finalizar as tipologias de fontes citadas por Azevedo (2012), temos os bancos e as bases de dados, já trabalhadas, mas que relembraremos e citaremos um exemplo. Há muitos bancos e bases de dados, alguns nacionais e outros internacionais, que permitem fazer pesquisas confiáveis. O importante é verificar quais fontes são importantes para você e, então, decidir entre os periódicos da Capes, da Jurn ou da SciELO, por exemplo. Considerando que, no Brasil, a mais utilizada é a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica Online - SciELO), ela é a que será apresentada.

Figura 8 - Base de dados SciELO



Fonte: Scielo (2020).

Descrição da Imagem: a figura mostra a página de busca avançada da base de dados SciELO. Nela, há a possibilidade de aplicar alguns filtros, tais como: "publicações nacionais"; "publicações mundiais"; "áreas científicas" e "resultados".

Segundo o próprio site, a SciELO é uma biblioteca que abrange muitos periódicos científicos e, no Brasil, abrange uma boa coleção de publicações nacionais:

A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da

produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca (SCIELO, 2020).

Tivemos, a partir de uma parceria entre alguns órgãos de nosso país, a divulgação e a aquisição de um vasto acervo de pesquisas científicas. Devido a essa confiabilidade das publicações nacionais e internacionais, muitas pessoas buscam por pesquisas e visam à publicação de seus próprios estudos em revistas articuladas à SciELO, tanto pela fidedignidade das informações quanto pela ampla divulgação. Essa rede de revista eletrônica conta, atualmente, com a participação de outros 13 países. Portugal, Espanha, Argentina e Brasil são os maiores nas publicações da SciELO.

Assim como você pôde perceber, caro(a) aluno(a), seja em ambientes físicos, sejam em ambientes virtuais, há muitas opções de pesquisas com fontes confiáveis para a elaboração de trabalhos científicos de diferentes naturezas e tipologias. Fato é que, em toda forma de pesquisa, o levantamento bibliográfico, a leitura e a utilização de teorias para a fundamentação são indispensáveis. Por isso, escolher a base de dados é fundamental para garantir a realização de uma boa pesquisa. Delinear as fontes, a partir do que foi explicitado ao longo dos parágrafos, também não deve ser mais uma dificuldade, correto?

Ao escolher uma biblioteca física, um *website*, uma biblioteca virtual ou digital, ou, ainda, uma base de dados científicos, não haverá erro, pois todos devem ter livros, dissertações, teses, periódicos e artigos científicos com as principais identificações, tais como autores confiáveis, ano de publicação, número de páginas, metodologia e rigor científico. Agora que a sua pesquisa bibliográfica está bem encaminhada, o tema já foi escolhido e a sua estrutura textual está bem definida, devemos pensar em como elaborar uma pesquisa legitimamente científica, com ética e que seja relevante para a sociedade. Por isso, te convido a realizar novas reflexões.

Uma discussão muito relevante, sobretudo nos estudos atuais, refere-se aos aspectos éticos da pesquisa científica, o que inclui o plágio e o comitê de ética. Nesse sentido, há dois prismas pelos quais devemos observar a ética: a) como escrever de forma honesta; b) como realizar a pesquisa sem ferir as vidas envolvidas ou desobedecer às legislações. Ambos são extremamente importantes e devem ser considerados pelo pesquisador antes, durante e depois de todo o processo de estudo e de escrita. Como cada um abrange diferentes reflexões a serem realizadas, mas as apresentaremos, para que você, estudante, saiba lidar com os processos éticos em suas pesquisas. Vamos lá?



Em relação à escrita honesta, assim como desejamos ler pesquisas fidedignas e escrever com base na cientificidade, também precisamos escrever dessa forma. O primeiro passo para que isso aconteça é pesquisar em fontes confiáveis. O segundo passo é dar crédito aos estudiosos que você pesquisou. É sobre o segundo elemento que enfatizaremos. Sempre que eu leio uma obra, um texto ou ouço um discurso em palestras e demais eventos, estou aprendendo com o que vi e ouvi, ou seja, estou formulando ideias e associando-as ao que já sei. Isso contribuirá significativamente em minhas pesquisas, logo, devo utilizar esse conhecimento adquirido. Entretanto, em sinal de respeito a quem me ensinou ou a quem me fez aprender, preciso citar o dono daquelas ideias, discursos ou determinadas escritas, a fim de que a minha pesquisa tenha rigor científico. Mas como fazer isso?

Caro(a) aluno(a), sempre que falamos em citar autores, estamos considerando uma norma de escrita científica que será guiada por um órgão, uma instituição ou uma revista. Como exemplo, temos, no Brasil, o órgão denominado “Associação Brasileira de Normas Técnicas” (ABNT), que, em algum momento, você já deve ter ouvido falar, mas que apresentaremos com mais detalhes em discussões futuras. A ABNT determina, dentre outras questões, as normas para as citações e as referências, as quais devem acontecer em todos os textos. Por isso, para saber como citar e como referenciar as obras que utilizamos em nossas pesquisas, conhecer a ABNT é fundamental, assim como as demais normas que são utilizadas pela IES ou pela revista para a qual estamos escrevendo.

Em toda a pesquisa, os autores das ideias, das falas, dos discursos, dos termos, das escritas, das ilustrações e dos demais materiais utilizados e citados devem ser expressos em nossa pesquisa. Caso isso não aconteça, estamos fadados a realização de cópias indevidas, as quais podem ser consideradas plágios. De acordo com Galvão (2014, p. 187), “o plágio consiste no aposseamento, como se fosse da própria autoria, de resultados ou conclusões de outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados inerentes a cada um como merecimento autoral”. Além disso, a autora frisa que quem se apropria das ideias ou dos dados, independentemente da fonte e da publicação, sem dar os devidos créditos, também está cometendo plágio.

É válido ressaltar que plágio é crime. Em alguns artigos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providências, os direitos citados se referem aos bens móveis. Entretanto, o Art. 5º apresenta nitidamente os efeitos da referida lei, ao explicitar, em seus incisos, que:

I - publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

II - transmissão ou emissão - a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

III - retransmissão - a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

IV - distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

VII - contrafação - a reprodução não autorizada;

VIII - obra:

- a) em co-autoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores;
- b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;
- c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto;
- d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;
- e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;
- f) originária - a criação primígena;
- g) derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;
- h) coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;
- i) audiovisual - a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

IX - fonograma - toda fixação de sons de uma execução ou interpretação ou de outros sons, ou de uma representação de sons que não seja uma fixação incluída em uma obra audiovisual;

X - editor - a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;

XI - produtor - a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade econômica da primeira fixação do fonograma ou da obra audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte utilizado;

XII - radiodifusão - a transmissão sem fio, inclusive por satélites, de sons ou imagens e sons ou das representações desses, para recepção ao público e a transmissão de sinais codificados, quando os meios de decodificação sejam oferecidos ao público pelo organismo de radiodifusão ou com seu consentimento;

XIII - artistas intérpretes ou executantes - todos os atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore.

XIV - titular originário - o autor de obra intelectual, o intérprete, o executante, o produtor fonográfico e as empresas de radiodifusão (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013) (BRASIL, 1998).

É importante compreendermos que, da mesma forma que se apropriar de um bem físico (uma casa, um terreno ou um carro) que não é seu e sem a permissão do outro é um crime previsto no Código Penal, apropriar-se de uma ideia (bem móvel) também é crime. Isso porque um livro, uma ideia registrada ou uma frase escrita, por menor que seja, é um bem intelectual, uma propriedade de alguém, logo, precisa ser creditada quando utilizada.

Existem diferentes formas de plágio (BRASIL, 1998). Salientaremos os principais aspectos que precisamos nos atentar para não realizarmos em nossas produções escritas. Garschagen (2006) enfatiza três formas de plágios mais comuns nas academias e que comprometem a integridade científica. São eles:

- Plágio integral: simplesmente todas as palavras, frases e pontuações são copiadas do(a) autor(a) original, sem citá-lo(a), tampouco referenciá-lo, apresentando as informações quanto originais.
- Plágio parcial: ocorre quando a escrita é formada por alguns trechos, substituindo as palavras ou termos por sinônimos, a fim de camuflar a ideia original que foi apresentada por outro(a) autor(a).

- Plágio conceitual: cópia de ideias, e não necessariamente de palavras, sem referenciar e citar o(a) autor(a) original.

Em alguns casos, o plágio acadêmico ocorre por ausência de educação sobre a pesquisa. Se, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, somos ensinados a copiar o que está nos livros e na Internet, e não citar e referenciar os locais de onde as informações foram encontradas, tomamos essas ações como naturais e corretas, pois não foi dito que as ideias têm autores que precisam ser reconhecidos. Por isso, a pesquisa precisa ser ensinada desde as séries iniciais de forma correta (GARSCHAGEN, 2006). Contudo, sabemos que, mesmo na academia, *locus* de pesquisa, depois de uma série de ensinamentos sobre como fazer pesquisa e escrever, ainda assim, temos pessoas que usam o plágio como artifício para finalizar a produção rapidamente ou evitar o “trabalho”. Independentemente do fator, o resultado é um comprometimento na ciência (ECO, 1994).

Há várias sanções civis previstas na Lei nº 9.610/1998, relativas a cada forma de plágio cometido. Algumas delas são: o sujeito plagiador pode perder os exemplares publicados em casos de vendas; pagar o valor do que foi vendido ao autor original; pagar multa e/ou danos morais no valor determinado pela justiça de acordo com cada caso; e perder o título conquistado, em casos de plágio acadêmico (graduado, tecnólogo, especialista, mestre, doutor e pós-doutor), de acordo com o regulamento interno de cada IES (BRASIL, 1998).



O plágio é um meio desonesto de realizar um trabalho sem muitos esforços. O profissional ou acadêmico que se propõe a realizar uma pesquisa ou realizar uma obra deve estar ciente das normas e não pode utilizar esse recurso.

Como ponto de reflexão das causas e das consequências do plágio, citamos o filme *A Janela Secreta*, de Stephen King, lançado em 2004. O filme retrata a história de um escritor de livros, Mort Rainey (interpretado por Johnny Depp), que passa por um divórcio e acaba afetando o seu processo criativo. Em meio a esse contexto, surge um misterioso homem, John Shoother (John Turturro), que insiste em acusá-lo de plagiar um de seus contos.



Assim, voltamos à grande questão: como escrever bem e corretamente para não cometer plágio? Isso é muito simples. Sempre, em todos os seus parágrafos, informe de onde e/ou de quem foi retirada aquela informação, ideia, fundamentação, imagem, vídeo etc. Além de citar o autor original, sempre référencia, no final do texto, todas as informações sobre a obra ou o recurso consultado. Por isso, há uma seção específica para as referências, a qual demonstra que a sua pesquisa tem rigor científico e, por isso, você precisa escolher as fontes de acordo com as explicitações dos parágrafos anteriores. Enfatizamos a importância de que sejam expressos os autores especialistas, o ano de publicação, o número de páginas e demais elementos de identificação.

Vejamos, no quadro a seguir, um exemplo de plágio e um exemplo de citação correta, a partir de um mesmo trecho original.

Figura 9 - Exemplo de plágio x citação

<p>Trecho original:</p> <p>Levando em conta, então, a interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas a situação atual.</p> <p>PIAGET, J. <i>Seis estudos de Piaget</i>. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.</p>	<p>Plágio:</p> <p>Devemos levar em consideração a interação fundamental entre os fatores internos e os externos, pois toda conduta é uma assimilação dos esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, uma acomodação desses esquemas na situação atual.</p>	<p>Paráfrase/citação:</p> <p>Segundo Piaget (2011), tanto os fatores internos quanto os externos influenciam no desenvolvimento a partir do que o autor denomina de assimilação. Em outras palavras, aquilo que o sujeito acabou de vivenciar ou de adquirir como conhecimento se une a uma estrutura cognitiva já existente. Isso, em primeiro momento, causa um conflito cognitivo entre as novas aquisições de aprendizagens e os velhos conhecimentos, o que gera um desequilíbrio. Posteriormente, por meio dessa assimilação, há um novo conhecimento consolidado e, portanto, uma nova estrutura cognitiva acomodada.</p>
---	---	---

Fonte: a autora.

Perceba, caro(a) aluno(a), que, entre o trecho original, de Piaget (2011), e o exemplo de plágio, apenas algumas palavras foram mudadas (destacadas em vermelho). Além disso, o autor da ideia não foi citado. Dessa forma, o leitor que desconhece uma obra de Jean Piaget acreditará que o trecho foi criado pelo pesquisador, que está assumindo como sua a ideia de outro. Esse ato não pode ser realizado, pois é cópia indevida, plágio. Já na paráfrase, ou seja, uma citação devidamente realizada, são expostos os conceitos de Piaget (2011), destacados em azul, porém, com as palavras/explicações do pesquisador.



Escute uma entrevista com o professor Maurílio Coutinho, advogado, voltada às implicações do plágio na esfera judicial.

Os autores clássicos ou contemporâneos são fundamentais e devem aparecer em nossas pesquisas, pois precisamos evidenciar o que já foi escrito e comprovar que o nosso trabalho é científico, e não senso comum. Por isso, citar autores e as suas obras é necessário. Além disso, determinados conceitos e ideias são difíceis de serem explicados em nossas palavras, mas sempre há um autor que os evidenciam ao leitor. Então, por que não citá-lo? Tomando o exemplo de Piaget (2011), não há como falarmos de desenvolvimento por meio de assimilação e de estruturas cognitivas sem mencioná-lo, devido sua importância para a literatura científica. Não só, mas quando falamos de equilibração e de acomodação, sempre temos que citá-lo, visto que essas ideias fazem parte de sua teoria.

Assim, com citações e referências, escrevemos e pesquisamos de forma honesta e científica. Agora, precisamos olhar os aspectos éticos da pesquisa sobre o outro prisma mencionado no início dessa seção: como realizar a pesquisa sem ferir as vidas envolvidas ou desrespeitar às legislações? Para isso, precisamos recorrer ao Código de Ética do pesquisador. No entanto, cada profissão tem o seu próprio Código de Ética, que está vinculado ao código do pesquisador da área. Por isso, é necessário que cada sujeito verifique o seu e compreenda a sua relação com a pesquisa.

Entretanto, para as discussões de forma ampla, citamos as contribuições de Narchi e Secaf (2002, p. 228):

[...] no Brasil, como documentos legais inclui-se a atual Constituição e os Códigos Civil e Penal, e as Resoluções nº 1/88, nº 196/96, nº 201/96 e nº 251/97 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que conscientizam e orientam a sociedade sobre a questão da pesquisa em seres humanos e apresentam, como principal avanço, a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e exigência dos Comitês de Ética em Pesquisa em todas as instituições em que os pesquisadores atuam.

A partir dessas legislações, além do Código de Ética do profissional, o pesquisador também precisa verificar as exigências e as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (C.E.P) de sua instituição, porque todas as IES que ofertam a pesquisa precisam ter o seu próprio comitê interno. Dessa forma, garante-se que todo o processo será feito com base no respeito à vida. Imagine que você, caro(a) aluno(a), queira realizar uma pesquisa entrevistando pais e professores. Diante disso, você precisará passar pelo Comitê de Ética, a fim de verificar se sua pesquisa respeita os participantes, desde o convite até a forma de tratamento e as perguntas realizadas. Caso você aplique algum teste com crianças, adolescentes ou adultos, ele também precisa também passar pelo comitê.

Vejamos o que explicita a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde, considerando a dignidade humana e a proteção de vida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos:

A presente Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

[...]

II - DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

A presente Resolução adota as seguintes definições:

II.1 - achados da pesquisa - fatos ou informações encontrados pelo pesquisador no decorrer da pesquisa e que sejam considerados de relevância para os participantes ou comunidades participantes;

II.2 - assentimento livre e esclarecido - anuênciam do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades;

II.3 - assistência ao participante da pesquisa:

II.3.1 - assistência imediata - é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e

II.3.2 - assistência integral - é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa [...] (BRASIL, 2012).

O inciso II da Resolução nº 466/2012 evidencia os termos necessários para que os pesquisadores possam realizar pesquisas com seres humanos, ainda que seja um questionário on-line, sem contato pessoal. O primeiro aspecto é evidenciar os participantes ou o grupo selecionado e delimitar o motivo pelo qual eles são necessários para a pesquisa. A partir de então, o pesquisador entra em contato pessoal, telefônico ou virtual, a fim de explicar a pesquisa e a participação do sujeito, e convidá-lo para tal (BRASIL, 2012).

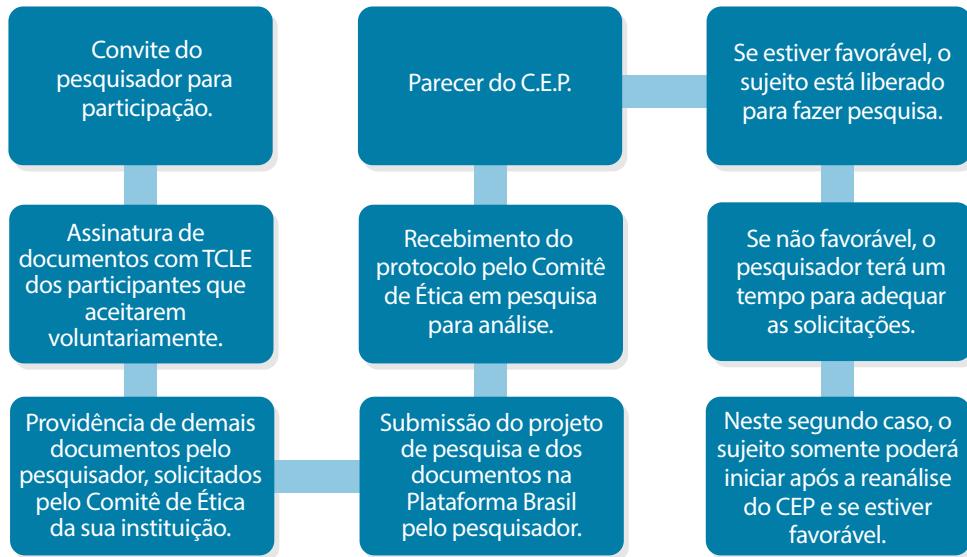
Caso o sujeito esteja totalmente de acordo e, por livre e espontânea vontade, tenha disponibilidade para participar da pesquisa, é preciso que isso fique registrado em um documento, geralmente, em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que pode ter algumas diferenças de acordo com a faixa etária ou condição dos participantes. Nesse documento, em duas vias de mesmo teor, precisão estar evidenciados: a pesquisa (título, objetivos, justificativas e forma de participação do sujeito), os dados do pesquisador, os dados do professor orientador, se houver, e os dados da instituição e de seu C.E.P. Com essa assinatura em duas vias (uma para o pesquisador e outra para o sujeito), fica declarado que o participante teve acesso ao objetivo da pesquisa e concede o direito de sua participação, que pode se dar por respostas escritas, áudios e/ou vídeos gravados, por exemplo (BRASIL, 2012).

Por fim, outro elemento a ser salientado é em relação à assistência ao participante, que pode ser imediata ou integral. A pesquisa não pode oferecer nenhum ônus ao sujeito, seja de forma física, psíquica ou material. Se isso ocorrer, ainda que o pesquisador não tenha intenção ou ocorra por algum motivo não previsto na pesquisa, o participante deve receber o amparo necessário, a fim de reverter ou amenizar a situação, conveniente caso a caso (BRASIL, 2012). Todavia, para que o transtorno seja evitado, o Comitê de Ética da IES avalia as ações do pesquisador, os grupos selecionados, os materiais intencionais e as formas de coleta de dados, antes de liberar o pesquisador a campo.

Para termos uma breve ideia do caminho que a pesquisa com seres humanos segue, acompanhe o organograma a seguir.

É necessário postar o projeto da pesquisa e todos os documentos em um sistema nacional para chegar até o C.E.P. A Plataforma Brasil é uma base nacional e

Figura 10 - Passo a passo dos processos de pesquisa com seres humanos para pesquisadores e C.E.P



Fonte: a autora.

Descrição da Imagem: a figura mostra os encaminhamentos do C.E.P e uma sequência de passos que o pesquisador deve realizar até a postagem no sistema Plataforma Brasil.

unificada de cadastros de pesquisas que envolvem seres humanos para todos os sistemas dos comitês institucionais.

Não há essas exigências somente com seres humanos, pois a vida animal também



Quer compreender um pouco mais o passo a passo dos processos de pesquisas com seres humanos? Veja o vídeo a seguir, que expressa as explicações de forma mais detalhada.

merece respeito. Em relação ao Código de Ética para as pesquisas com animais, vale salientar que a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, foi sancionada para dispor sobre o uso de animais em pesquisas científicas e determina a criação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Dessa forma, foi criado o Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, que dispõe sobre a composição do Concea e estabelece normas para o seu funcionamento e o uso científico de animais:

Art. 1º As atividades e projetos que envolvam a criação e utilização de animais de laboratório pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, destinados ao ensino e à pesquisa científica ficam restritas ao âmbito de entidades de direito público ou privado, que serão responsáveis pela obediência aos preceitos da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, deste Decreto e de normas complementares, bem como pelas eventuais consequências ou efeitos advindos de seu descumprimento. § 1º As atividades e projetos de que trata este artigo são vedados a pessoas físicas em atuação autônoma e independente, ainda que mantenham vínculo empregatício ou qualquer outro com pessoas jurídicas. § 2º As instituições interessadas em realizar atividade prevista neste Decreto deverão requerer seu credenciamento junto ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal - CONCEA (BRASIL, 2009).

Assim como é o Comitê de Ética para a realização de pesquisas com seres humanos, todas as IES interessadas em realizar pesquisas com animais, também precisam de um comitê próprio e devem ter um cadastro no Concea. Assim, é garantida a ética no trato com os animais e é necessária uma leitura mais apurada dos comitês de cada instituição.

Espero, caro(a) aluno(a), que você tenha compreendido os caminhos que

precisamos percorrer na pesquisa, desde a estruturação de um texto, passando pela fundamentação teórica, até a realização de um projeto alicerçado na ética, na honestidade e na científicidade. Contudo, ainda estamos no início de toda a produção escrita, pois, até aqui, descrevemos somente os aspectos que estão envoltos ao projeto de pesquisa, os quais darão continuidade à pesquisa de fato.

Agora que você já conhece as bases de dados confiáveis e a forma correta de fazer uma pesquisa científica, que tal retomarmos a sua experiência voltada à estruturação do texto, ao realizar uma pesquisa simplificada e ao escrever sobre um tema que gosta? A partir da temática que você escolheu para estruturar o seu texto, faça uma pesquisa na base de dados SciELO e encontre, ao menos, um artigo sobre o assunto. Leia-o e, no desenvolvimento, escreva, no mínimo, um parágrafo com as suas palavras, citando o(a) autor(a). Dessa forma, você inicia a escrita de uma seção do seu projeto de pesquisa.



AGORA É COM VOCÊ



- Leia o fragmento a seguir:

“A fundamentação teórica de uma pesquisa deve apresentar argumentos sólidos, um referencial teórico adequado e atualizado, e boa revisão bibliográfica, a fim de identificar os status das pesquisas sobre determinado assunto. Além disso, a fundamentação teórica deve apresentar elementos que justifiquem a relevância científica do tema abordado, ao mostrar, ao leitor, novos pontos de reflexões, denúncias, descobertas ou outros elementos que venham somar no conhecimento coletivo”.

BARRETO, A. V. P.; HONORATO, C. F. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- a) Na fundamentação teórica, não é preciso realizar citações, tampouco referências, pois ela deve ser escrita com as palavras do próprio pesquisador.
- b) A fundamentação teórica visa expor o senso comum por meio da escrita do pesquisador, bastando a realização de uma observação dos fatos.
- c) Para apresentar o rigor científico exigido na fundamentação teórica, as citações são necessárias e insubstituíveis.
- d) Pelo fato de ser a seção mais importante, já que apresenta as considerações do pesquisador, não pode trabalhar assuntos novos.
- e) Por meio de cópias de autores e de suas obras é que se faz uma boa fundamentação teórica, porém, escrevendo com as próprias palavras.

- Segundo Guinchat e Menou (1994, p. 295), as bases de dados são “um conjunto organizado de referências bibliográficas de documentos que se encontram armazenados fisicamente em vários locais [...]. Elas são armazenadas por um meio magnético e acessadas local ou remotamente.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, DF: MCT/CNPq/IBICT, 1994.

Na Internet, temos locais que são mais confiáveis para a realização de pesquisas científicas e outros que são menos confiáveis. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir:



- I - As bases de dados mais confiáveis para as pesquisas científicas são as advindas de bibliotecas ou universidades.
- II - Buscadores, como Google e Google Acadêmico, também podem ser fontes confiáveis de pesquisas científicas.
- III - Outras bases de dados confiáveis e plataformas governamentais, como a Capes, também são repositórios.

É correto o que se afirma em:

- a) F, V, V.
 - b) V, F, V.
 - c) V, V, F.
 - d) F, F, V.
 - e) V, F, F.
3. Para Costa (2016, p. 191), o plágio acadêmico é considerado “aquele praticado no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, que consiste na apropriação indevida de produção técnica e científica de conhecimento”. No entanto, para termos fundamentação teórica e rigor científico, é cobrada, nessa produção, a paráfrase:
COSTA, R. M. C. D. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 187-200, 2016.
Diante do que foi exposto no enunciado, evidencie a diferença entre plágio e paráfrase. Depois, apresente um exemplo de paráfrase.

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



1. C.

- Para ter argumentos sólidos e referencial teórico, é preciso apresentar o status das pesquisas, além de citar outros autores. Sendo assim, é necessária e indispensável a citação de obras e autores, evitando o senso comum e enaltecendo a ciência. Por isso, é possível citar autores de forma literal ou por meio da paráfrase.

2. B.

- Tendo em vista que as bases de dados são um conjunto de referências bibliográficas de documentos que se encontram armazenados fisicamente em vários locais, precisamos tomar cuidado em relação ao local em que retiraremos as referências, pois, em ambientes como o Google, que é um buscador aberto a todas as fontes, podem ser selecionados materiais que não são científicos, como blogs e wijs. Já as bases de bibliotecas e universidades, mesmo que digitais ou virtuais, têm maior zelo, pois advêm de fontes confiáveis e científicas, assim como é em repositórios da Capes.
- Plágio é uma apropriação indevida. Já a paráfrase é a citação e a referência da obra e/ou do autor. Para realizarmos uma paráfrase, precisamos escrever com as nossas próprias palavras, como se fosse a explicação da ideia do autor original. Depois, devemos expor o autor e o ano de publicação de sua obra ao leitor e, nas referências, apresentar todas as informações da obra.

Projeto de Pesquisa e Artigo Científico

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro

OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Conhecer a estrutura e as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa, a fim de compreender a sua organização e finalidade. Compreender a estrutura e as etapas de elaboração de um artigo, para que seja possível elaborar e publicar pesquisas científicas. Entender os recursos editoriais, a fim de utilizá-los na diagramação e na formulação de projetos de pesquisas e artigos científicos.



O maior desejo de um pesquisador é publicar as suas descobertas, afinal, ninguém gosta de estudar tanto e escrever tão bem para, depois, engavetar um trabalho realizado, concorda? Dessa forma, o anseio de um pesquisador é mostrar o seu trabalho para muitas pessoas, a fim de que elas possam ler o resultado obtido. Por isso, publicar um artigo em uma revista científica é gratificante, mas demanda muito capricho. Entender as regras de publicação e os elementos pré-textuais e textuais é fundamental. Você se lembra de Sophi Lara? Ela terminou o seu trabalho final do curso e pretende publicá-lo em uma revista. No entanto, em detrimento de ter feito um *paper* científico, que não carrega os elementos pré-textuais de um artigo, Lara está com algumas dúvidas, visto que precisará realizar determinadas adaptações. Ciente dessa diferença, o que ela precisa fazer para transformar o seu trabalho final de curso em um artigo científico?

O *paper* científico tem elementos textuais e pós-textuais, mas, diferentemente de um artigo científico, possui elementos pré-textuais diversificados. Os artigos alcançam um público mais seletivo, uma elite intelectual em que os discursos são compartilhados, o que exige o uso de determinada linguagem e há a necessidade de apresentar descobertas científicas fundamentadas e persuasivas. Com essas características e, sobretudo, com uma robustez teórica, as chances de divulgação entre os pares aumenta e se torna convencional.

No artigo científico, um elemento pré-textual obrigatório que não é exigido no *paper* é o resumo. Ele deve apresentar o tema, o objetivo geral, a problemática, a justificativa e a conclusão da pesquisa de forma sucinta. Considerando o exposto, que tal você treinar esse poder de síntese ao realizar um resumo de um texto que você já leu? Para tanto, com as suas palavras, escreva as informações que o resumo precisa ter: qual é o tema do texto? Qual é o maior objetivo do autor com essa pesquisa? Qual é o problema que ele tenta responder? Por qual motivo? A qual conclusão ele chegou?

Agora que você experimentou a elaboração de um resumo, você sabe o quanto é complexo apresentar, em poucas palavras, ideias tão diferentes e que indicam a essência de uma grande pesquisa. Com base nessa experiência, anote, no diário de bordo a seguir, quais foram as dificuldades de síntese que você se deparou e como as superou ou pode superá-las.

DIÁRIO DE BORDO

Em discussões anteriores, percebemos que, independentemente da produção textual, os elementos textuais são obrigatórios (introdução, desenvolvimento e conclusão). Todavia, dependendo do texto ou das exigências da instituição em que a pesquisa está sendo construída, é necessário que o pesquisador insira elementos pré-textuais e/ou pós-textuais, os quais estudaremos ao longo dos nossos parágrafos.

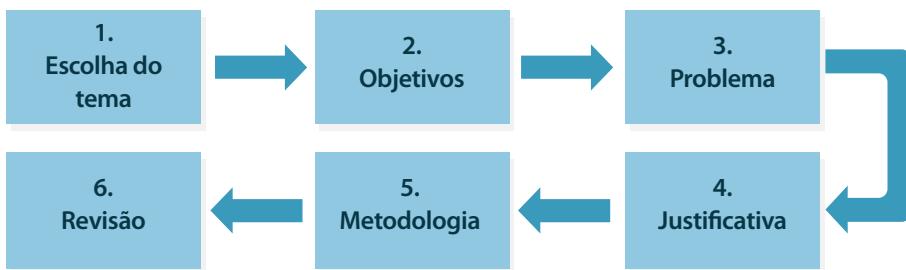
Em detrimento de, nesta disciplina, o nosso foco ser, *a priori*, explorar as formas de pesquisa que nascem na academia, como os trabalhos finais de curso, temos outro detalhe a ser discutido, pois não são apenas as estruturas textuais se diferem na construção de pesquisas que variam entre os cursos de uma mesma IES e entre as diversas universidades. Estamos nos referindo à construção do projeto de pesquisa.

No entanto, o que é um projeto de pesquisa? Tudo o que realizamos em nossa vida, mesmo no cotidiano, para que seja bem executado, exige planejamento, sobretudo quando fazemos algo novo, como uma viagem. Você, caro(a) aluno(a), com certeza, já se deparou com uma fase repleta de novas realizações, as quais exigiram o planejamento de uma nova rota, por exemplo, algo que demanda um (re)pensar de sua rotina. As ações que o pesquisador tomará, em razão de seu caráter racional e sistemático, não são diferentes: é preciso planejamento.

No caso de uma pesquisa, quando falamos de alunos de graduação, estamos, na maioria das vezes, lidando com pessoas que estão realizando uma pesquisa científica pela primeira vez. É o seu caso? Pois bem, caso seja, o planejamento é fundamental, mas precisa de orientação. Por isso, o projeto de pesquisa ajuda o (futuro) pesquisador a se organizar e a entender o que ele deve pensar para iniciar a sua pesquisa. Além disso, permite que o professor orientador o ajude nessa caminhada e compreenda as suas intenções com a realização do estudo (DESLANDES, 1996).

Na pesquisa, o planejamento é entendido como a fase inicial do aluno. Assim, o problema é formulado, os objetivos são especificados, as hipóteses são construídas e os conceitos são operacionalizados. Por isso, deve considerar, inclusive, o tempo para a realização da pesquisa e os recursos humanos, materiais e financeiros empregados em sua construção. A concretização do planejamento da pesquisa é intrínseca à elaboração de um projeto, que se configura como um documento em que são explanadas as ações que serão realizadas durante a pesquisa (DESLANDES, 1996).

Figura 1 - Estrutura para a construção de um projeto de pesquisa



Fonte: adaptada de Gil (2002).

Descrição da Imagem: a figura apresenta as seis etapas de elaboração de um projeto de pesquisa. São elas: "escolha do tema", "objetivos", "problema", "justificativa", "metodologia" e "revisão bibliográfica".

Esses passos já foram detalhados em discussões anteriores, visto que, mesmo se o pesquisador não realizar um projeto de pesquisa e iniciar o seu trabalho diretamente com a produção do conteúdo científico, passará por essas etapas. Agora, retomaremos algumas ideias para que haja uma melhor compreensão. Em relação à escolha do tema, ela deve ser definida a partir da afinidade, da curiosidade ou da necessidade do pesquisador e, geralmente, surge a partir do cotidiano, do ambiente de trabalho, do contato com docentes ou, ainda, de pesquisas ou de estudos que tenham abordado a literatura a ser investigada (GIL, 2002). A escolha de um tema gera restrições ou limites quanto ao desenvolvimento da pesquisa e diz respeito à eleição de uma parte específica de determinado assunto de interesse do pesquisador.

No que diz respeito ao objetivo, ele deve ser levar em consideração a intenção da pesquisa. É preciso haver coerência entre os objetivos, a justificativa e o problema proposto. O objetivo geral deverá demonstrar, de forma resumida, o que se pretende alcançar. Já os objetivos específicos deverão explicar os detalhes e serão os desdobramentos do objetivo geral. Dessa forma, mostram os resultados pretendidos ou a contribuição advinda da pesquisa a ser realizada. Nessa etapa, é preciso utilizar termos claros e precisos. Assim, é recomendado o emprego de verbos de ação, tais como identificar, verificar, descrever e analisar (GIL, 2002).

Também é fundamental tecer reflexões acerca do problema que se intenta solucionar com a pesquisa, expor a relevância dele e evidenciar se a busca pela sua solução é realmente pertinente. Gil (2002) salienta que é preciso ser claro quanto ao problema a ser respondido e em relação à sua delimitação espacial e temporal. Sua formulação implica clarificar a questão de pesquisa, a qual se define por meio dos seguintes questionamentos: o quê? Como? Por quê?

A justificativa apresenta ao leitor o motivo da realização da pesquisa, a fim de que seja elucidada a preferência ao tema e a sua importância em detrimento de outros que foram excluídos. Em razão disso, a justificativa deve ser bem elaborada, a fim de convencer os seus pares. Ela compreende uma exposição sucinta (mas completa) das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que atestam a significância da existência dessa pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na etapa da metodologia, é necessário definir onde e como se dará a realização da pesquisa. Também é preciso estabelecer a tipologia da pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados, a forma como se dará a tabulação e a análise dos dados, dentre outros aspectos práticos do trabalho (GIL, 2002).

Já a revisão bibliográfica é uma das etapas mais imprescindíveis de um projeto de pesquisa. Esta etapa implica na fundamentação teórica a ser adotada para trabalhar o tema e o problema de pesquisa. É possível, por meio da análise da literatura publicada, elaborar um quadro teórico e estruturar os conceitos que sustentarão o desenvolvimento da pesquisa. Assim, nessa etapa, o pesquisador precisa verificar o que já foi publicado sobre o tema, o problema de pesquisa eleito e as metodologias utilizadas (GIL, 2002).

Com a iniciação no mundo da pesquisa, o sujeito pode se sentir um pouco perdido em relação aos tempos de escrita, de levantamento bibliográfico e de coleta de dados, por exemplo. Por isso, um cronograma ajuda nesse processo de planejamento e organização que o projeto de pesquisa exige. O cronograma deve ser obrigatoriamente apresentado, ainda que não tenham sido estabelecidas todas as datas previstas para a realização da pesquisa. Para tanto, precisa conter a estimativa de início e término da pesquisa. As datas previstas e a ordem de realização devem ser contempladas de acordo com o trabalho e as especificações de cada curso/instituição.

Por fim, o projeto de pesquisa apresenta as referências básicas que serão demandadas de acordo com a metodologia utilizada. Essa é apenas uma base que deve ser ampliada à medida que os estudos são realizados e há a necessidade de fundamentação dos argumentos científicos. Tudo o que o pesquisador afirmar deve ser comprovado, a fim de evidenciar que não se trata de “achismo” ou senso comum. Portanto, a colaboração de seus pares e de outros autores é imprescindível e as obras utilizadas para embasamento científico do trabalho precisam ser apresentadas aos leitores.



A partir das etapas apresentadas, o pesquisador já tem um norte de onde e como caminhar para obter as respostas de sua pesquisa. Dessa forma, é possível que o seu projeto se torne uma pesquisa concreta e incorpore novos elementos, os quais foram explorados em discussões anteriores e serão retomados.

A coleta de dados, que proporciona ao pesquisador a obtenção de seus próprios objetos de análise, inicia o processo de robustez científica e transforma o que é apenas um projeto em algo concretizado. Geralmente, acontece de forma mais perceptível em pesquisas aplicadas, de campo e com intervenções. Um recurso muito comum para a coleta de dados é a entrevista ou o questionário, o que demanda a elaboração de questões que realmente ajudarão o pesquisador a chegar até os seus objetivos. Embora não haja normas rígidas a respeito da elaboração do questionário, com base na experiência e nos estudos de Gil (2002), é necessário verificar alguns aspectos importantes, os quais são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Etapas para a elaboração de um questionário

1	As questões podem ser diretas ou indiretas.
2	As respostas podem ser formuladas previamente ou podem ser livres.
3	Os aspectos a que se referem as perguntas são realmente relevantes ao tema, ao objetivo e à problemática da pesquisa.
4	As pessoas têm conhecimentos suficientes para responder às perguntas.
5	As perguntas não induzem a uma resposta.
6	As perguntas não estão elaboradas de forma a induzir respostas de interesses pessoais.
7	As perguntas não podem provocar resistências, antagonismos ou ressentimentos.
8	As palavras empregadas têm uma significação clara e precisa.
9	As perguntas não orientam as respostas em determinadas direções.
10	As perguntas não estão ordenadas de maneira tal que os participantes sejam obrigados a realizar grandes esforços mentais.

Fonte: adaptado de Gil (2002).

Após a coleta, é necessário fazer a tabulação e/ou análise dos dados, cujos resultados serão discutidos. A tabulação é destinada às pesquisas quantitativas, as quais utilizam os recursos manuais ou computacionais para que os dados obtidos na pesquisa de campo sejam organizados. As análises qualitativas, por sua vez, compararam e confrontam dados e provas, a fim de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa. O processo de análise dos dados compreende alguns procedimentos, tais como codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após ou concomitante à análise, podem-se interpretar os dados, estabelecendo-se a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, originados de teorias e estudos conduzidos anteriormente (GIL, 2002).

Na etapa da conclusão, o importante é sintetizar os resultados obtidos a partir da pesquisa. É preciso evidenciar se os objetivos foram contemplados e se a(s) hipótese(s) ou os pressupostos tiveram confirmação ou rejeição. A contribuição da pesquisa para o meio acadêmico deve ser destacada, ao indicar se ela contribui para o desenvolvimento da ciência e/ou da tecnologia (GIL, 2002).

Mesmo em um projeto de pesquisa, é necessário certo rigor científico e atenção às normas gramaticais e às regras voltadas às citações e às referências, pois um projeto mal escrito corre o risco de ser reprovado e não ter a oportunidade de se tornar uma pesquisa concreta. Isso acontece quando utilizamos esse meio para selecionar um Projeto de Iniciação Científica (PIC), o qual você, caro(a) aluno(a), já deve ter ouvido falar dentro da academia. Como isso acontece? O aluno que deseja ingressar no mundo da pesquisa durante a graduação, antes mesmo de realizar o seu trabalho final de curso, pode se candidatar a realização de uma pesquisa científica por meio dos programas que a IES oferta, tais como o PIC, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC ou PROBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e a Iniciação Científica Voluntária (ICV).

O aluno candidato escreve a sua proposta de pesquisa por meio de um projeto e apresenta todas as etapas anteriores. Esse projeto passa por uma série de análises até chegar ao orientador que o aluno escolheu ou que a equipe escolheu para esse acadêmico. No entanto, se, em meio a essas análises, a equipe se depara com um projeto sem fundamentação teórica, com erros gramaticais ou fora das normas brasileiras referentes à citação e às referências, a proposta pode ser recusada por demonstrar falta de empenho acadêmico ou desconhecimento dos aspectos básicos para um aluno de ensino superior.



Ouça uma entrevista com a professora Priscilla Paixão sobre o processo de elaboração, análise e seleção de projetos científicos da Unicesumar.

Agora, destacaremos a fundamentação teórica, um aspecto linguístico e voltado à formatação do trabalho. De acordo com Azevedo (1998, p. 22), o texto deverá ser “gramaticamente correto, fraseologicamente claro, terminologicamente preciso e estilisticamente agradável”. Deve-se proceder à pesquisa da documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de que as indicações bibliográficas e a apresentação gráfica do texto sejam padronizadas. Para tanto, é importante consultar, inclusive, as normas e as orientações do próprio curso e/ou instituição.

Pressupomos que toda pesquisa será lida por estudiosos, logo, os projetos de pesquisa precisam demonstrar o interesse intelectual do pesquisador. Dessa forma, a equipe que analisa as propostas carrega a tarefa de constatar as qualidades e as limitações da pesquisa, o que exige um estilo adequado de linguagem e uma apresentação para a contemplação dos seus propósitos. Ainda que cada pessoa mostre o seu próprio estilo de escrita, faz-se necessário se atentar às determinadas qualidades básicas da redação. Elas são expostas por Gil (2002) e podem ser visualizadas a seguir.

Quadro 2 - Dicas para a escrita de um texto científico

1	Impessoalidade e tempo presente	Escrever de forma impessoal e nunca em primeira pessoa (“meu projeto”, “meu estudo” ou “minha tese”) e dar preferência ao uso de expressões, como “este projeto” ou “o presente estudo”. Em relação ao tempo, sempre que possível, escreva os verbos no presente, para que a sua pesquisa demonstre a atualidade que tem: “constata-se”, “verifica-se”, “percebe-se”, dentre outros.
2	Objetividade e relevância	Empregar uma linguagem direta (sem ênfase às considerações irrelevantes) e sustentar a argumentação por meio de dados e provas. Para tanto, ir direto ao assunto e evitar o emprego das hiperboles (suma importância/importante), das palavras que podem ter mais de um sentido (baseado/com base) e dos vícios de linguagem, como os gerúndios (irá fazer/farão), são atitudes importantes. Com esses cuidados, deixamos o texto “limpo” e menos cansativo. Se estamos falando de temas relevantes, precisamos evitar alguns termos óbvios, tais como “elo de ligação” (visto que todo elo é assim definido por ligar algo a outro), uma vez que transparecem redundância, e expressões desnecessárias, como “já sabemos” e “você já sabe” (se já se sabe, não precisa ser apresentado).
3	Clareza	As ideias devem ser apresentadas de forma clara. Assim, é preciso empregar um vocabulário adequado e não é permitido utilizar palavras com um sentido, mas se tivesse outro (através/por meio). Além disso, é necessário excluir a verbosidade e o uso de expressões com duplo sentido, palavras supérfluas, repetições e detalhes prolixos.
4	Precisão	Cuidar para que cada palavra ou expressão traduza fielmente o que se deseja transmitir, especialmente no que diz respeito aos registros de observações, medições e análises. As ciências apresentam uma nomenclatura técnica específica que leva à precisão ao texto.

4	Precisão	<p>O redator, a fim de atingir a precisão conceitual, deverá recorrer aos dicionários especializados ou a outras obras e deve evitar o emprego de adjetivos que sejam precisos, com o objetivo de esclarecer a real proporção dos objetos (“pequeno, médio e grande”, “quase todos”, “boa parte” etc.). Também deve evitar advérbios que não sejam claros quanto ao tempo, ao modo e ao lugar (“recentemente”, “antigamente”, “lentamente”, “algures”, “alhures” e “provavelmente”), e precisa dar preferência ao uso de termos passíveis de quantificação, pois oferecem maior precisão ao texto.</p>
5	Coerência	<p>A apresentação das ideias deve observar uma sequência lógica e ordenada. Não há limite quanto à utilização de títulos para as partes dos capítulos, mas eles devem ser redigidos uniformemente, iniciando-se por verbos ou substantivos. Também é preciso haver harmonia durante a elaboração do texto, dando-se especial atenção à criação de parágrafos. Cada um deve abordar um único assunto e precisa ter início, preferencialmente, por uma frase contendo a ideia-núcleo do parágrafo, ou seja, o tópico frasal. Devem ser associadas a essa ideia básica (pelo sentido), outras ideias secundárias, expressas em outras frases, além de ser necessário evitar a criação de um texto cujos parágrafos sucedem-se uns aos outros como compartimentos que não estabelecem relação entre si.</p>
6	Concisão	<p>Por meio de poucas palavras, as ideias devem ser expressas. Cada parágrafo deve conter, no máximo, cinco ou sete linhas, pois períodos curtos podem não apresentar uma ideia total ao leitor, enquanto os longos tornam a compreensão difícil e deixam a leitura pesada.</p>
7	Simplicidade	<p>É considerada uma das qualidades mais difíceis de serem contempladas na redação de um relatório ou monografia, pois, normalmente, as pessoas desejam impressionar com o texto em detrimento de expressar o que pesquisam. É preciso empregar palavras consideradas estritamente necessárias. Também é necessário evitar o uso de sinônimos pela simples intenção de variar e não se deve abusar dos jargões técnicos, atribuindo-se pompa à prosa, pois eles não agradam ao leitor.</p>

Fonte: adaptado de Gil (2002).

Esse cuidado com as palavras e termos vai além de uma boa escrita, com pontuações corretas e parágrafos bem definidos. Devemos pensar no bem-estar do leitor, por isso, o texto precisa ter uma escrita linear, que flui e que não seja truncada, a qual exigiria que o leitor voltasse a todo momento e realizasse mais de uma leitura para compreender a ideia exposta. A estética também é importante, pois um texto com muita pontuação apresenta poluição visual e, caso haja pouca pontuação, pode dar a sensação de pressa na escrita/leitura.

Além da má utilização da norma culta da língua portuguesa, nada é pior do que um texto em que a fonte da escrita é **agressiva** ou **irregular**. Por isso, seguir a ABNT é fundamental para que a impressão do leitor seja agradável. Seu texto precisa ser, à primeira vista, um cartão de visita, ou seja, uma casa bem arrumada, que convida o leitor e se torna aconchegante para deleite. A ABNT tem várias normas relacionadas a diferentes temáticas. Uma delas é a Norma Brasileira (NBR) 15287, que dispõe sobre a forma como um projeto de pesquisa deve ser estruturado: em partes externas e partes internas (ABNT, 2011a).

As partes externas compreendem a capa e a lombada, enquanto as internas abrangem os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Os primeiros são compostos pela folha de rosto, listas e sumários. Já os elementos textuais são constituídos pela parte introdutória, referencial teórico, metodologia e cronograma. Quanto aos elementos pós-textuais, eles abarcam as referências, o glossário, os anexos e/ou apêndices e o índice. Vejamos, a partir de agora, cada um desses elementos.

PARTES EXTERNAS

- **Capa:** trata-se de um elemento que comprehende o nome da entidade ou IES para qual deverá haver a submissão da pesquisa escrita (um projeto de pesquisa, um TCC ou outra produção que tenha capa em sua estrutura). Deve conter: nome(s) completo(s) do(s) autor(es); título da pesquisa; subtítulo (se houver), precedido de dois pontos, o que demonstra a subordinação ao título; número de volume (caso exista mais de um); local da entidade em que será apresentado; e ano da entrega (não deve ser citado o mês) (ABNT, 2004).
- **Lombada:** opcional. De forma geral, a pesquisa é encadernada por meio do uso da espiral, sem capa dura. Todavia, caso a capa dura seja utilizada, a elaboração do trabalho deve seguir as orientações da NBR 12225 (ABNT, 2004).

Partes internas: elementos pré-textuais

- **Folha de rosto:** trata-se de um elemento que deve apresentar os mesmos elementos apresentados na capa, além do nome completo do(a) orientador(a), coorientador(a) ou coordenador, caso haja.
- **Lista de ilustrações** (ou tabelas ou abreviaturas e siglas ou símbolos): trata-se de elementos opcionais. A sua elaboração deve observar a ordem apresentada no texto e cada item deve ter uma designação do nome específico, travessão, título e respectivo número de folha ou página, semelhante à apresentação do sumário. Se necessário, é preciso elaborar uma lista própria para cada ilustração, como figuras, fluxogramas, gráficos, mapas, organogramas e quadros. No que tange à lista de abreviaturas e siglas, assim como a lista de símbolos, ela compreende a relação alfabética das abreviaturas e das siglas empregadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes que devem ser grafadas por extenso. O recomendável é elaborar uma lista própria para cada tipo. São exemplos:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

dab – distância euclidiana

O(n) – ordem de um algoritmo

- **Sumário:** elemento que deve ser elaborado de acordo com a NBR 6027, de 11 de dezembro de 2012. Deve seguir as mesmas recomendações quanto ao uso das listas e não pode ser intitulado “Índice” (ABNT, 2012a).

Figura 2 - Modelo sugerido para o sumário

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	ARQUIVOS DO SISTEMA.....	6
3	TESTES DE PERFORMANCE E A OCUPAÇÃO DE DISCO.....	8
3.1	PRIMEIRO TESTE: OCUPAÇÃO INICIAL DO DISCO.....	10
3.2	SEGUNDO TESTE: ESCRITA DO DISCO.....	12
3.2.1	Tempo de arquivo em disco.....	13
3.2.1	Tempo de figuras em disco.....	14
4	REFERÊNCIAS.....	15

Fonte: adaptado da ABNT (2012a).

Descrição da Imagem: a figura apresenta um sumário que tem, em seu título, a palavra “sumário” escrita em caixa alta. Abaixo, há a ordenação numérica dos títulos e dos subtítulos de cada seção/capítulo do texto, seguida de uma linha pontilhada. No final, há a página de início dos títulos em questão.

PARTES INTERNAS: ELEMENTOS TEXTUAIS

• **Parte introdutória:** é um elemento obrigatório. A introdução de uma pesquisa deve ser realizada em texto corrido, de maneira contextualizada, estabelecendo ligação entre os assuntos. A seguinte ordem deve ser observada: tema, objetivo, problema, hipótese e justificativa. A hipótese e a justificativa devem ser concernentes ao marco teórico da pesquisa.

• **Referencial teórico:** também é um elemento obrigatório conhecido como “revisão bibliográfica”. Deve apresentar os principais autores que abordam o assunto e precisam ser utilizadas citações indiretas – (SOBRENOME, ano apenas) ou Sobrenome (ano) – e citações diretas – (SOBRENOME, ano, página necessariamente) ou Sobrenome (ano, página). Ambas podem ser breves ou longas, corroborando com a importância do trabalho a ser executado de acordo com a ótica dos autores consultados. Além disso, é preciso expor o que há de significativo nas obras em relação à solução do problema, o que colabora com a construção da pesquisa no momento em que ela é elaborada (CASTILHO; BORGES; FREITAS, 2013).

• **Metodologia:** é um elemento obrigatório. Deve apresentar, de maneira contextualizada e em forma de texto corrido, o marco teórico, a tipologia e a natureza da pesquisa. Também precisa delinear o sujeito ou o objeto de pesquisa, evidenciar a especificação temporal e geográfica, apresentar a viabilidade da pesquisa, expor as técnicas ou procedimentos da pesquisa, delimitar o setor de conhecimento (multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar) e evidenciar o método de abordagem utilizado.

• **Cronograma:** para os projetos de pesquisa, é um elemento obrigatório. Já para a pesquisa concreta, não é utilizado no corpo do trabalho. Implica na previsão do tempo a ser percorrido durante a realização de toda a pesquisa (incluindo o desenvolvimento do projeto) e compreende as etapas de cada processo em um espaço de tempo. O cronograma pode estabelecer uma divisão que se dá no espaço temporal de semanas/meses ou ambos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quadro 3 - Exemplo de cronograma

Período de realização						2021
Etapas	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	ago.
Escolha do tema de pesquisa						
Revisão de literatura (referencial teórico)		X				
Justificativa, objetivos, problematização, metodologia	X	X				
Definição das seções (sumário preliminar)	X					
Fundamentação teórica: redação das seções	X					
Coleta de dados		X	X			
Tabulação, análise dos dados e elaboração da síntese				X		
Elaboração da síntese e colaboração da análise dos resultados				X	X	
Ajustes metodológicos, conceituais e analíticos					X	X
Redação final, revisão linguística, formação conforme as normas da ABNT						X
Entrega do trabalho final						X

Fonte: adaptado de Prodanov e Freitas (2013).

PARTES INTERNAS: ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

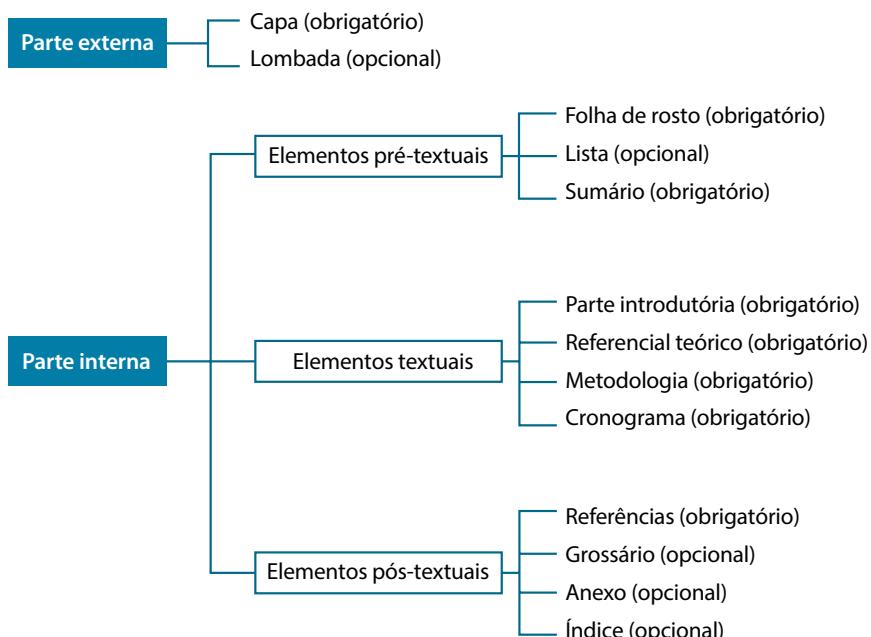
- **Referências:** é um elemento obrigatório. A elaboração das referências deve seguir a ABNT NBR 6023: 2018: versão Corrigida 2:200, de 24 de setembro de 2020. Além disso, a sua elaboração precisa se dar em ordem alfabética e deve apresentar somente os autores utilizados na pesquisa. As referências, portanto, constituem um conjunto padronizado de elementos descritivos e advindos de um documento, a fim de permitir a sua identificação individual (ABNT, 2018b).

• **Glossário:** trata-se de um elemento opcional. É o momento em que as palavras ou expressões técnicas de uso restrito para determinadas expressões são empregadas no texto, com acompanhamento de suas devidas definições e relacionadas em ordem alfabética.

• **Anexos e/ou apêndices:** são elementos opcionais. Os anexos compreendem todo o material que o autor usou durante o texto, mas que não foi ele quem elaborou (mapa de uma cidade ou uma foto de um protocolo, por exemplo). Já os apêndices são os elementos de elaboração do próprio autor da pesquisa que não couberam no corpo do texto (questionário da entrevista). Tanto os apêndices quanto os anexos devem ser precedidos da palavra APÊNDICE(S) ou ANEXO(S), em letras maiúsculas consecutivas, travessão e respectivo título. Ao se verem esgotadas todas as letras do alfabeto, empregam-se letras maiúsculas dobradas na identificação.

• **Índice:** trata-se de um elemento opcional. Embora seja bastante semelhante ao sumário, segue a NBR 6034 (ABNT, 2005).

Figura 3 - Elementos que compõem a estrutura de um projeto de pesquisa



Fonte: Adaptado da ABNT (2011a).

Descrição da Imagem: a figura apresenta uma síntese que organiza, em partes externas e em internas, os elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e as suas respectivas formações.



Agora que já conhecemos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, é mais fácil identificarmos as diferenças entre um trabalho final de curso e um artigo. Assim, saberemos o modo de transformação de um *paper*, TCC ou outras formas de pesquisa acadêmica em um artigo científico para publicação. Convido-lhe a compreender a construção de artigos científicos. Vamos lá?

O artigo científico visa abordar e tratar os problemas que atingem a sociedade como um todo ou um grupo, mas a sua extensão é pequena e, por isso, pode ser publicado em jornais, revistas ou outros periódicos. Esse tipo de publicação não exige que a temática da pesquisa seja original, assim como ocorre com as teses, mas se volta às questões atuais ou pouco pesquisadas, pois o seu objetivo final é contribuir para a realização de pesquisas futuras, ampliando o *score* de publicações sobre a temática (KÖCHE, 1997).

Durante a elaboração de um artigo, é necessário que as orientações da ABNT sejam seguidas. Assim como a própria nomenclatura sugere, a ABNT padroniza a estética do trabalho e a sua organização em termos gráficos e tipográficos. De acordo a NBR 6022/2018, os artigos científicos são um texto “com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ABNT, 2018a). Assim, o artigo científico é constituído por dados e resultados inéditos sobre determinado assunto.

Para Köche (1997), o artigo científico é uma apresentação resumida, por meio de um relatório escrito, do que foi investigado e estudado. Medeiros (2012) complementa a noção exposta ao informar que, apesar da extensão relativamente pequena, o artigo aborda problemas científicos, cujos resultados são publicados em revistas, jornais ou outros periódicos especializados.

A ABNT (2018a) postula duas formas de artigo:

- **Original:** é parte de uma publicação cujos temas ou abordagens são originais. Trata-se de relatos de experiências científicas, estudo de casos, dentre outros.
- **Revisão:** parte de uma publicação que apresenta um resumo, uma análise e uma discussão de informações já publicadas.

Segundo Medeiros (2012), o artigo carrega uma estrutura composta por conteúdo, plano, redação, motivos e linguagem. Quanto à tipologia, os artigos podem ser analíticos, classificatórios ou argumentativos, assim como é demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4 - Estrutura dos artigos científicos

Artigo analítico	Descreve, classifica e define o assunto. Considera a forma e o objetivo que se têm em vista.
Estrutura do artigo analítico	Define o assunto e apresenta as partes, as relações existentes e os aspectos relevantes e irrelevantes.
Artigo classificatório	Há uma ordenação dos aspectos de determinado assunto e a explicação de suas partes.
Estrutura do artigo classificatório	Definição do assunto, explicação da divisão, tabulação dos tipos e definição de cada espécie.
Artigo argumentativo	Há o enfoque de um argumento e, depois, a apresentação dos fatos que provam ou refutam o fato. Exige pesquisa profunda do tema.
Estrutura do artigo argumentativo	Exposição da teoria, apresentação e síntese dos fatos, e conclusão.

Fonte: adaptado da Medeiros (2012).

Existem artigos científicos específicos da academia, ou seja, aqueles que são solicitados em determinada disciplina do curso como componente do processo de aprendizagem do aluno, e há aqueles que são elaborados para terem a sua apresentação e/ou divulgação nos mais diferentes eventos científicos. Os objetivos do artigo científico são a exposição, a análise, a interpretação e a discussão de assuntos polêmicos, com a divulgação dos resultados de uma pesquisa científica, além da abordagem voltada às inovações sobre temas pesquisados (MEDEIROS, 2012).

Tanto no trabalho de conclusão de curso quanto no artigo científico, o acadêmico precisa ter o domínio dos conteúdos teórico-metodológicos de seu trabalho. A pesquisa visa contribuir com o conhecimento científico acumulado histórica e socialmente. Dessa forma, é reconhecida a importância de sua divulgação:

Constitui hoje lugar-comum afirmar que a função do cientista não pode ser a de enclausurar ‘torre de marfim’. Se a ciência tem por objetivo conhecer e dominar a natureza para servir ao homem, compete ao cientista ou pesquisador comunicar os resultados de seus estudos, pois esta é uma das maneiras de ele ser ‘social’. Surge assim o genuíno sentido de divulgação científica (SALOMON, 2010, p. 205).

A NBR 6022/2018, enquanto parâmetro, propõe um sistema para que os elementos que constituem um artigo sejam apresentados a partir de sua divulgação em uma publicação periódica científica, muitas vezes, impressa (ABNT, 2018a). Assim, talvez, o artigo científico seja o modelo de trabalho final de curso que mais oportuniza a publicação em revistas de divulgação de nível internacional ou até mesmo regional. Contudo, sempre há possibilidade de ampliação das pequenas produções, como o *paper*, transformando-o em um artigo ou realizando recortes de produções maiores para essa finalidade.

Quanto à organização da escrita do artigo científico, deve haver habilidade e eficácia, almejando-se a persuasão e a clareza. Além disso, a escrita é organizada em três partes, ou seja, é constituída pela introdução, pelo desenvolvimento e pela conclusão. Medeiros (2012) enfatiza que, na introdução e no desenvolvimento, precisamos nos atentar a determinados aspectos:

[introdução] Deve-se evitar o tratamento do tema do trabalho; Deve-se preparar o leitor, elucidando uma série de questões; Coloca-se a proposição do tema e declara-se o objeto do trabalho; Delimita-se o tema, ou seja, explica-se ao leitor os aspectos que serão tratados. Justifica-se por que tais aspectos foram escolhidos; Explica-se ao leitor o ponto de vista de quem realiza o trabalho: Que tese será defendida? Quais são as hipóteses de trabalho? [...]

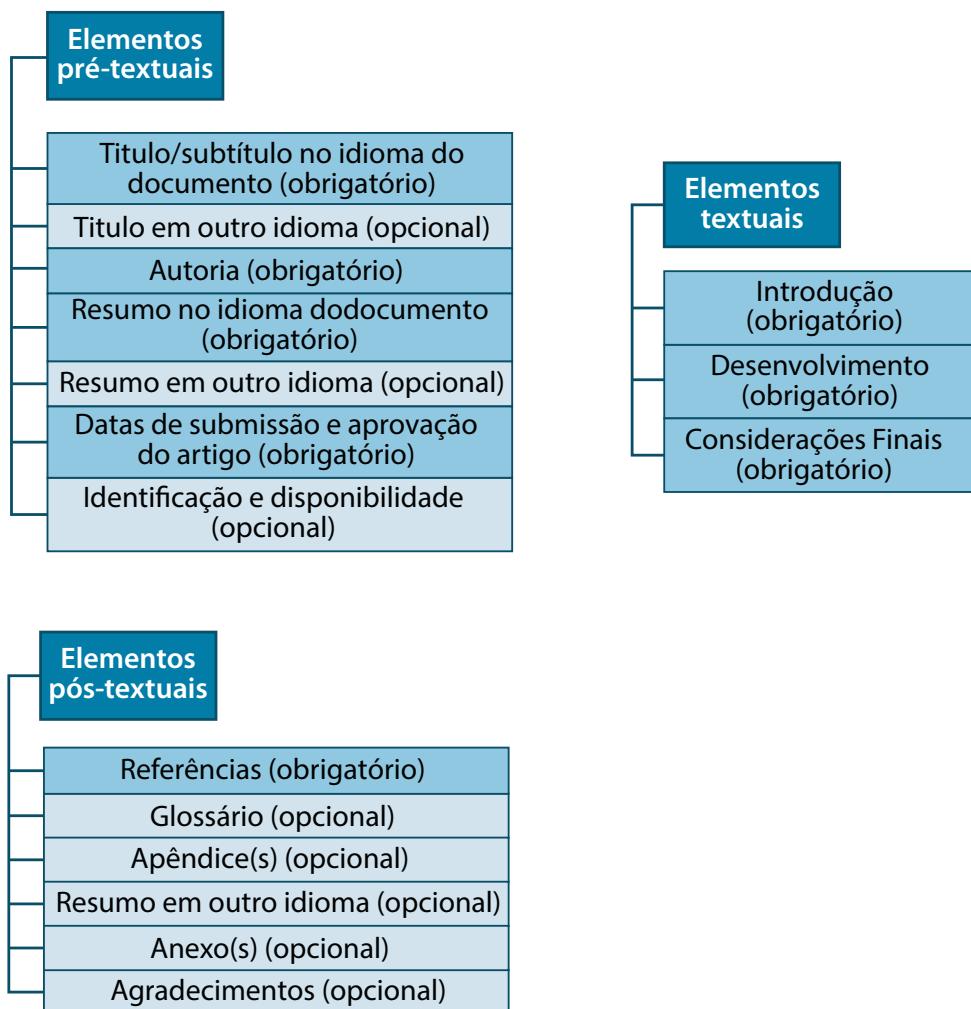
[desenvolvimento] O desenvolvimento é um elemento da estrutura do texto que busca examinar fatos extrínsecos e intrínsecos; Ao desenvolver ideias, parte-se da investigação de formas externas para o exame de ideias internas; A argumentação utilizada para ambos os exames inclui análise de prós e contras, para que o leitor saia convencido da leitura; As opiniões não bastam. É preciso examinar os fatos e interpretá-los; Se possível, apresentar farta exemplificação (MEDEIROS, 2012, p. 227).

Em consonância com a explicação de Medeiros (2012), também precisamos considerar, de acordo com a perspectiva do autor, que a conclusão deve confirmar a hipótese inicial ou a tese apresentada, sendo possível evidenciar as perspectivas futuras. As citações devem ser evitadas na conclusão. Nessa etapa, o pesquisador apresentará, com as suas próprias palavras, o resultado obtido na pesquisa, o que exige que a conclusão seja clara e concisa.

As editoras, assim como as IES, têm as suas próprias normas quanto à apresentação de artigos científicos, advindas de concepções diversificadas acerca da estrutura lógica de um artigo científico. Elas variam de área para área (exatas, biológicas, humanas e outras), de curso para curso de uma mesma área, de etapa para etapa (graduação, especialização, mestrado e doutorado) ou de setor para setor (PIC, PIBIC ou ICV). Desse modo, devem ser obedecidas as exigências próprias, mas o mais adequado é seguir o estabelecido pela NBR 6022/2018, adaptando-a ao artigo científico em questão, de caráter acadêmico, cuja apresentação e defesa se darão perante uma banca julgadora (ABNT, 2018a).

A NBR 6022/2018 defende que a estrutura de um artigo comprehende os elementos pré-textuais, que antecedem o texto com informações que colaboram com a identificação e a finalidade do artigo, os elementos textuais, momento em que é exposto o conteúdo do artigo, e os elementos pós-textuais, os quais vêm após o texto e complementam o artigo (ABNT, 2018a).

Figura 4 - Estrutura de um artigo científico segundo a NBR 6022/2018



Fonte: adaptado da ABNT (2018a).

Descrição da Imagem: a figura apresenta um organograma dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Além disso, expõe as suas respectivas formações para um artigo científico.

Quanto aos elementos pré-textuais, a NBR 6022/2018 estabelece algumas diretrizes.

Título/subtítulo no idioma do documento: deve fornecer a definição e a identificação do artigo de forma sucinta, clara e objetiva, sem repetição de palavras. Não é recomendado o emprego de caracteres, tais como vírgulas, aspas e ponto final, no meio do título. Tanto o título quanto o subtítulo (se houver) devem se encontrar na página de abertura do artigo e serão diferenciados tipograficamente.

mente (negrito) ou separados por dois pontos na língua em que forem escritos. Lembre-se de que o título nunca finaliza com ponto final (ABNT, 2018a).

Título/subtítulo em outro idioma: deve ser diferenciado tipograficamente ou separado por dois pontos (:), vindo antes do resumo em língua estrangeira.

Autoria (nomes dos autores): devem ser apontados, em ordem alfabética do primeiro nome, os autores que participaram da pesquisa. A formatação dos nomes dos autores pode se diferenciar segundo o periódico. Nesse sentido, eles podem ser apresentados de forma completa (nome seguido de sobrenome), abreviada ou na ordem correta ou invertida (exemplos: José Maria Silva ou J. M. Silva ou Silva, J. M.). É válido ressaltar que a ordem dos autores pode sofrer variação, pois, dependendo da revista ou do evento, a disposição dos nomes deve seguir o grau de importância do pesquisador, haja vista os três primeiros nomes terem sido pontuados com nota maior em um concurso:

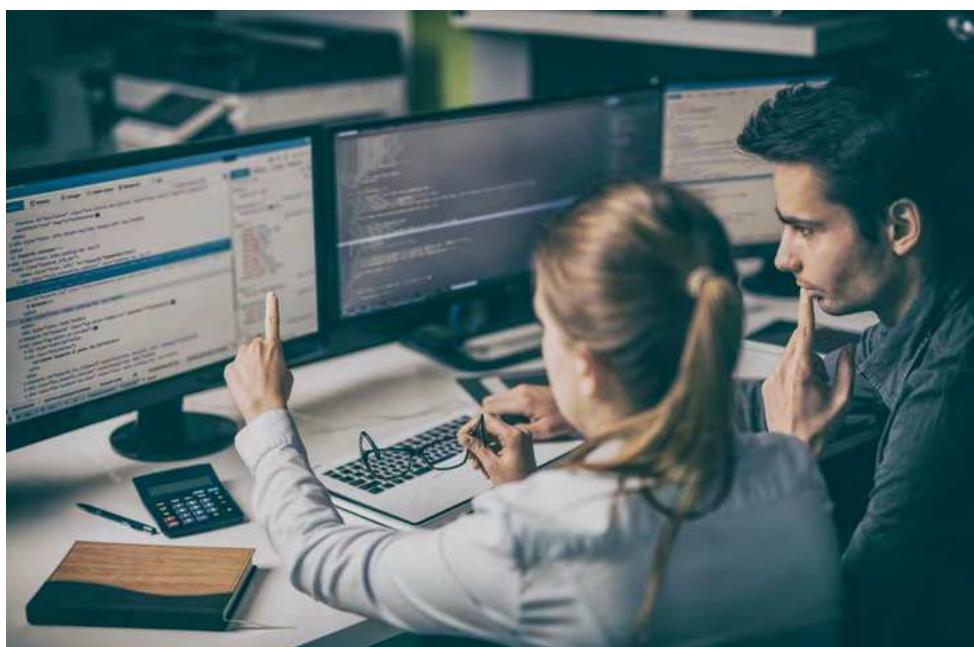
O nome do autor deve ser inserido de forma direta: prenome (abreviado ou não) e sobrenome. Para mais de um autor, os nomes podem ser grafados na mesma linha, separados por vírgula, ou em linhas distintas. Deve constar o currículo sucinto de cada autor, com vinculação corporativa e endereço de contato. Recomenda-se que os dados de vinculação e endereço constem em nota, com sistema de chamada próprio, diferente do sistema adotado para citações no texto (ABNT, 2018a, p. 4).

Nota de rodapé: pode ser empregada tanto para a identificação dos autores acerca de sua formação e instituições em que trabalham quanto para o esclarecimento de determinados tópicos do texto ou para a apresentação da referência de uma citação. Caso haja financiamento da pesquisa, é necessário fazer referência ao órgão de fomento.

Resumo no idioma do documento: deve ser redigido de forma objetiva e concisa, apresentando as razões da investigação, seus objetivos, metodologia, resultados e conclusões mais relevantes. A escrita do resumo deve ser na língua empregada no trabalho completo e precisa conter 100 a 250 palavras. As normas específicas podem variar de acordo com os padrões definidos pelo editor da obra (ABNT, 2003).

Resumo em outro idioma: deve apresentar as mesmas características do resumo em língua vernácula: em inglês, *Abstract*; em espanhol, *Resumen*; em francês, *Résumé*. Em síntese, é possível traduzir, inclusive, o título e o corpo do resumo, sendo elementos opcionais.

Datas de submissão e aprovação: devem ser indicadas as datas (dia, mês e ano) de submissão e aprovação do artigo para publicação [...] Identificação e disponibilidade: pode ser indicado o endereço eletrônico, DOI, suportes e outras informações relativas ao acesso do documento (ABNT, 2018a, p. 5).



No que se refere aos elementos textuais, de acordo com a NBR 6022, “recomenda-se fonte em tamanho 12 e espaçamento simples, padronizados para todo o artigo. As citações com maiúsculas de três linhas, paginação, notas, legendas e fontes das ilustrações e tabelas devem ser em tamanho menor e uniforme. O projeto gráfico fica a critério do editor” (ABNT, 2018a, p. 6).

Introdução: são apresentados os principais enfoques que a pesquisa aborda, além do objeto de estudo, o problema, a área de conhecimento, o histórico, os objetivos e a justificativa. Trabalhos que envolvam experimentação devem elaborar uma introdução que inclua as citações de autores que abordaram o assunto (ABNT, 2018a).

Desenvolvimento: é o corpo do artigo. Pode apresentar subtítulos, subdivisões ou seções, de acordo com a necessidade ou a especificidade de cada área do conhecimento. Nessa parte, o tema deve ser fundamentado e precisa expressar a forma como a pesquisa foi conduzida. Pode abranger a revisão bibliográfica, os resultados, discussões e a metodologia (ABNT, 2018a).

Um trabalho científico demanda a indicação dos autores que também investigaram o assunto, a fim de serem referência e fortalecerem os argumentos utilizados no decorrer da pesquisa. De acordo com Barbosa, Dutra e Brasil (2013, p. 177), “citar outros autores não consiste em demérito para quem faz, desde que isso seja feito com critério e cuidado, citando apenas componentes relevantes, para aprofundar e explicar as exposições temáticas”. A falta de citações induz a uma conclusão de senso comum. Por outro lado, o excesso transmite a ideia de que o autor da pesquisa não tem domínio do assunto, logo, não sabe do que está falando. É preciso ter um equilíbrio.

Segundo a NBR 6022/2018, o desenvolvimento, ou seja, a fundamentação teórica do artigo científico, é “a parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado” (ABNT, 2018a, p. 5). Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024/2012, que “variam em função da abordagem do tema e do método” (ABNT, 2012b, p. 4). Em relação ao artigo científico, o desenvolvimento é mais extenso, diferindo-se do projeto de pesquisa, tendo em vista que a discussão é mais ampla e o(a) autor(a) apresenta vários teóricos.

Quanto à metodologia, ela pode ser indicada na introdução ou no desenvolvimento, contemplando a especificidade de cada área. Ela precisa conter o material, o método e/ou as técnicas utilizadas para que os dados sejam obtidos e analisados, além do local, do período e dos equipamentos segundo o enfoque de cada pesquisa (ABNT, 2018a).

Considerações finais: momento em que os resultados mais relevantes são expostos em conjunto com as suas respectivas sínteses interpretativas, as quais atendem aos objetivos propostos no trabalho. Devem ser redigidas de forma objetiva, clara e concisa, com preferência pelo emprego do verbo no tempo presente (ABNT, 2018a).

Dependendo da especialização do periódico, a conclusão pode ser apresentada no final das discussões, na seção “Resultados e discussão” ou na seção “Discussões”. Os resultados se referem à exposição, de forma objetiva, do fruto do trabalho por intermédio de tabelas, quadros, gráficos, fotos e análises estatísticas. As discussões permitem que os resultados obtidos na pesquisa sejam

confrontados com os dados publicados na literatura por meio de interpretações e comparações críticas. Determinados periódicos preferem que os resultados e as discussões sejam mostrados em uma mesma seção, sendo formatados com a expressão “Resultados e discussão” (ABNT, 2018a).

Apesar de muitas revistas seguirem a ABNT, ainda assim, algumas elencam a inserção de títulos/subtítulos e resumos em língua estrangeira como elementos pré-textuais. Isso acontece porque a revista ou a IES tem autonomia para efetuar determinadas alterações. Contudo, em detrimento de nosso objetivo ser o de apresentar o que a ABNT estabelece, elencaremos esses elementos como pós-textuais.

Segundo a NBR 6022/2018, os elementos pós-textuais carregam algumas especificidades, as quais são apresentadas a seguir.

Referências: elemento obrigatório. Elas devem ser feitas em observância à NBR 6023, de 24 de setembro de 2020 (versão corrigida 2). Nas referências, precisam estar presentes apenas as obras utilizadas no artigo científico, em ordem alfabética, pelo sobrenome do autor e/ou da obra consultada, seja legislação, artigo, livro, capítulo de livro, tese, dissertação, dentre outros. Entretanto, em consequência de, para cada material utilizado e para cada uma de suas informações referenciais haver um recurso tipográfico diferente ou uma formatação específica, explicaremos as citações e as suas referências em discussões futuras (ABNT, 2018b).

Glossário: a sua elaboração também segue a ordem alfabética.

Apêndice(s): identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos. Excepcionalmente, são empregadas as letras do alfabeto dobradas, quando as 26 letras do alfabeto forem esgotadas.

Anexo(s): também é identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos. Excepcionalmente, são utilizadas as letras do alfabeto dobradas, quando as 26 letras do alfabeto forem esgotadas.

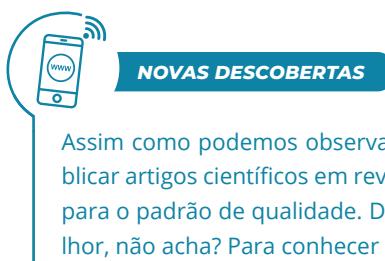
Agradecimentos: último elemento do artigo científico. Trata-se de um texto sucinto em relação ao periódico em que será publicado (ABNT, 2018a).

Pereira (2017), em artigo científico publicado na revista Epidemiologia e Serviços da Saúde, apresenta os dez passos a serem seguidos para a produção de um artigo científico. Para tanto, o estudioso comenta desde a publicação em periódicos até as noções práticas empregadas que podem colaborar na preparação de relatos bem elaborados. Esses dez passos são importantes conselhos para quem deseja ver o seu trabalho publicado em um periódico, o que coroa todo o empenho empregado pelo autor.

Quadro 5 - Dez passos para preparar um artigo científico de sucesso

Passo 1	Decida o objetivo do artigo.
Passo 2	Escolha o periódico para o qual o artigo será encaminhado.
Passo 3	Munase de guias que facilitem a redação.
Passo 4	Redija a estrutura do artigo.
Passo 5	Complemente o texto com as partes que lhe faltam.
Passo 6	Revise o texto diversas vezes.
Passo 7	Certifique-se de que o artigo é metodologicamente correto.
Passo 8	Assegure-se de que não há falhas de redação.
Passo 9	Submeta o artigo para publicação.
Passo 10	Lide adequadamente com editores e revisores.

Fonte: Pereira (2017).



São muitos detalhes a serem pensados, realizados e revisados para a escrita e, sobretudo, para a publicação de uma pesquisa científica. A partir de agora, vamos nos aprofundar nas orientações da ABNT voltadas aos recursos para a editoração de um projeto de pesquisa e de artigos científicos. Em virtude de serem abrangentes, essas orientações, calcadas na ABNT, destinam-se à apresentação de todos os documentos de escrita dos trabalhos de conclusão de curso, desde um projeto inicial até um artigo para publicação.



A ABNT é o órgão encarregado pelo estabelecimento das normas técnicas para trabalhos de várias naturezas, de acordo com os padrões recomendados pela Organização Internacional de Normalização (ISO). Ela compreende Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e Comissões de Estudos (CE), além de contar com representantes de diversos setores da sociedade, tais como universidades e laboratórios.

Quanto aos trabalhos acadêmicos científicos, há normas obrigatórias que são relacionadas à digitação/formatação, o que inclui o tamanho do papel, a impressão, as margens do papel, o espaçamento entre linhas, as notas de rodapé, as referências (e não mais referências bibliográficas), as citações indiretas e diretas e os elementos pré-textuais e pós-textuais, assim como já verificamos. Também há determinadas regras de caráter não obrigatório, mas que são entendidas como sugestões para a elaboração final dos trabalhos, como o uso de recursos tipográficos (**italico**, **negrito** e **sublinhado**) e o estilo e o tamanho da fonte.

No contexto acadêmico a normalização de trabalhos científicos e a sua aplicabilidade são muito discutidas. Em razão da existência de disciplinas específicas, a normalização tem sido considerada, nesse âmbito, essencialmente técnica. Por isso, muitos graduandos têm dificuldade em aprendê-la. Dessa forma, é necessário obter um aprofundamento voltado à essa normalização:

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) dedica-se, desde 1940, a disseminar metodologias consagradas e processos inovadores, estabelecendo uma espécie de ponte para o desenvolvimento tecnológico de organizações de todos os perfis. Desafios, crises e, principalmente, grandes conquistas pontuam a trajetória da ABNT e constituem, fundamentalmente, a história da normalização em nosso país (ABNT, 2011b, p. 3).

A ABNT evidencia alguns benefícios referentes às suas normas: a padronização, o reparo, a manutenção, as terminologias, os símbolos e o requisito de desempenho ou de segurança. Além disso, é conveniente destacar que, em diversas áreas, podem ser observadas melhorias diante da padronização, o que beneficia os produtos e os clientes.

Em relação ao Brasil, as normas provêm da necessidade de se construir e seguir padrões pré-estabelecidos concernentes à construção civil. A necessidade do “como fazer” atinge outras áreas e agrega melhorias no que diz respeito aos padrões de construções, de fabricação e de normas de segurança. No ensino superior, as regras colaboram com a padronização de trabalhos acadêmicos e científicos. Essa normalização dos trabalhos científicos é refletida por meio de disciplinas específicas que visam à qualificação do aluno durante a realização desses padrões normativos (ABNT, 2011b).

A disciplina Metodologia da Pesquisa Científica faz parte de muitos cursos que objetivam formar profissionais pesquisadores, a fim de proporcionar melhor qualidade àqueles que entraram no mercado de trabalho e poderão contribuir com a sociedade. Assim, a disciplina apresenta as principais normas acadêmicas para a realização de suas produções de acordo com os padrões de escrita. O “como fazer”, agora, relacionado às produções científicas e ao aspecto técnico e estético, demonstra relação íntima entre o método e a ciência.

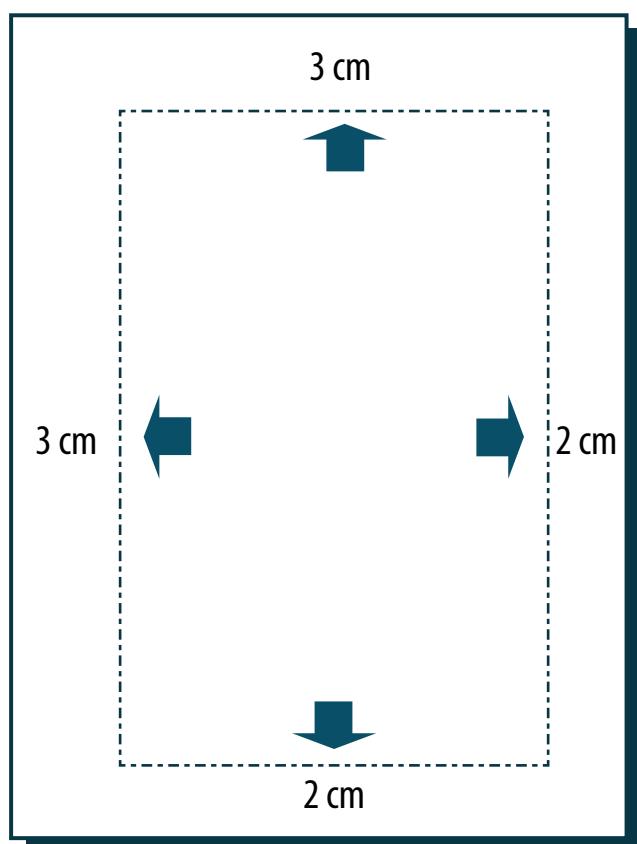
Neste contexto, a Universidade, como ambiente gerador do conhecimento, utiliza as normas técnicas em seus diversos âmbitos, nas disciplinas curriculares, na pesquisa, nos laboratórios, aplicadas na padronização de toda uma gama de documentos tais como: monografias, teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos, relatórios, projetos etc. (CRESPO; RODRIGUES, 2011, p. 37).

O emprego de normas nas comunicações e nas produções científicas atestam a cientificidade e a importância dos trabalhos. Na comunicação científica, seja qual for a área de conhecimento, o “fazer ciência” se apoia nos padrões de escrita para ser veiculado. Nesse contexto, o ensino das normas acadêmicas de trabalhos científicos se torna fundamental em termos de contexto acadêmico (MAIA, 2007/2008, p. 1).

O autor do trabalho a ser desenvolvido é o responsável pelo projeto gráfico, o qual se refere ao número de espaço antes e depois do título das seções, depois do subtítulo e antes e depois de cada citação direta recuada. Assim, a ABNT se configura como um conjunto de normas ou sugestões que visam à forma final de um texto acadêmico.

Formato e margens do papel: o formato para a apresentação deve ser em papel branco do tipo sulfite A4 (21,0 cm x 29,7 cm), digitado no anverso (frente), em cor preta e colorido apenas nas ilustrações, de acordo com o que preceitua a NBR 14724/2011 (ABNT, 2011c). Para trabalhos de maior extensão, como uma dissertação ou uma tese, os quais contemplam as questões socioambientais, recomenda-se a realização de uma impressão frente e verso, caso esteja de acordo com a IES em que o trabalho será apresentado. A margem superior do papel deve ter 3,0 cm, já a inferior precisa ter 2,0 cm. Por sua vez, a margem esquerda deve ter 3,0 cm, enquanto a direita exige 2,0 cm.

Figura 5 - Exemplo de papel e margens



Fonte: a autora.

Tipo e tamanho de letra: quanto à digitação, a NBR 14724/2011 sugere o emprego de fonte tamanho 12 pt para todo o texto e tamanho 10 para as citações diretas longas (com mais de três de linhas), as notas de rodapé, a paginação e a legenda das ilustrações e das tabelas, cuja digitação deve ser em tamanho menor e uniforme. A fonte utilizada na digitação do texto pode ser Times New Roman ou Arial, devendo ser padronizada apenas uma das opções no trabalho (ABNT, 2011c).

Espaçamento/entrelinhamento: segundo a NBR 14724/2011, a digitação do texto deve ter espaçamento 1,5 cm, do início ao término do trabalho. Apenas o resumo, o resumo em língua estrangeira, as citações diretas maiores que três linhas, as notas de rodapé e as referências são impressas com espaçamento simples entre linhas (1,0 cm) (ABNT, 2011c).

Parágrafo: sugere-se um recuo de 1,25 cm na primeira linha de cada parágrafo (exceto nas citações diretas com mais de três linhas, que devem apresentar um recuo de 4,0 cm no parágrafo todo). Devem-se evitar as linhas órfãs e viúvas, ou seja, apenas uma linha de texto no final ou no início da página. Para isso, ver a configuração do editor de texto Microsoft Word: Formatar → Parágrafo → Quebras de linhas e de página.

Paginação: a paginação dos documentos deve utilizar algarismos arábicos, jamais romanos, em uma sequência contínua, com letra tamanho 10 pt e posicionado no canto superior direito.

Quadro 6 - Explicação gráfica

PAPEL	<p>Os textos devem ser digitados na cor preta.</p> <p>Pode-se utilizar outras cores somente para as ilustrações.</p> <p>Se forem impressos, devem ser apresentados em folha branca, no formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm).</p> <p>Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso das folhas, com exceção dos dados internacionais de catalogação na publicação (ficha catalográfica), que devem estar no verso da folha de rosto (dissertação ou tese).</p>
ALINHAMENTO DO TEXTO	<p>Justificado, exceto as referências que são alinhadas somente à esquerda.</p>
ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS	<p>As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço entre linhas simples (1,0 cm) e separadas entre si por um espaço. Quando aparecerem em notas de rodapé, serão alinhadas, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.</p>

MARGENS	As folhas (páginas) devem apresentar margem superior e esquerda de 3,0 cm e inferior e direita de 2,0 cm.
FONTE	Recomenda-se o uso da fonte tamanho 12 pt Arial ou Times New Roman para todo o trabalho, inclusive, para a capa e para o interior de quadros e tabelas, excetuando-se as citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser digitadas em tamanho 10 pt.
PAGINAÇÃO	A numeração deve aparecer a partir da primeira folha da parte textual (introdução), em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha.

Fonte: adaptado da ABNT (2011c).

Numeração progressiva: para que a divisão do conteúdo do trabalho seja destacada, deve-se adotar a numeração progressiva para as seções do texto, de acordo com a NBR 6024 (ABNT, 2012b). O texto de um documento pode ser dividido em algumas seções:

- Seções primárias: principais divisões do texto, as quais podem ser divididas em seções secundárias.
- Seções secundárias: podem ser divididas em seções terciárias, quaternárias e quinárias, e assim sucessivamente.
- Todas as seções devem ter um texto relacionado a elas.

No que diz respeito à utilização da numeração progressiva, é preciso contemplar os seguintes critérios:

- Os títulos devem ser precedidos de seus indicativos numéricos (algarismos arábicos que antecedem cada seção de um documento) e precisam estar alinhados à margem esquerda.
- É necessário separar o indicativo numérico do título por meio de um espaço de um caractere (não empregar ponto, tampouco traço ou travessão).
- Não é permitido usar ponto, hífen, travessão, parênteses ou qualquer sinal após o indicativo da seção ou de seu título.
- É preciso evitar a subdivisão excessiva das seções, sugerindo não ultrapassar a seção quinária.
- É necessário deixar um espaço de 1,5 cm entre o título das seções e o início do texto, e entre o último parágrafo de uma seção e o título da próxima seção (ABNT, 2012b).

Quadro 7 - Divisão e recursos tipográficos nas seções

1 SEÇÃO PRIMÁRIA

Maiúsculas e negrito

1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA

Somente maiúsculas

1.1.1 Seção terciária

Primeira em maiúscula e negrito

1.1.1.1 Seção quaternária

Primeira em maiúscula e sem negrito

Fonte: adaptado da ABNT (2012b).

Uso de aspas, itálico e negrito: o uso de “aspas”, **itálico** e **negrito** deve ser estabelecido antes de se proceder à digitação do documento e deve ser coerente e uniforme. Não é permitido usar esses recursos de forma alternada, a fim de atribuir destaque para a mesma forma de expressão. Assim, as aspas são sinais de pontuação que devem ser utilizados:

- No início e no final de uma citação direta que não ultrapasse três linhas.
- Em expressões do idioma vernáculo usuais apenas no meio profissional.
- Em termos relativizados, ou seja, que são utilizados com significado diverso ou com caráter irônico. São exemplos: apelidos e gírias.
- Em definições conceituais de termos.

Já o itálico deve ser utilizado para especificar:

- Nomenclatura científica (gênero e espécie) de acordo com a nomenclatura binomial.
- Palavras e frases em língua estrangeira.

Por fim, o negrito pode ser aplicado em:

- Letras ou palavras que mereçam destaque, quando não for possível realçá-las pela própria redação.
- Em títulos de documentos (livros, periódicos, entre outros) na lista de referências e/ou em notas de referências.



Que tal conheceremos, na prática, algumas das formatações apresentadas? Assista ao vídeo.

Para que você conheça alguns exemplos dessas formatações, deixamos, neste livro, alguns apêndices com as imagens das formatações apresentadas de acordo com a ABNT. No entanto, por enquanto, gostaríamos que você visualizasse o vídeo a seguir, a fim de saber, na prática, como se formata uma lauda corretamente.

Caro(a) aluno(a), agora que você já conhece as diferenças entre os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um artigo científico, o que acha de retomarmos a sua experiência com o resumo e formatá-lo de acordo com a ABNT? Digite o seu resumo em uma folha no Microsoft Word com as seguintes formatações:

- Margem superior e direita: 3,0 cm.
- Margem inferior e esquerda: 2,0 cm.
- TÍTULO do seu resumo em fonte Arial, tamanho 12 pt, centralizado e em negrito.
- Após a separação feita por um *Enter*, escreva a palavra “Resumo” seguida do seu resumo do texto. A fonte a ser utilizada é Arial e o seu tamanho é 12 pt. O espaçamento entre linhas é simples, o alinhamento é justificado e é preciso redigir entre 100 e 250 palavras.

Assim, conseguiremos formatar um pequeno trecho e identificar possíveis dificuldades.

AGORA É COM VOCÊ



1. Os elementos pré-textuais e textuais de um artigo científico, certamente, já foram internalizados. Entretanto, agora, elenque os elementos pós-textuais, os quais são utilizados com pouca frequência em publicações de revista, embora sejam muito comuns em projetos e em pesquisas de final de curso.

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



1. São elementos pós-textuais de uma revista: título/subtítulo em língua estrangeira; resumo em língua estrangeira; notas explicativas; referências; glossário; apêndices; e anexo.

APÊNDICE A EXEMPLO DE CARTA DE ANUÊNCIA

NOME DO ESTABELECIMENTO ONDE OCORRERÁ A PESQUISA:

Endereço:

CEP:

Telefone: ()

CARTA DE ANUÊNCIA DO ESTABELECIMENTO

Declaro, para os devidos fins, que concordo em disponibilizar o espaço _____ para o desenvolvimento das atividades referentes à pesquisa de _____, intitulada: _____, da _____, sob orientação da Profª _____, do _____. O período de execução previsto para o desenvolvimento da pesquisa corresponde a _____, conforme cronograma do projeto apresentado.

Nome do proprietário/responsável

Assinatura e carimbo

CPF:

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



APÊNDICE B EXEMPLO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada _____, que está vinculada ao _____ e é orientada pela Profª. _____, da _____. O objetivo do estudo apresentado no projeto consiste em _____

_____. Para isso, a sua participação é necessária e ela se dará por meio de _____. Esclarecemos que a sua participação é totalmente voluntária e você pode se recusar a participar ou desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos, ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade (caso você não queira se identificar), de modo a preservar a sua identidade. Após a análise das respostas contidas nos instrumentos de coleta de dados, eles serão destruídos. Informamos que o risco da pesquisa pode ser desconforto devido ao teor da pesquisa. Caso ele ocorra, você pode deixar de responder, sem que isso lhe cause ônus ou prejuízo. Esperamos beneficiar a sua prática. Caso você tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos, poderá nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê _____

_____, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pela pesquisadora e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isso deve ser feito por ambas (pela pesquisadora e por você), de forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profª. _____.

Data:

Assinatura ou impressão datiloscópica.

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supranominado.

Data:

Assinatura da pesquisadora.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida as pesquisadoras responsáveis, conforme os endereços abaixo:

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



APÊNDICE C EXEMPLO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1- Gênero: F M

2- Idade: _____ anos

3- Formação: _____

4- Especialização em: _____ Mes-
trado em: _____

Doutorado em: _____

5- Tempo de atuação profissional:

0 a 5 anos

5 anos e 1 mês a 10 anos

10 anos e 1 mês a 15 anos

15 anos e 1 mês a 20 anos

Mais de 20 anos

6- Trabalha em mais de um lugar? Não Sim

7- Jornada de trabalho: _____ Horas/Semanais Manhã Tarde Noite

8- Exerce outras ocupações? _____

9- Nos últimos dois anos, você fez curso de aperfeiçoamento, atualização ou espe-
cialização em sua área de atuação: Não Sim

Em qual área? _____

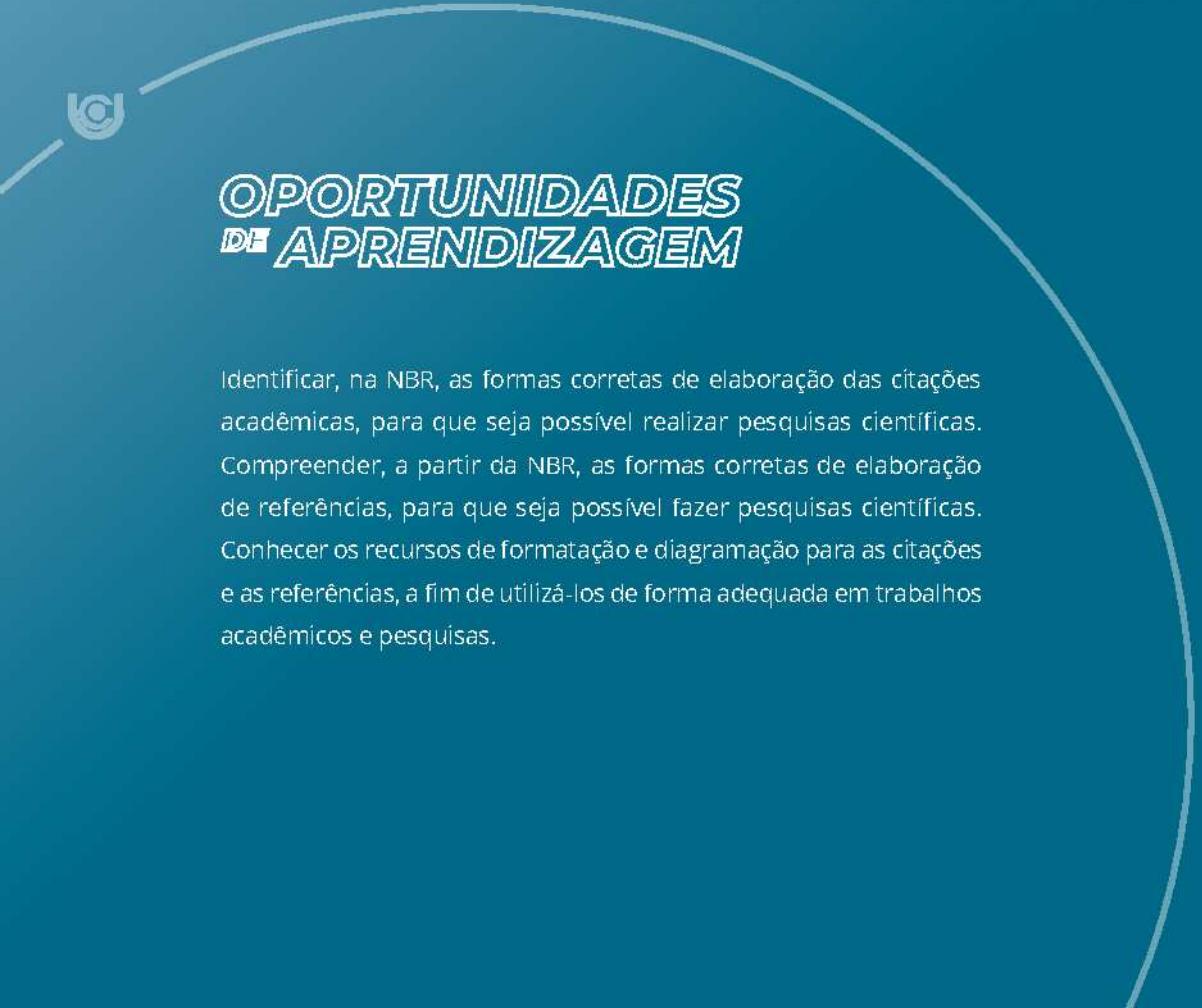
MEU ESPAÇO





Citações e Referências

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro



OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Identificar, na NBR, as formas corretas de elaboração das citações acadêmicas, para que seja possível realizar pesquisas científicas. Compreender, a partir da NBR, as formas corretas de elaboração de referências, para que seja possível fazer pesquisas científicas. Conhecer os recursos de formatação e diagramação para as citações e as referências, a fim de utilizá-los de forma adequada em trabalhos acadêmicos e pesquisas.

Ao iniciar um trabalho de conclusão de curso, a palavra mais temida é: ABNT. Não é incomum encontrarmos na Internet algumas críticas que dizem o quanto algumas situações de nosso cotidiano são difíceis, mas que nada supera a dificuldade de se compreender e seguir as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, quando a estudamos, é muito fácil de entendê-la. Sophi Lara está editando o seu artigo final de acordo com a ABNT e precisa configurar as suas citações e referências. Ao pesquisar as normas voltadas a esses elementos, verificou que existem várias, pois as normas técnicas não abrangem apenas os trabalhos acadêmicos. Dessa forma, a fim de auxiliar Sophi Lara, quais são as normas referentes aos trabalhos acadêmicos?

Por mais que estudemos a ABNT, são muitos os detalhes que precisamos nos atentar. Por isso, ela deve ser um material de fácil acesso. Há muitas normas técnicas no Brasil, seja para a construção de calçadas, seja para a elaboração de textos científicos. Em nosso caso, sempre que buscamos as normas voltadas aos trabalhos acadêmicos, precisamos examinar sobretudo as seguintes Normas Brasileiras (NBR): 10520/2002 e 6023/2018 (versão corrigida 2:2020), que são, respectivamente, as orientações para as citações e as referências.

Tendo em mente que a NBR 10520/2002 é voltada às citações e que a NBR 6023/2018 diz respeito às referências, tente, por intermédio de consultas a esses documentos, editar a citação direta com mais de três linhas e a sua respectiva referência, as quais são expostas a seguir.

A decifração da palavra fluía naturalmente da “leitura” do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando superpostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz.

Trecho retirado da página 8 da 21^a edição do livro “A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam”, de Paulo Freire. Publicado pela Cortez Editora, de São Paulo, em 1981.

A citação apresentada, que é de autoria de Paulo Freire, foi extraída de um de seus livros. Assim como consta na NBR 6023/2018, sugiro que, em seu diário de bordo, você anote os elementos essenciais de uma referência de livro.



DIÁRIO DE BORDO

Iniciaremos as nossas reflexões pelas citações em trabalhos acadêmicos, cuja regulação se dá pela NBR 10520/2002. A citação é referente à menção, no texto, de uma informação ou de trechos extraídos de outra fonte, com a finalidade de esclarecer, ilustrar ou sustentar o argumento apresentado. A fonte de onde foi extraída a informação deve ser citada obrigatoriamente no texto ou em nota de rodapé, respeitando, dessa forma, os direitos autorais. Os dados completos da fonte de onde foram extraídas as citações devem constar na lista de referências, presente no fim do documento (LOUREIRO; CAMPOS, 1999).

De acordo com Loureiro e Campos (1999, p. 31) a citação “pode ser uma transcrição ou paráphrase, direta ou indireta, de fonte escrita ou oral”. Nas citações presentes no corpo do parágrafo, os sobrenomes dos autores deverão figurar apenas com a primeira letra maiúscula. Por outro lado, quando eles estiverem após o parágrafo, entre parênteses, devem ser redigidos com todas as letras maiúsculas. O uso do ponto final após as citações atende às regras gramaticais. Como citações, utilizamos as informações retiradas de publicações para a realização do trabalho, as quais precisam ser apresentadas de acordo com o que a NBR 10520 preconiza (ABNT, 2002).

Quadro 1 - Definições de citações direta e indireta

Citação indireta	De acordo com Moreira (2000), o processo de ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos: o professor, o aluno, o conteúdo e as variáveis que viabilizam o ambiente educativo (instrumentos, recursos e espaço, por exemplo). Cada um desses elementos exerce maior ou menor influência no processo, dependendo da forma com a qual eles se relacionam em determinado contexto.
Citação direta	Um grande divisor de águas em relação à compreensão do processo de ensino e aprendizagem foi René Descartes, que “propunha dissociação de corpo e mente” (METRING, 2014, p. 18). Iniciou-se, assim, um novo estudo, o qual era diferente da medicina e da filosofia, pois entendia o sujeito nos meios empírico e subjetivo.

Fonte: a autora.

Em relação às citações diretas, em que devemos informar o número da página, jamais devemos separar o autor, o ano da obra e do número da página. Por exemplo:

Segundo Freire (1981), “fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais” (p. 8).

O correto seria:

Segundo Freire (1981, p. 8), “fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais”. O ano da obra e a página da citação precisam estar sempre juntos do autor.

Nas citações, as chamadas se dão pelo sobrenome do autor ou pela entidade responsável pela informação. Se a obra for referenciada no início ou no meio de uma frase, é necessário citar o sobrenome do autor com a primeira letra em maiúsculo e redigir, em seguida, entre parênteses, o ano. São exemplos: Freire (1981) ou Freire (1981, p. 8). Já se a obra for referenciada no final da frase, é preciso citar, entre parênteses, o sobrenome do autor em letras maiúsculas, seguido do ano. São exemplos: (FREIRE, 1981) ou (FREIRE, 1981, p. 8). Essas são as orientações da NBR 10520 (ABNT, 2002).

A ABNT comprehende duas formas de citação de autoria: a) autor-data ou alfabético e b) numérico:

- a) No sistema autor-data ou alfabético, a indicação da fonte, no texto, é feita pela autoria (sobrenome do autor, instituição responsável, nome geográfico ou título do documento), seguida da data de publicação e das páginas. Trata-se do sistema mais utilizado. No que diz respeito às citações (direta ou indireta) de uma obra com até três autores, é necessário indicar os sobrenomes dos responsáveis na ordem em que eles aparecem na publicação, separados por ponto e vírgula (;), caso sejam citados entre parênteses. Por outro lado, caso os sobrenomes estejam fora dos parênteses, cada um deve ser separado por vírgula e/ou o último pela conjunção “e”. Já em relação aos trabalhos com mais de três autores, é preciso citar apenas o primeiro sobrenome, seguido da expressão “*et al.*”, que significa “e outros”, em conjunto com o destaque tipográfico *italico*. Quando a autoria for mencionada após a ideia do autor ou no final da sentença, precisamos indicá-la em letras maiúsculas, entre parênteses, seguida da data e da(s) página(s), separadas por vírgulas, caso seja uma citação direta. No sistema autor-data, as notas de rodapé são utilizadas para expor informações verbais e/ou informais,

além das citações de citações e das notas explicativas. Em relação à referência completa dos documentos citados, todos precisam figurar na lista de referências, no final do documento. Eles devem ser dispostos em ordem alfabética pela autoria, isto é, sobrenome do autor, instituição responsável, nome geográfico ou título do documento (ABNT, 2002).

Quadro 2 - Quantidade de autores fora dos parênteses: citações diretas e indiretas

Quantidade de autores	Autores fora dos parênteses	Autores dentro dos parênteses
Um autor	<p>Citação indireta: De acordo com Gil (2008), é necessário salientar o fato que o ensino enquanto atividade se realiza em um espaço temporal, ou seja, exige um período de tempo para a sua ocorrência.</p>	<p>Citação indireta: No ensino superior, a dinamicidade do processo de ensino-aprendizagem se caracteriza pelas metodologias diferenciadas das fases básicas de educação. Nesse espaço, o papel do professor passa a ser o de guia, ou seja, o de orientador, personalizando o processo, a fim de levar o alunado ao protagonismo de sua aprendizagem de maneira autônoma e cooperativa, ao enfatizar o pensamento crítico e a reflexão (ZABALZA, 2002).</p>
Dois autores	<p>Citação direta: Para Silva e Borba (2011, p. 15), a justificativa dessa afirmação se fundamenta “no fato de o corpo discente das escolas superiores ser constituído por adultos, diferentemente do corpo discente do ensino básico, constituído por crianças e adolescentes”.</p>	<p>Citação direta: “Neste contexto, a Universidade, como ambiente gerador do conhecimento, utiliza as normas técnicas em seus diversos âmbitos, nas disciplinas curriculares, na pesquisa, nos laboratórios, aplicadas na padronização de toda uma gama de documentos tais como: monografias, teses, dissertações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos, relatórios, projetos etc. [...]” (CRESPO; RODRIGUES, 2011, p. 37).</p>

Três autores	<p>Citação indireta: Oliveira, Ortega e Mologni (2015) apresentam as regras voltadas à elaboração de trabalhos acadêmicos, desde a estrutura até as referências. Os estudiosos enfatizam, em suas explicações, as normas sinalizadas pela autora anterior, ao explanarem os elementos pré-textuais e pós-textuais, a fim de delimitar as normas que são utilizadas e explicar como se dá a construção de um trabalho.</p>	<p>Citação direta: É uma pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza por “[...] dar profundidade aos dados, a dispersão a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas, interpretação, busca de resultados [...]” (SAMPLIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 15).</p>
Mais de três autores	<p>Citação indireta: Levine <i>et al.</i> (2008) definem escala nominal como dados em categorias distintas, nas quais não está implícito nenhum tipo de classificação. Já as escalas ordinais, ao contrário, carregam, de forma implícita, algumas formas de classificação ou ordem de preferência.</p>	<p>Citação direta: “Para muitos a metodologia é apenas um conjunto de procedimentos técnicos, que visa, prescritivamente, a uniformização de padrões na execução e apresentação de produtos acadêmicos. [...] Pensar metodologia deste modo seria, primeiro, desconsiderar um dos principais pressupostos do saber científico, [...] dois pré-requisitos deste conhecimento específico: a clareza e a distinção” (SIQUEIRA <i>et al.</i>, 2008, p. 2).</p>

Fonte: ABNT (2002).

No sistema numérico, a indicação da fonte, no texto, é feita em algarismos arábicos e segue uma numeração única e consecutiva, remetendo à lista de referências ao final do documento na mesma ordem em que aparece no texto. A numeração das citações não deve recomeçar a cada página. Além disso, a indicação da numeração da fonte no texto pode ser feita de duas formas: entre parênteses, alinhada ao texto, ou deixada sobreescrita ao texto, após a pontuação que fecha a citação (ABNT, 2002).

Quadro 3 - Sistema de numeração para as citações diretas

No texto
A melhor definição é: "O poeta é aquele que ouve uma linguagem sem entendimento". ⁽¹⁾
"Consideram-se fatores positivos de estilo comercial a precisão, a clareza, a espontaneidade, o tato e a sinceridade, e mais uma dose razoável de originalidade". ⁽²⁾
Na lista de referências
¹ BLANCHOT, M. O espaço literário . Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 45.
² BELTRÃO, O. Correspondência : linguagem & comunicação. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 94.
No texto
A melhor definição é: "O poeta é aquele que ouve uma linguagem sem entendimento". ¹
"Consideram-se fatores positivos de estilo comercial a precisão, a clareza, a espontaneidade, o tato e a sinceridade, e mais uma dose razoável de originalidade". ²
Na lista de referências
¹ BLANCHOT, M. O espaço literário . Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 45.
² BELTRÃO, O. Correspondência : linguagem & comunicação. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 94.

Fonte: Amadeu et al. (2017, p. 81).

Segundo a NBR 10520/2002, aplicam-se as seguintes definições:

3.1 citações: Menção de uma informação extraída de outra fonte

3.2. citação de citação: Citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original.

3.3 citação direta: Transcrição textual de parte da obra do autor consultado.

3.4 citação indireta: Texto baseado na obra do autor consultado (ABNT, 2002, p. 1-2, grifos do autor).

Há, portanto, três formas de citação. As citações diretas são transcrições literais de um texto ou de parte dele, conservando-se a grafia, a pontuação e o idioma original. Elas devem ser usadas apenas quando for absolutamente necessário transcrever as palavras de um autor. Essa é uma transcrição literal, ou seja, exatamente igual ao documento consultado (ABNT, 2002). Um aspecto interessante da citação direta é voltado à sua extensão: de acordo com o seu tamanho, ela é organizada de forma diferenciada. Se o texto citado for menor do que três linhas, ele constará de maneira corrida no texto e se dará entre aspas duplas “...”. Caso haja uma citação no interior da citação, aquela deverá ficar entre aspas simples ‘...’. Vejamos um exemplo:

Trecho original: Eu costumava acompanhar, do portão de minha casa, de longe, a figura magra do “acendedor de lampiões” de minha rua.

Citação do trecho: “Eu costumava acompanhar, do portão de minha casa, de longe, a figura magra do ‘acendedor de lampiões’ de minha rua” (FREIRE, 1981, p. 10).

Nas citações diretas, é preciso citar o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), seguido(s) do ano da obra e do número da página. As citações com até três linhas devem se fazer presentes entre aspas no corpo do trabalho e não é permitido o uso do recurso tipográfico *italico* ou **negrito**. Caso esses recursos tipográficos existam no original, eles devem ser mantidos e, depois da página da obra, é preciso redigir “grifo do autor” (ou “grifos dos autores”, caso tenha mais de um grifo ou mais de um autor) (ABNT, 2002). Por exemplo:

Citação do trecho: “Quando usamos o termo **personalidade**, queremos dizer traços psicológicos distintos que levam a reações relativamente coerentes e contínuas a um estímulo do ambiente” (KOTLER; KELLER, 2006, p. 181, grifo dos autores).

Contudo, caso você, caro(a) aluno(a), queira dar destaque a uma palavra ou a uma frase da citação que realizou, você também pode utilizar um recurso tipográfico, desde que indique que o grifo, nesse caso, é seu. Por exemplo:

Para Kotler e Keller (2006, p. 181, grifo nosso), as “pessoas de mesma **subcultura**, classe social e ocupação pode ter estilos de vida bem diferentes”.

As citações superiores a três linhas precisam ser apresentadas em parágrafo próprio, recuadas a 4,0 cm da margem esquerda, sem aspas e com o tamanho de fonte menor do que a usada no corpo do parágrafo. O espaçamento entre as linhas das citações recuadas deve ser simples (1,0 cm). Isso não tem relação com a configuração de página do texto, mas com a configuração do parágrafo (ABNT, 2002).

A página da obra consultada deverá ser indicada em todas as citações diretas, com exceção dos documentos que estejam disponíveis em meio eletrônico ou na Internet e não apresentam a indicação de paginação (ABNT, 2002).

Quadro 4 - Sistema autor-data e sistema numérico

Sistema autor-data
Hartley (2001, p. 109) afirma que “tanto o ser humano quanto suas organizações apresentam uma aversão natural a mudanças”.
No sistema numérico
Hartley ¹ afirma que “tanto o ser humano quanto suas organizações apresentam uma aversão natural a mudanças”. _____(nota de rodapé) HARTLEY, R. F. Erros de marketing e sucessos . Barueri: Manole, 2001. p.109.

Fonte: ABNT (2002).

Ainda em relação às citações diretas, quando a autoria não fizer parte do texto, ela deve aparecer entre parênteses, com as letras maiúsculas, seguida do ano e da paginação, quando for possível identificar (somente para sistema autor-data). Observe o exemplo:

“Tanto o ser humano quanto suas organizações apresentam uma aversão natural a mudanças” (HARTEY, 2001, p. 109).

De acordo com a NBR 10520/2002, as citações curtas (em até três linhas) diretas são incluídas no texto, destacadas por intermédio das “aspas” e precedidas ou sucedidas da indicação de autoria. A indicação do número das páginas é obrigatória nas citações diretas. Já as citações com mais de três linhas devem ser transcritas em um bloco separado do texto, com recuo esquerdo de 4,0 cm a partir da margem, alinhamento do parágrafo justificado, espaçamento entre linhas simples (1,0 cm) e com a mesma fonte do texto, mas em tamanho menor (ABNT, 2002).

Quadro 5 - Citação com mais de três linhas

No sistema autor-data

Para Bernardinho (2006, p. 115):

A missão do líder e sua contribuição de buscar o máximo de cada um muitas vezes contrariam interesses, mas ele deve seguir suas convicções sem buscar popularidade, e sim o melhor para a equipe. É fundamental que o líder monitore intensamente sua relação com os colaboradores em momentos de sucesso.

OU

A missão do líder e sua contribuição de buscar o máximo de cada um muitas vezes contrariam interesses, mas ele deve seguir suas convicções sem buscar popularidade, e sim o melhor para a equipe. É fundamental que o líder monitore intensamente sua relação com os colaboradores em momentos de sucesso (BERNARDINHO, 2006, p. 115).

Fonte: ABNT (2002).

Se as citações diretas são cópias fiéis de um texto ou de parágrafo, as citações indiretas utilizam apenas a ideia do autor, que é escrita com o uso de outras palavras. Exemplo:

Citação direta: "As pessoas são mais felizes quando permitem que sua personalidade individual aflore, e não quando se adaptam a imagens determinadas pela sociedade" (NIVEN, 2001, p. 63).

Citação indireta: Para Niven (2001), a felicidade existe quando as pessoas se permitem ser quem elas são, e não quando elas tentam seguir os padrões impostos pela sociedade.

É perceptível que as citações indiretas são textos redigidos com base nas ideias de outros autores, mas com as próprias palavras de quem está utilizando. Elas devem reproduzir fielmente o sentido do texto original e podem aparecer sob a forma de paráfrase, que é a expressão da ideia de outro estudioso/sujeito, mas com as palavras do autor do documento. Consiste na transcrição, por meio do uso de outras palavras, da ideia principal de um texto. Assim, é preciso fazer uma leitura do texto e, depois, esclarecer o assunto abordado com as suas próprias palavras. Nesse caso, as fontes consultadas que forem citadas, devem ser referenciadas no final do trabalho.

Nas citações indiretas observa-se que: a) são escrita sem aspas; b) com a mesma fonte e tamanho de letra utilizado no texto no qual está inserida; c) é opcional a indicação da(s) página(s), mas geralmente isso só é empregado para as citações diretas, diferenciando estas das citações indiretas (ABNT, 2002).

No que diz respeito às legislações, aos decretos e às leis, geralmente, não é feito o uso de alguns aparatos, tais como “Segundo BRASIL (2005)”. Nesses casos, é possível citar os respectivos documentos tanto direta quanto indiretamente, diferenciando-os pelo uso de aspas (ABNT, 2002).

Quadro 6 - Citações de documentos legislativos

Na sentença (no parágrafo) – indiretamente
O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, caracteriza a educação a distância como um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e que utiliza recursos didáticos sistematicamente organizados, os quais são apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação e comunicação. Eles podem ser utilizados de forma isolada ou combinada (BRASIL, 2005).
Pós-sentença (no final do parágrafo) – indiretamente
Algumas proposições foram acolhidas no próprio texto da LDB nº 9.394/1996, como o anúncio da valorização do magistério, pelo menos, em sua aparência, e o aumento de estudos e pesquisas relativos à formação de professores e instituições tanto na formação inicial quanto na formação contínua (BRASIL, 1996).
Na sentença (no parágrafo) – diretamente (aparecem as aspas)
No Decreto nº 9.057/2017, é afirmado que ainda “não agrega as alterações dessa modalidade de estudos a distância, após a atualização da regulamentação que definiu a oferta de pós-graduação lato sensu” (BRASIL, 2017). Essa modalidade está autorizada nas instituições de ensino superior que já obtêm o credenciamento EaD.
Pós-sentença (no final do parágrafo) – diretamente (aparecem as aspas)
Em relação ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) na modalidade Educação a Distância (EaD), ele deve apresentar “[...] para cada disciplina componente dos Grupos I e II, oferecida a distância, a fundamentação técnica que comprove a viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas no componente” (BRASIL, 2020).

Fonte: a autora.

Quando são utilizadas obras do mesmo autor, mas publicadas em anos diferentes, é preciso citá-las em ordem cronológica pela data de publicação, tanto fora quanto dentro dos parênteses, ou seja, “as citações indiretas de diversos documentos da mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, têm as suas datas separadas por vírgula” (ABNT, 2002, p. 3). Isso significa que, nas respectivas obras, o autor discute o que você afirma indiretamente. Portanto, nas citações diretas, não é possível utilizar essas obras citadas, uma vez que não há uma citação direta e transcrita publicada em duas obras do mesmo autor, mas com anos diferentes. São exemplos:

A formação nas IES era criticada pelos bancos por ser dispendiosa, teórica e longa. Com essa constatação, firmava-se a recomendação de substituir o investimento na formação de professores já em atividade e sem ensino superior pela capacitação em serviço. Também foi defendida a utilização da EaD como estratégia para reduzir gastos (SCHEIBE, 2003, 2006).

Para Brzezinski (2002, 2003, 2008), as políticas educacionais de formação e valorização dos professores do Ensino Fundamental dos governos FHC e de Lula se baseavam na narrativa da “qualidade total”, oriundas do mundo do trabalho, enquanto desprezavam a qualidade social, em uma lógica capitalista sob a égide do neoliberalismo.

Agora, saberemos mais sobre as citações indiretas de diversas obras, sejam livros, capítulos de livros, artigos científicos, materiais publicados em eventos científicos, ou seja, “[...] documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto e vírgula, em ordem alfabética” (ABNT, 2002, p. 3). Um exemplo:

O documento intitulado “Regimento de 1548” (MATTOS, 1958; NISKIER, 2011; SAVIANI, 2008), instituído pelo governo português, delimita as disposições voltadas à educação e incluiu, no Brasil, uma nova instância administrativa.

Alguns estudiosos da área de metodologia da pesquisa discordam da explicação contida na NBR 10520/2002 no que diz respeito às citações. Eles justificam que a ordem das citações indiretas deve ser cronológica em relação à publicação do material consultado, uma vez que é mais relevante expressar que, desde o ano mais antigo até o ano mais atual, já se afirmou o que o autor pretende comprovar por meio do uso de citações indiretas (ABNT, 2002). Assim, o exemplo apresentado ficaria da seguinte forma:

O documento intitulado “Regimento de 1548” (MATTOS, 1958; SAVIANI, 2008; NISKIER, 2011), instituído pelo governo português, delimita as disposições voltadas à educação e incluiu, no Brasil, uma nova instância administrativa.

Por outro lado, as obras de mesmo ano e do mesmo autor precisam ser diferenciadas por ordem alfabética (pelo título do material lido), devendo acrescentar as alíneas (a, b, c...) após o ano. De acordo com a ABNT (2002), “as citações de diversos documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano, são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética [...].” O postulado apresentado é válido tanto para as citações diretas quanto para as citações indiretas.

Quadro 7 - Citações indiretas do mesmo autor e do mesmo ano

No corpo do texto – indiretamente

Há uma instabilidade na distribuição de tarefas. Com ela, algumas práticas, como a participação, o engajamento e a mobilidade passam a ser características necessárias e dominantes. Na educação, essa influência se dará com a adequação a um conteúdo voltado mais ao “aprender a aprender”, assim como é tratado por Duarte (2001a, 2001b).

Nas referências – no final do texto

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de**

Vigotski. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001a.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de**

Educação, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, 2001b.

Fonte: a autora.

Não podemos nos esquecer de que, quando dois autores com sobrenomes iguais são citados (responsáveis por obras distintas, mas de mesmo ano), devemos proceder da seguinte forma:

Quadro 8 - Citações indiretas de obras do mesmo ano e de autores com o mesmo sobrenome

No corpo do texto – indiretamente (também pode ser diretamente)

Oliveira C. (2017) teve como objetivo analisar o modo como os professores atuam frente ao diagnóstico multiprofissional do TDAH e como a psicopedagogia poderia auxiliar na **práxis** docente junto às crianças. Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas com professoras, pedagogas, diretoras e crianças diagnosticadas. Foi utilizada a análise categorial dos dados.

Nas referências – no final do texto

OLIVEIRA, C. A. S. de. **A criança diagnosticada com TDAH:** e agora professor? 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

No corpo do texto – indiretamente (também pode ser diretamente)

A dissertação de Oliveira P. (2017) buscou discutir as formas como a medicalização mascara as tensões presentes no campo educacional atual. Para tanto, realizou um estudo bibliográfico que permitiu a constatação de uma possível relação entre a democratização do ensino e as práticas de medicalização dos sujeitos com supostas dificuldades de aprendizagem.

Nas referências – no final do texto

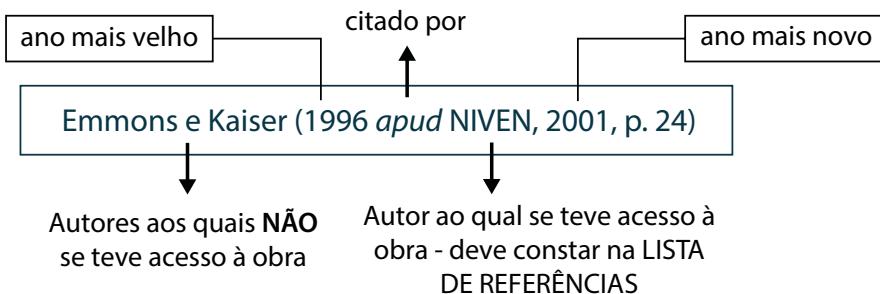
OLIVEIRA, P. F. de. **Medi(ca)r para universalizar:** o discurso médico-psicológico e a medicalização na educação. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Fonte: a autora.

A citação de citação, também chamada de *apud*, é a menção do trecho de um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento a partir de uma citação presente em outro documento. Ela só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original, assim como é nos casos dos documentos muito antigos ou com barreira linguística (AMADEU *et al.*, 2017). Portanto, essa forma de citação precisa ser evitada e devemos sempre consultar o documento original, visto que essa prática, por vezes, pode gerar uma interpretação errônea sobre o outro autor referenciado. Observe o exemplo:

Segundo Emmons e Kaiser (1996 *apud* NIVEN, 2001, p. 24), “os objetivos são essenciais para que as pessoas se orientem no mundo e para que elas alcancem a satisfação na vida”.

Para melhor ilustrar a citação apresentada, vejamos a figura a seguir.

Figura 1 - Explicativo do termo *apud*

Fonte: a autora.

Alguns casos especiais podem ocorrer ao realizar uma citação. São eles:

Supressões, comentários e destaques: o autor do trabalho poderá fazer supressões (omitir parte da citação) e comentários (na citação) ou atribuir destaques (**negrito**, sublinhado ou *italico*). A indicação de supressões é feita com a utilização de reticências entre colchetes: [...], e nunca com três pontos apenas ou com três pontos dentro de parênteses (...). Por exemplo:

"O marketing das organizações sem fins lucrativos fundamenta-se na credibilidade, sendo por isso extremamente vulnerável [...]"
(HARTLEY, 2001, p. 159).

As expressões latinas apresentadas a seguir poderão aparecer apenas em notas de rodapé, para quem optar ou quando o trabalho aceitar apenas notas de referência, e não no corpo do texto a ser redigido. Para isso, a primeira citação de uma obra em nota de rodapé deve se dar de forma completa. Já as demais ocorrências da mesma obra, caso estejam na mesma folha da citação a que se referem, poderão ser referenciadas de forma abreviada.

Quadro 9 - Expressões latinas presentes apenas em nota de rodapé

Expressões	Abreviatura	Significado	Uso
<i>confira,</i> <i>confronte</i>	<i>cf.</i>	confira	Usa-se para indicar uma consulta realizada.
<i>ibidem</i>	<i>Ibid.</i>	na mesma obra	Indica uma obra de um mesmo autor, mas com páginas diferentes.

<i>idem</i>	<i>id.</i>	do mesmo autor	Indica o mesmo autor, o mesmo documento e a mesma página.
<i>loco citato</i>	<i>loc. cit.</i>	no lugar citado	Indica a mesma página de um material já citado.
<i>opus citatum</i>	<i>op. cit.</i>	na obra citada	Na obra já citada, na frente deve-se colocar a página.
<i>passim</i>	<i>passim</i>	aqui e ali	Utilizada quando são retiradas informações de diversas partes do documento, sem especificar as páginas.
<i>sequentia</i>	<i>et.seq.</i>	seguinte	Usa-se quando não se deseja citar todas as páginas. Indica apenas a primeira página.

Fonte: adaptado da ABNT (2002).



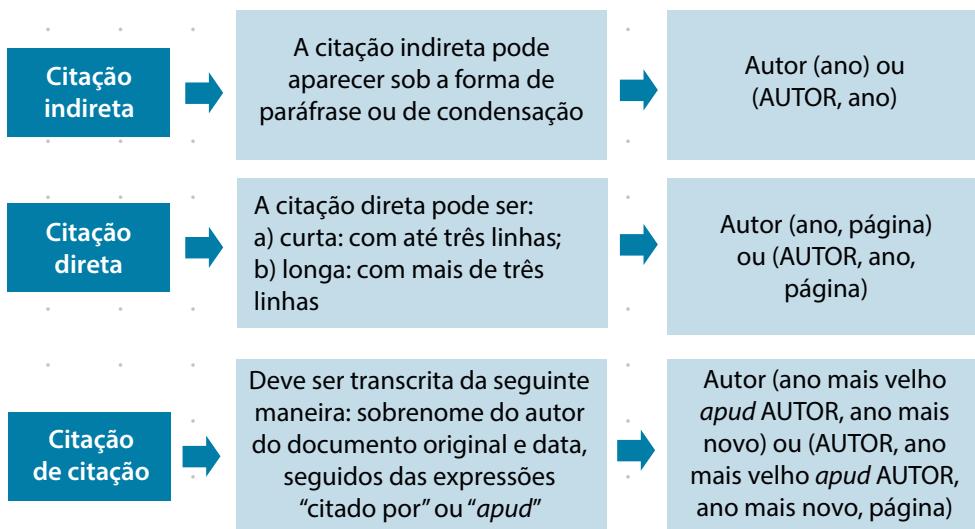
Quer conhecer mais dicas e casos especiais? Confira o podcast, que apresenta mais curiosidades voltadas às citações.





OLHAR CONCEITUAL

Vamos sintetizar o que as três formas de citação caracterizam?



Uma vez que você, caro(a) aluno(a), realizou todo o seu trabalho, desenvolveu argumentos e, para tanto, citou autores ao longo do texto, é chegado o momento de organizar as suas referências, ou seja, informar as obras citadas. Por isso, estudaremos, a partir de agora, as referências presentes em trabalhos acadêmicos de acordo com a NBR 6023/2018.

A finalidade das referências é informar o leitor a respeito das fontes que serviram de base para a realização do trabalho escrito. As referências devem conter a indicação de todos os documentos que foram citados na realização do estudo, fornecendo não só as coordenadas do caminhar do autor, mas sendo uma espécie de guia para uma eventual retomada e/ou aprofundamento do tema ou revisão do trabalho (SEVERINO, 2000).

As referências são elementos obrigatórios e devem conter a relação das obras citadas no trabalho. Elas precisam estar no final do trabalho e são dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do autor ou pelo título da obra. Além disso, são ordenadas de forma consecutiva, de modo que seja possível identificá-las. O material referenciado assume formas extremamente variadas, ou seja, livros, revistas, artigos, capítulos de livros, documentos legislativos, materiais cartográficos, informações verbais e fontes audiovisuais e eletrônicas têm as suas partes e particularidades, para que sejam referenciados completa e corretamente.

As referências são regulamentadas, em sua maioria, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 6023/2018, que estabelece os elementos a serem incluídos. A referida norma expõe as definições de cada elemento, ou seja, explica e exemplifica os autores e os documentos (artigos, periódicos, dissertações, teses, dentre outros), explana o uso dos recursos computacionais (negrito, itálico, alinhamento das referências, espaçamento entre linhas, dentre outros), apresenta as considerações sobre título e subtítulo, e define os elementos essenciais de informação mínima para a construção de uma referência. Também delinea os elementos obrigatórios e os elementos complementares, que detalham ainda mais a obra a ser referenciada.

A exatidão e a precisão na apresentação da referência são fatores decisivos para que haja uma satisfatória fundamentação do trabalho científico e possibilitem a recuperação do trabalho referenciado por parte do leitor. Lembre-se: devemos considerar como referência apenas as publicações que foram citadas ao longo do texto. Tudo o que está citado deve ser referenciado e tudo o que está referenciado deve ser citado (ABNT, 2018).

As referências podem aparecer nas notas de rodapé, no término de textos ou de capítulos, na lista de referências ou em resumos e resenhas, de acordo com a organização da estrutura textual que é exigida pela instituição para a qual você está escrevendo. No que diz respeito à sua apresentação, a NBR 6023 define uma sequência padronizada e a sua pontuação é regida por padrões internacionais e de forma única (ABNT, 2018). Para a realização da referência nesses modelos, é necessário apresentar: autor(es), título, edição, editora, local da editora e data de publicação. Esses elementos são necessários nas publicações de monografias, livros e artigos, assim como é possível observar a seguir.

Quadro 10 - Padrão de referências

REFERÊNCIAS

- AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos *et al.* **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: UFPR, 2015.
- BERNARDINHO, M. **Transformando suor em ouro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, 2001.
- GONÇALVES, Kalyandra Khadyne Imai. **Aprendizagem e desenvolvimento dos primeiros meses aos três anos**: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.
- MOREIRA, D. A. (org.). **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2000.
- SCHEIBE, Leda. Formação de professores e pedagogos na perspectiva da LDB. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 171-183.

*A NBR 6023, de 24 de setembro de 2020, apresenta os pré-nomes (primeiros nomes) dos autores por extenso e de forma abreviada. Orienta-se a adoção de um padrão, ou seja, uma padronização na lista de referências. Desse modo, ao se abreviar uma referência, abreviam-se todas ou, ao se optar por escrever uma referência por extenso, deve-se fazer o mesmo em relação às demais.

Fonte: a autora.

Os elementos essenciais de uma referência são: autor(es), título (quando não existir título, deve-se atribuir uma palavra ou frase que identifique o conteúdo do documento entre colchetes), edição, local, editora e data de publicação. Quando necessário, serão acrescentados elementos complementares à referência, para que haja uma melhor identificação do documento.

4.1 Elementos essenciais

São as informações indispensáveis à identificação do documento. Os elementos essenciais estão estritamente vinculados ao suporte documental e variam, portanto, conforme o tipo.

4.2 Elementos complementares

São as informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar os documentos.

NOTA – Os elementos essenciais e complementares são retirados do próprio documento. Quando isso não for possível, utilizam-se outras fontes de informação, indicando-se os dados assim obtidos entre colchetes (ABNT, 2018, p. 2, grifos no original).

Quadro 11 - Referências: elementos essenciais e complementares

Elementos essenciais
LUCK, Heloisa. Liderança em gestão escolar . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
Elementos complementares
LUCK, Heloisa. Liderança em gestão escolar . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 165 p., 18 cm. (Cadernos de gestão, v. 4). Bibliografia: p. 149-155. ISBN 978-85-3263-62-01.

Fonte: ABNT (2018, p. 12).

Indicamos o autor, de modo geral, pelo último sobrenome, em letras maiúsculas, seguido dos prenomes e outros sobrenomes, abreviados ou não, somente com a primeira letra de cada nome maiúscula. Recomenda-se o uso do mesmo padrão para a abreviação de nomes e sobrenomes na mesma lista de referências. Os nomes devem ser separados por ponto e vírgula, seguido de espaço. Segundo a NBR 6023, aplicam-se as seguintes definições:

3.1 autor(es): Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento.

3.2 autor(es) entidade(s): Instituição(ões), organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal (ABNT, 2018, p. 2, grifos no original).

Quadro 12 - Referências de acordo com a quantidade de autores

1 autor	ROUSSEAU, René-Lucien. A linguagem das cores : energia, simbolismo, vibrações e ciclos das estruturas coloridas. São Paulo: Pensamento, 2004.
2 autores	VILLA SÁNCHEZ, Aurélio; AUZMENDI ESCRIBANO, Elena. Medição do autoconhecimento . Bauru: Edusc, 1999.
3 autores*	SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano; THÖN, Ida Helena. O museu como espaço de inclusão: o Museu Nacional do Calçado-MNC e o projeto Mentes Coloridas. Prâksis , Novo Hamburgo, v. 2, n. 4, p. 87-91, ago. 2007.
Mais de 3 autores	ALBERTS, Bruce <i>et al.</i> Fundamentos da biologia celular : uma introdução à biologia molecular da célula. Porto Alegre: Artmed, 2002.
Org.**	CANTERA, Luís Costa (org.). Palpação : técnicas e procedimentos. Novo Hamburgo: Feevale, 2006. 108 p.
Legislação	BRASIL. Lei nº 9.979, de 5 de julho de 2000. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito Suplementar no valor de R\$155.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil : seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 129, p. 4, 6 jul. 2000.

*A menção de todos deve se dar na mesma ordem em que aparecem na publicação.

**Caso haja uma indicação explícita e de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas de vários autores, primeiro, deve vir o nome do responsável, seguido da abreviação, no singular, do tipo de participação.

Fonte: a autora.

Os autores que carregam grau de parentesco, sobrenomes com prefixos ou, em casos de autoria corporativa, nas referências, a indicação deve acontecer da maneira expressa a seguir.

Quadro 13 - Casos especiais de autoria nas referências

Sobrenomes com grau de parentesco	FERREIRA FILHO, R.
2 autores	CASTRO NETO, A. C.
Sobrenomes hispânicos	ALVAREZ ALDUAN, M. A.
	VER BOVEN, D.
	DI CREDDO, R.
Sobrenomes com prefixos	LA BRUYERE, R.
	VAN ENDE, E.
	DE MONTFORT, F.

Autoria corporativa	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
	BRASIL. Ministério da Saúde.
	SBPp - Sociedade Brasileira de Psicopedagogia.

Fonte: a autora.

Embora seja raro, ainda existem casos de obras sem autoria definida. É preciso iniciar a referência pelo próprio título da obra, indicando-se a primeira palavra significativa com todas as letras maiúsculas e as demais, minúsculas e maiúsculas. Observe os exemplos:

Quadro 14 - Obras sem autoria definida

A REVISTA no Brasil. São Paulo: Abril, 2000. 249 p. ISBN 85-7305-891-9.
GUIA de direitos humanos: fontes para jornalistas. São Paulo: Cortez, 2003.
VISITAS ao Santíssimo Sacramento e a Maria Santíssima para todos os dias do mês. Lisboa: Typographia L. C. da Cunha, 1858. Disponível em: http://mybook.com/download_free_ebook/unknown_ebooks/visitas-aosantissimo-sacramento-e-a-maria-santissima-para-todos-os-dias-domez/ebook25586.pdf . Acesso em: 18 nov. 2020.
UM TESOURO de contos de fadas. Ilustrações de Annie-Claude Martin. Oxford: Transedition, 1994. 400 p.

Fonte: a autora.

O título e o subtítulo (se for usado) devem ser reproduzidos assim como figuram no documento, separados por dois pontos. O título deve ser grafado em letras minúsculas, exceto as iniciais da primeira palavra e dos nomes próprios, que devem estar em letras maiúsculas. O recurso tipográfico (negrito, grifo ou itálico) usado para destacar o título da obra precisa ser uniforme em todas as referências.

3.3 capítulo, seção ou parte: Divisão de um documento, numerado ou não.

[...]

3.4 documento: Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos,

registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros.

[...]

3.7 monografia: Item não seriado, isto é, item completo, constituído de uma só parte, ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas.

3.8 publicação periódica: Publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente (ABNT, 2018, p. 2, grifos no original).

TÍTULO – Gestão da inovação tecnológica

TÍTULO E SUBTÍTULO – Prótese dentária: princípios e condutas estratégicas

Quando houver uma indicação de edição, ela deverá ser transcrita por meio de abreviaturas dos numerais ordinais e da palavra edição, ambas na forma adotada pelo idioma do documento. Segundo a NBR 6023, “quando houver uma indicação de edição, esta deve ser transcrita, utilizando-se abreviaturas dos numerais ordinais e da palavra edição, ambas na forma adotada na língua do documento” (ABNT, 2018, p. 16). Para o idioma que não seja o inglês, referencia-se: 2. ed. ou 11. ed. Nas publicações em inglês, seguem 1sr ed. ou 2nd ed. ou 3rd ed. ou 15th ed.

Quadro 15 - Referências: edição

ECONOMICS of the environment: selected readings. 4th. ed. New York, USA: W.W. Norton, 2000.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente.** 6. ed. Rio de Janeiro: L. Cristiano, 1995.

Fonte: a autora.

O local de publicação (cidade) deve ser indicado do modo como consta no documento. Na ausência do nome da cidade, pode ser indicado o estado ou o país, desde que eles constem no documento. Quando o local não aparece no documento, mas pode ser identificado, devemos indicá-lo entre colchetes [São Paulo]. “O nome do local (cidade) de publicação deve ser indicado tal como figura no documento” (ABNT, 2018, p. 16). Utiliza-se a expressão *sine loco*, abreviada, entre colchetes e em itálico [S. l.], caso não seja possível identificar o local de publicação.

Devemos nos atentar ao fato de que, em publicações mais recentes ou quando se tem o nome da editora, é possível identificar e localizar a cidade da editora por meio de uma busca em navegadores da Internet ou, muitas vezes, no próprio link (endereço eletrônico).

Quadro 16 - Referências: local

VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. **Botânica**: organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2003.

ZANI, R. **Beleza, saúde e bem-estar**. São Paulo: Saraiva, 1995. 173 p.

Fonte: a autora.

Em relação às cidades homônimas situadas em estados diferentes, a sigla do estado ou o nome do país devem vir separados por vírgula. No que diz respeito às capitais de países, sempre deve ser acrescentada a sua respectiva sigla, assim como é em “Brasília, DF”. Observe os exemplos a seguir:

VIÇOSA, AL TOLEDO, PR	VIÇOSA, MG TOLEDO, ESPAÑA	VIÇOSA, RN
--------------------------	------------------------------	------------

Quando o local fizer parte do título de um periódico, recomenda-se repeti-lo. Por exemplo:

FERREIRA, A. Plano Collor acelera o processo de fusões e compras de empresas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno 2, jun. 1990.

O nome da editora ou do responsável pela publicação do material deve ser transscrito assim como aparece no documento, abreviando os pré-nomes e suprimindo as palavras que designam a natureza jurídica ou comercial, desde que sejam dispensáveis para identificação.

Quadro 17 - Referências: editora

Na publicação, consta Edgard Blücher

STARR, M. K. **Administração da produção**: sistemas e sínteses. São Paulo: E. Blücher, USP, 1971.

Na publicação, Livraria José Olympio Editora

LIMA, M. **Tem encontro com Deus**: teologia para leigos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

Fonte: a autora.

Quando houver duas editoras, ambas devem ser indicadas em conjunto com os respectivos locais (cidade) e precisam ser separadas por ponto e vírgula. Exemplo:

SOUZA, F. das C. de. Ética e de ontologia.
Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da Univali, 2014.

Se a editora não puder ser identificada, devemos empregar a expressão *sine nomine* abreviada e entre colchetes [s. n.]. No entanto, sempre precisamos ler e referenciar o material em que conste o responsável pela publicação, pois isso dá credibilidade ao texto produzido.

A data de publicação deve ser indicada em algarismos arábicos, sem espaçamento ou pontuação entre os respectivos algarismos. Por se tratar de um elemento essencial para a referência, sempre deve ser indicada uma data, seja da publicação, da distribuição, do *copyright* ou da apresentação (do depósito) de um trabalho acadêmico. Exemplo:

MOREIRA, D. A. (org.). Didática do ensino superior: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2000.

Se nenhuma data puder ser determinada, deve-se registrar uma data aproximada entre colchetes, assim como é indicado a seguir.

Quadro 18 - Data de publicação aproximada

[19--]	século certo
[19--?]	século provável
[198-]	década certa
[ca. 2002]	ano aproximado
[2001 ou 2002]	um ano ou outro
[1988?]	ano provável
[1994]	ano certo, não indicado no item
[entre 1994 e 2006]	usar intervalos menores de 20 anos

Fonte: ABNT (2018).

Os meses devem ser indicados de forma abreviada e no idioma original da publicação. Se a publicação indicar, ao contrário dos meses, as estações do ano ou as divisões do ano em trimestres e semestres, por exemplo, transcrevem-se os

primeiros assim como eles figuram no documento e se abreviam os últimos. Observe o exemplo:

BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB.
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,
 Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 465-504, abr./jun. 2014.

A NBR 6023/2018 apresenta um quadro com a abreviação correta dos meses em diversas línguas. Confira-o.

Quadro 19 - Abreviaturas dos meses de acordo com o idioma da publicação

Português		Espanhol		Italiano	
janeiro	jan	enero	enero	gennaio	genn.
fevereiro	fev.	febrero	feb.	febbraio	febbr.
março	mar	marzo	marzo	marzo	mar.
abril	abr.	abril	abr.	aprile	apr.
maio	maio	mayo	mayo	maggio	magg.
junho	jun.	junio	jun.	giugno	giugno
julho	 jul.	julio	 jul.	luglio	 luglio
agosto	ago.	agosto	agosto	agosto	ag.
setembro	set.	septiembre	sept.	settembre	sett.
outubro	out.	octubre	oct.	ottobre	ott.
novembro	nov.	noviembre	nov.	novembre	nov.
dezembro	dez.	diciembre	dic.	dicembre	dic.
Francês		Inglês		Alemão	
janvier	janv.	January	Jan.	Januar	Jan.
février	fevr.	February	Feb.	Februar	Feb.
mars	mars	March	Mar.	März	März
avril	avril	April	Apr.	April	Apr.

mai	mai	May	May	Mai	Mai
juin	juin	June	June	Juni	Juni
juillet	juil.	July	July	Juli	Juli
août	août.	August	Aug.	August	Aug.
septembre	sept.	September	Sept.	September	Sept.
octobre	oct.	October	Oct.	Oktober	Okt.
novembre	nov.	November	Nov.	November	Nov.
décembre	déc.	December	Dec.	Dezember	Dez.

Fonte: ABNT (2018, p. 60).

A descrição física de um documento é a indicação das páginas, folhas, números e/ou volumes, formato, ilustração e dimensão de um material. Deve ser apresentada da seguinte maneira: indica-se o número de páginas seguido da abreviatura “p.” ou “f.”. Exemplos: “580 p.” ou “89 f.”.

- As páginas inicial e final de parte de documentos, publicações avulsas e artigos de periódicos são precedidas da abreviatura “p.” e separadas por hífen sem espaço. Exemplo: p. 20-47.
- Em documentos com mais de um volume, indica-se o número de volumes seguido da abreviatura “v.”. Exemplo: 3 v.
- Em publicações periódicas, registram-se os volumes, números/fascículos, suplementos e número especial, assim como eles aparecem na publicação. Exemplos: v. 3, n. 1-4, p. 27-34, v. 2, n. 1/2, p. 145-148 ou n. 303, p. 145-178, mar. 2004. Edição especial.
- Indicam-se as ilustrações de qualquer natureza pela abreviatura “il.”, seguida da indicação do tipo de material que acompanha o documento. Exemplo: 333 p., il., mapas color., 80 x 75 cm. ou 148 p., il., plantas.

São essenciais as informações relacionadas ao endereço eletrônico, que é precedido da expressão “Disponível em:”. A data de acesso do documento também é importante e precisa ser precedida da expressão “Acesso em:”. Opcionalmente, são acrescidos os dados referentes à hora, aos minutos e aos segundos. É importante reforçarmos que apenas o link que foi acessado não é considerado referência:

Para documentos *online*, além dos elementos essenciais e complementares, deve-se registrar o endereço eletrônico, precedido da expressão Disponível em:, e a data de acesso, precedida da expressão Acesso em:.

NOTA Não se aplica a mensagens e documentos eletrônicos, cujos endereços não estejam disponíveis (ABNT, 2018, p. 11).

Quadro 20 - Referências consultadas on-line

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, set./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 out. 2020.

OLIVEIRA, P. F. de. **Medi(c)a)r para universalizar**: o discurso médico-psicológico e a medicalização na educação. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6098>. Acesso em: 10 out. 2020.

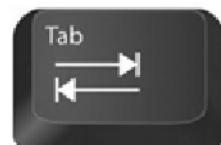
Fonte: a autora.

Para finalizar as nossas discussões, precisamos conhecer a diagramação/formatação das citações e referências. Em relação à formatação e à diagramação das citações diretas, temos:

1. Citações curtas (até três linhas): são incorporadas ao texto, no parágrafo em que aparecem, transcritas apenas entre aspas. Informações importantes:
 - Não devemos usar destaque tipográfico (itálico, negrito ou sublinhado).
 - Precisamos utilizar a mesma fonte de letra e o mesmo tamanho do parágrafo do texto (tamanho 12 pt).
 - O espaçamento entre linhas é de 1,5 cm.
 - Alinhamento do parágrafo justificado.
 - Recuo na primeira linha do parágrafo de 1,25 cm (1 TAB).



Para conhecer ainda mais as especificidades da ABNT em relação às referências, assista ao vídeo no link ao lado.



2. Citações longas (mais de três linhas): são transcritas em um parágrafo próprio, ou seja, estão separadas do parágrafo do texto, tendo em vista que têm características próprias. Informações importantes:
- Espaçamento entre linhas simples (1,0 cm).
 - Recuo do parágrafo em 4,0 cm a partir da margem esquerda.
 - Tamanho da fonte (letra) menor do que a do corpo do trabalho (tamanho 10 ou 11 pt).
 - Texto com alinhamento justificado.
 - Não há recuo na primeira linha do parágrafo.
 - Não há aspas.
 - Não é usado destaque tipográfico (itálico, negrito ou sublinhado).
 - Recomenda-se o uso do espaçamento de linhas de 1,5 cm entre o texto que sucede e o que antecede a citação direta maior de três linhas.

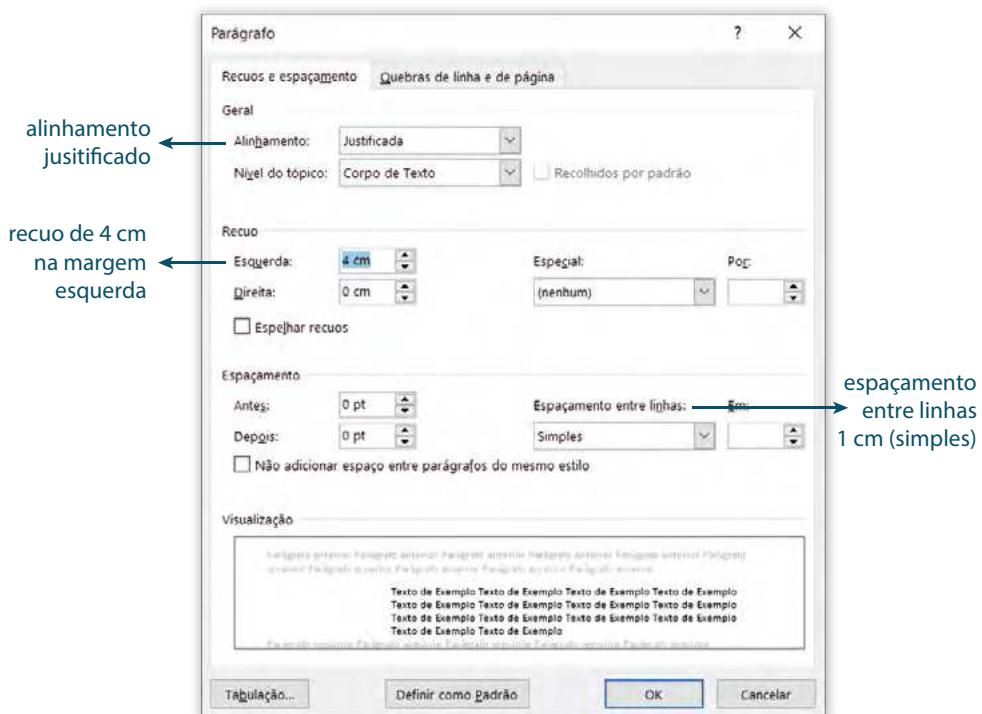
Quadro 21 - Diagramação de citações diretas

Curtas	<p>Para Silva e Borba (2011, p. 15), a justificativa dessa afirmação se fundamenta “no fato de o corpo discente das escolas superiores ser constituído por adultos, diferentemente do corpo discente do ensino básico, constituído por crianças e adolescentes”.</p> <p>“São os saberes práticos que assumem o papel central nas políticas de formação, nas quais a teoria passa a constituir-se em elemento secundário” (SCHEIBE, 2006, p. 201).</p>
Longas	<p>Para muitos a metodologia é apenas um conjunto de procedimentos técnicos, que visa, prescritivamente, a uniformização de padrões na execução e apresentação de produtos acadêmicos. [...] Pensar metodologia deste modo seria, <i>primeiro</i>, desconsiderar um dos principais pressupostos do saber científico, [...] dois pré-requisitos deste conhecimento específico: a clareza e a distinção (SIQUEIRA <i>et al.</i>, 2008, p. 2).</p> <p>Siqueira <i>et al.</i> (2008, p. 2) destacam que:</p> <p>Para muitos a metodologia é apenas um conjunto de procedimentos técnicos, que visa, prescritivamente, a uniformização de padrões na execução e apresentação de produtos acadêmicos. [...] Pensar metodologia deste modo seria, <i>primeiro</i>, desconsiderar um dos principais pressupostos do saber científico, [...] dois pré-requisitos deste conhecimento específico: a clareza e a distinção.</p>

Fonte: a autora.

No editor de texto Microsoft Word, há a seguinte especificação para a formatação da citação direta longa:

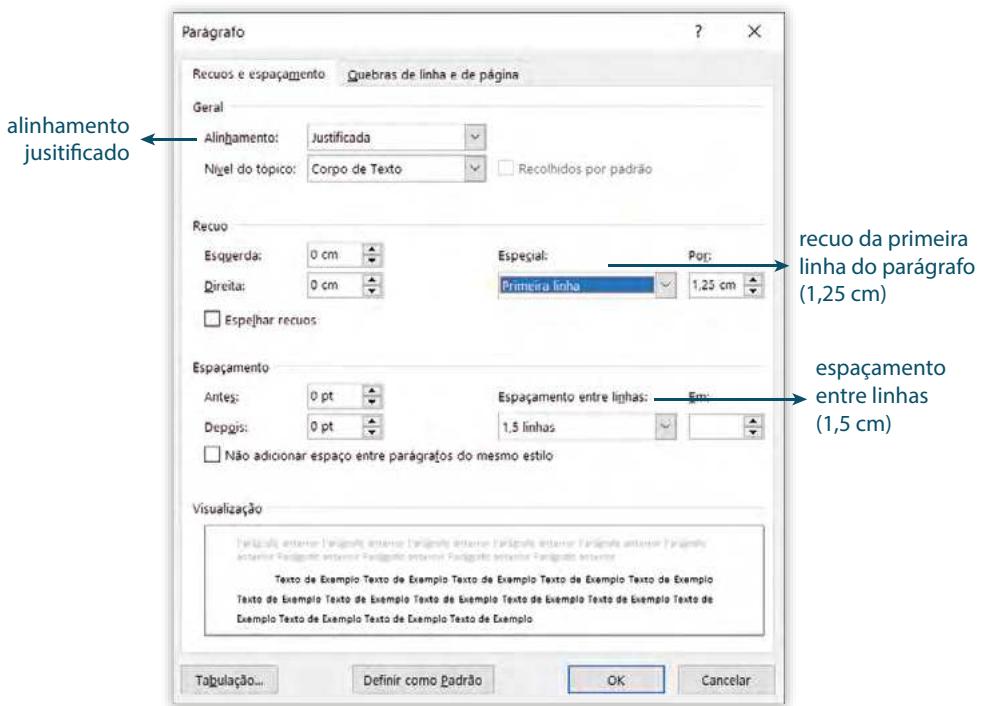
Figura 2 - Formatação de parágrafo para a citação direta longa



Fonte: a autora.

Nas citações indiretas, apesar de serem uma reprodução da ideia ou do pensamento do autor da obra transcrita com as palavras do autor do trabalho, há a necessidade de indicar a autoria e a data, pois o texto citado foi produzido por alguém e essa pessoa necessita ser referenciada. Não é necessário transcrever a página da qual a citação foi retirada, já que se trata de uma ideia sobre o trecho, e não uma citação direta. Portanto, permanece a formatação/diagramação do trabalho (revista, artigo científico, eventos científicos, TCC, dentre outros) com as mesmas características do parágrafo.

Figura 3 - Formatação de parágrafo para as citações indiretas



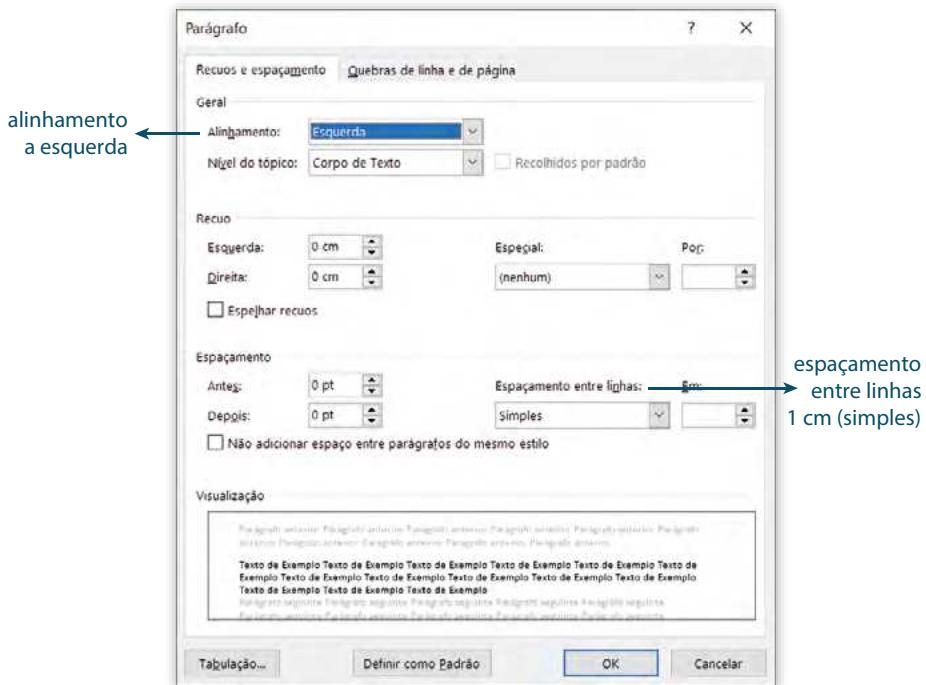
Fonte: a autora.

Já na lista de referências, as citações devem ser apresentadas com a seguinte formação:

- Alinhamento do texto (das referências) à esquerda.
- Espaçamento simples entre linhas (1,0 cm).
- Fonte tamanho 12 pt.
- Trabalhos ordenados alfabeticamente, e não numerados.
- Espaço de uma linha em branco (um “Enter”) entre cada referência.
- O título da seção (Referências) não tem indicativo numérico.

Quando aparecerem em notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a se destacar o expoente. Não há espaço entre elas.

Figura 4 - Formatação de parágrafo para as referências



Fonte: a autora.

De acordo com a NBR 6028/2018, no que diz respeito às regras gerais de apresentação:

6.1 Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada [...].

[...]

6.3 As referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples. Quando aparecerem em notas de rodapé, devem ser alinhadas à margem esquerda do texto e, a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

[...]

6.7 As referências, ordenadas em uma única lista, devem ser padronizadas quanto ao recurso tipográfico e à adoção dos elementos complementares. O recurso tipográfico (negrito, itálico ou sublinhado) utilizado para destacar o elemento título deve ser uniforme em todas as referências (ABNT, 2018, p. 11).

A entrada se dá pelo sobrenome do autor, com todas as letras maiúsculas, seguido de vírgula e nome do autor (somente as iniciais ou não). Depois, há o título da obra, com destaque tipográfico negrito (somente para o título, e não para o subtítulo), seguido do nome da cidade, dois pontos, o nome da editora (ou órgão editor) e o ano de publicação.

Quadro 22 - Diagramação/formatação das referências apresentadas

REFERÊNCIAS

BERNARDINHO, M. **Transformando suor em ouro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOREIRA, D. A. (org.). **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2000.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores e pedagogos na perspectiva da LDB. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 171-183.

Fonte: a autora.



Caro(a) aluno(a), com a leitura de todas as especificidades relacionadas às citações e às referências, você acredita que há a possibilidade de fazer uma produção textual, como um trabalho final de curso, em apenas um final de semana?

Com base em nossas leituras e sabendo que você sempre pode e deve consultar a ABNT, em uma página do Microsoft Word, tente adequar a diagramação da citação a seguir e de sua respectiva referência de acordo com as NBR 10520/2002 e 6023/2018.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa futuramente desenvolvida ajude a minimizar os efeitos das dificuldades escolares, impedindo o ciclo da patologização. Para tanto, pretende-se proporcionar algumas atividades diferenciadas para crianças com dificuldade na aprendizagem, além de contribuir de forma significativa com as práticas docentes em sala de aula.

Título do trabalho: Dificuldades matemáticas: uma crítica à patologização nas escolas

Autores: Fernanda Holanda Araújo e Suzi Maria Nunes Cordeiro

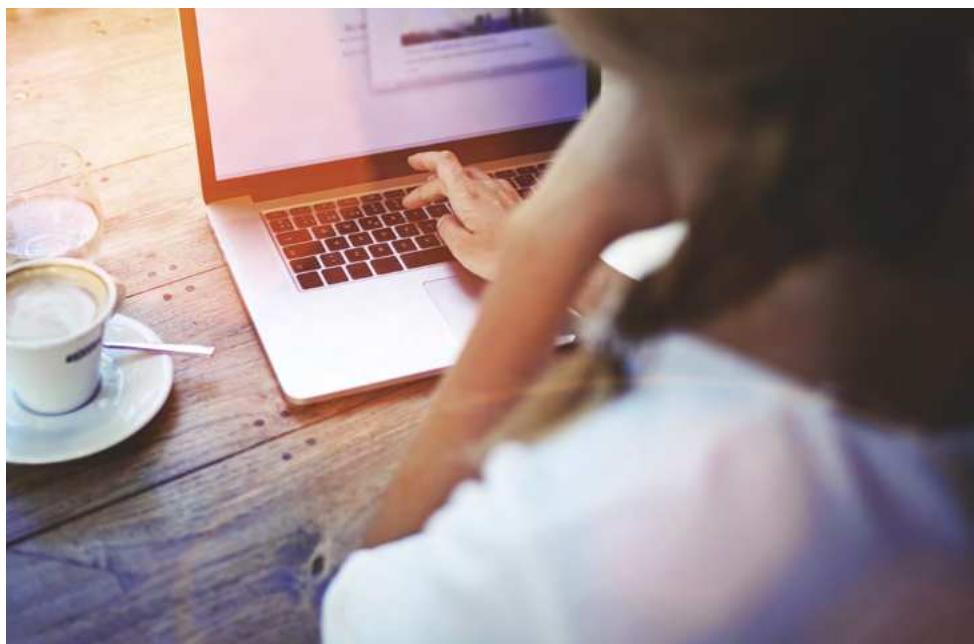
Data de publicação: 22/11/2019

País da publicação: Brasil

Idioma da publicação: Português

Página do trabalho: <https://www.even3.com.br/anais/epcc2019/186055-dificuldades-matematicas--uma-critica-a-patologizacao-nas-escolas/>

ISBN: 978-85-459-1960-5





- Um dos aspectos essenciais de uma produção textual acadêmica se refere ao uso correto das orientações da ABNT para as referências. Para tanto, consultar a NBR 6023 é indispensável.

Considerando o exposto no enunciado, assinale a alternativa correta em relação à separação dos autores de uma obra produzida por dois ou até três estudiosos:

- Os autores, nas referências, deverão ser separados por vírgulas, seguidas de espaço.
 - Os autores, nas referências, deverão ser separados por reticências.
 - Os autores, nas referências, deverão ser separados por pontos e vírgulas, seguidos de espaço.
 - Os autores, nas referências, deverão ser separados por pontos finais, seguidos de espaço.
 - Os autores, nas referências, deverão ser separados por travessões, precedidos por um único espaço.
- Ao realizarmos uma citação, devemos especificar se ela é direta ou indireta e simples ou longa, a fim de configurarmos corretamente a sua diagramação. Atente-se à seguinte especificação: "[...] deverá ser digitada fora do corpo do texto, em fonte Arial, tamanho 10 ou 11, em um único parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas simples (1,0 cm)" (ABNT, 2002).

ABNT. **NBR 10520**. Informação e documentação – Citações em documentos – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Diante da especificação apresentada no enunciado, assinale a alternativa correta:

- As características da citação apresentada se referem à citação direta com mais de três linhas.
- As características da citação apresentada se referem à citação direta com até três linhas.
- As características da citação apresentada se referem à citação de citação.
- As características da citação apresentada se referem à citação indireta.
- As características da citação apresentada não se referem a uma citação.



3. De acordo com a ABNT (2002, p. 2), a citação direta é a “transcrição textual de parte da obra do autor consultado”. Se ela tiver mais de três linhas, é necessário respeitar algumas normas, tais como recuo, espaçamento entre linhas e tamanho da fonte.

ABNT. **NBR 10520**. Informação e documentação – Citações em documentos – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Considerando o exposto no enunciado, assinale a alternativa que explica corretamente o modo de construção de uma citação direta com mais de três linhas em um texto científico:

- a) A citação direta com mais de três linhas se encontra junta ao parágrafo. A fonte tem tamanho 12 e o espaçamento é de 1,5 cm. Deve-se delimitar a fala do autor com o uso de aspas.
- b) As citações diretas devem estar no corpo do texto, entre aspas, com fonte Arial, tamanho 12. Há o sobrenome e o nome do autor original e, depois, estão o título da obra, a cidade da editora, o nome da editora e o ano de publicação. Se a citação for retirada de um texto da Internet, também deve conter o link de acesso.
- c) A citação direta com mais de três linhas deve permanecer no parágrafo. Tem recuo de 2,0 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10 ou 11 e espaçamento entre linhas simples (1,0 cm). Se o sobrenome do autor for apresentado ao final da citação, ele estará dentro dos parênteses, com apenas a primeira letra em maiúsculo, junto do ano.
- d) A citação direta com mais de três linhas deve permanecer fora do parágrafo. Tem recuo de 4,0 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10 ou 11 e espaçamento entre linhas simples (1,0 cm). Se o sobrenome do autor for apresentado ao final da citação, ele estará dentro dos parênteses, com todas as letras maiúsculas, em conjunto com o ano e a página da citação.
- e) A citação direta com mais de três linhas deve permanecer fora do texto. Tem recuo de 7,0 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10 ou 11 e espaçamento entre linhas simples (1,0 cm). Se o sobrenome do autor for apresentado ao final da citação, ele estará fora dos parênteses, com todas as letras maiúsculas. Dentro dos parênteses, estão o ano e a página.

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



1. C.

- Nas referências, os autores deverão ser separados por pontos e vírgulas, seguidos de espaço, assim como é preconizado pela NBR 6023/2018.

2. A.

- As características expostas na citação representam uma citação direta com mais de três linhas, assim como é estabelecido na NBR 10520/2002.

3. D.

- A citação direta com mais de três linhas permanece fora do parágrafo. Tem recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10 ou 11 e espaçamento entre linhas simples (1,0cm). Se o sobrenome do autor for apresentado ao final da citação, ele estará dentro dos parênteses com todas as letras maiúsculas, em conjunto com o ano e a página da citação, assim como é exposto na NBR 10520/2002.

Normas Acadêmicas

Dra. Suzi Maria Nunes Cordeiro

OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Conhecer as normas técnicas brasileiras mais utilizadas na elaboração de pesquisas científicas, a fim de compreender os procedimentos exigidos, os direitos autorais e o plágio. Identificar, nas normas brasileiras, as estruturas dos trabalhos acadêmicos, para que seja possível realizar pesquisas científicas. Compreender as normas e os estilos de formatação da APA.

Para a elaboração de sua pesquisa, Sophi Lara realizou três entrevistas com alguns especialistas de sua área e fez, para cada um, três perguntas. A revista para a qual está publicando os seus resultados exige que ela insira esses questionamentos em seu trabalho, mas não no corpo do texto, visto que ela já atingiu o limite de caracteres permitido. Diante disso, como e onde Sophi Lara pode inserir essas questões?

Em algumas discussões, já trabalhamos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Dentre os elementos pós-textuais, encontramos o apêndice, que reúne os textos ou os documentos elaborados pelo próprio autor. Geralmente, sua formatação segue as mesmas orientações dos elementos textuais.

Imagine, caro(a) aluno(a), que você está realizando uma pesquisa aplicada e fará uma entrevista com especialistas de sua área sobre a temática. Quais perguntas você faria? Escreva três questões importantes para especialistas da sua área sobre um tema que gostaria de pesquisar e siga a ABNT para fazer a sua formatação nos apêndices.

A partir da experiência realizada, responda: você precisou consultar alguma norma brasileira para fazer a formatação do apêndice? Se sim, qual foi a pesquisada e qual orientação você encontrou?

DIÁRIO DE BORDO



Em discussões anteriores, caro(a) aluno(a), definimos o que e quais são as estruturas textuais, conhecemos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, e especificamos as formas de pesquisa e escrita que encontramos, sobretudo, nas academias. Além disso, definimos o modo como as normas brasileiras podem nos ajudar em relação às citações e às referências, correto? Entretanto, precisamos saber mais, pois não são apenas a NBR 10520/2002 e a NBR 6023/2018 que são importantes para a configuração de trabalhos acadêmicos. Portanto, a partir de agora, trabalharemos a NBR para trabalhos acadêmicos.

O domínio das regras dispostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é fundamental no que diz respeito à elaboração de trabalhos acadêmicos em suas diferentes formas. Desse modo, muitas disciplinas apresentam ementas que contemplam as normas que regem o desenvolvimento e a apresentação de trabalhos, visando à sua padronização, a fim de se estabelecer uma comunicação acadêmica envolta a uma linguagem universal.

As ementas referentes às normas para o desenvolvimento e a apresentação de trabalhos se encontram no Projeto Político do Curso (PPC) e nos programas de ensino, cuja elaboração é de responsabilidade dos professores das disciplinas em conjunto com a diretoria de ensino e a coordenação do curso. Normalmente, é possível encontrar, nesses programas, os conteúdos programáticos, a metodologia

de ensino, os recursos a serem aplicados na metodologia, as referências (básicas e complementares) e os objetivos e a avaliação da disciplina.

Dissertações, teses, artigos, periódicos, resumos e monografias, por exemplo, trazem resultados avaliativos e devem obedecer aos padrões formais da escrita, à organização e à apresentação, a fim de que as publicações se enquadrem nos padrões formais exigidos para publicação. No que concerne às regras para a elaboração de trabalhos científicos, Oliveira, Ortega e Mologni (2015) classificam os trabalhos acadêmicos científicos em: projeto de pesquisa, relatório técnico-científico, trabalho acadêmico (como o nosso M.A.P.A), artigo científico, dissertação e tese.

Conheçamos o que Oliveira, Ortega e Mologni (2015) explicam sobre cada forma de trabalho:

- **Projeto de pesquisa:** trata-se de um documento que apresenta o plano pensado, para que o trabalho final seja desenvolvido. De acordo com a ABNT, um projeto se refere à descrição da estrutura de um empreendimento que será realizado, enquanto o projeto de pesquisa é uma das fases de pesquisa.
- **Relatório técnico-científico:** apresenta, de maneira formal, os resultados ou os progressos presentes na investigação de pesquisa e no desenvolvimento. Define uma questão técnica ou científica e aponta, de forma resumida, informações, conclusões e recomendações. O seu estabelecimento se dá em função e sob a responsabilidade do organismo ou pessoa ao/à qual será apresentado para apreciação.
- **Trabalhos acadêmicos:** apresentam o resultado de um estudo e devem expressar o conhecimento sobre o assunto escolhido pelo pesquisador ou delimitado pela instituição, o qual deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso ou programa. Precisam ser construídos sob a coordenação de um professor orientador e podem ser classificados em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), por exemplo.
- **Artigo científico:** configura parte de uma publicação cuja autoria é evidenciada. Nele, são apresentados e discutidos métodos, ideias, técnicas, processos e resultados das distintas áreas do conhecimento.
- **Dissertação:** resultado de um trabalho experimental ou de uma apresentação de um estudo científico anterior, cujo tema é único e bem delimitado, visando à reunião, à análise e à interpretação de informações. O conhecimento da literatura acerca do assunto deve estar claro e a capacidade do candidato em

sistematizar ideias precisa ser demonstrada. A realização da dissertação demanda um orientador Doutor, com o objetivo de se obter o título de Mestre.

- **Tese:** trata-se de um documento resultante de um trabalho experimental ou de um estudo científico sobre determinado tema, cuja delimitação deve ser bem evidente e inédita. A elaboração da tese deve se ancorar na investigação original, a fim de contribuir para determinada especialidade. É coordenada por um orientador Doutor, com o objetivo de se obter o título de Doutor ou outro análogo.

Já sabemos que cada um dos trabalhos supracitados carrega uma estrutura. Todavia, você sabe quais normas consultar para se amparar em suas formatações e diagramações? Silva (2005) apresenta as normas gerais das apresentações e das estruturas de trabalhos, além de expor exemplos de referências e citações de autores com base nas normas brasileiras. Veja a seguir.

Quadro 1 - Normas e definições

	Norma	Ano	Abordagem
1.	NBR 6022	2018	Artigo em publicação periódica científica impressa
2.	NBR 6023	2018	Referências
3.	NBR 6024	2012	Numeração progressiva das seções de um documento
4.	NBR 6027	2012	Sumário
5.	NBR 6028	2003	Resumo
6.	NBR 6034	2005	Índice
7.	NBR 10520	2002	Citações em documentos
8.	NBR 10719	2011	Relatório técnico e/ou científico
9.	NBR 12225	2004	Lombada
10.	NBR 14724	2011	Trabalhos acadêmicos
11.	NBR 15287	2011	Projeto de pesquisa

Fonte: adaptado de Silva (2005).

A NBR 6022/2018 estabelece as regras para a publicação de artigos em publicação periódica impressa. Assim, reconhece duas formas de artigos:

- **Artigo original:** também chamado de científico, apresenta temas ou abordagens próprias, geralmente, relatando os resultados de uma pesquisa.
- **Artigo de revisão:** é, em geral, resultado de pesquisa bibliográfica. Characteriza-se por analisar e discutir informações já publicadas.

A norma que apresenta orientações quanto às referências determina os elementos que deverão ser incluídos e os define. Além disso, explica algumas informações acerca dos autores, delineia as formas de documentos (artigo, periódico, monografia) e considera o que diz respeito ao título, subtítulo e elementos obrigatórios das referências. Também aponta os elementos complementares, que detalham ainda mais a obra que será referenciada. Trata-se da NBR 6023 (ABNT, 2018b).

Na NBR 6024/2012, são determinadas as seções/capítulos e as subdivisões/subcapítulos do trabalho, a fim de que a localização de cada parte se dê de forma célere e com o intuito de mostrar a sequência e a importância do tema. Para a numeração, são empregados algarismos arábicos. A referida norma também explica a numeração progressiva, objetivando a exposição do conteúdo da obra de forma lógica e simples. Para a sua aplicação, devem ser observados os seguintes elementos: a alínea, enquanto uma forma de subdividir um documento; o indicativo de seção, que se refere a um grupo numérico exposto antes de cada seção do documento; e as seções, que se configuram como partes da divisão de uma obra e são classificadas em primária (parte principal) e secundária (divisões advindas da primária) (ABNT, 2012a).

Quadro 2 - Seções apresentadas na NBR 6024/2012

1	SEÇÃO PRIMÁRIA	maiúsculas e negrito
1.1	SEÇÃO SECUNDÁRIA	maiúsculas e sem negrito
1.1.1	Seção terciária	minúsculas com exceção da 1ª letra e negrito
1.1.1.1	Seção quaternária	minúsculas com exceção da 1ª letra e sem negrito

1.1.1.1.1	Seção quinária	minúsculas com exceção da 1ª letra e italico
2	SEÇÃO PRIMÁRIA	maiúsculas e negrito
2.1	SEÇÃO SECUNDÁRIA	maiúsculas e sem negrito
2.2.1	Seção terciária	minúsculas com exceção da 1ª letra e negrito
2.2.1.1	Seção quaternária	minúsculas com exceção da 1ª letra e sem negrito
2.2.1.1.1	Seção quinária	minúsculas com exceção da 1ª letra e italico

Fonte: ABNT (2012a).

Já a NBR 6027/2012 expõe as normas para a construção do sumário (enumeração das divisões, seções e outras partes da obra sequencialmente). É ancorada na NBR 6024/2003 e exibe algumas definições para que seja aplicada, além de tecer explicações no que diz respeito ao índice (lista de palavras ou de frases de forma ordenada a qual contém informações do texto) (ABNT, 2012b).

A norma que determina as formas para a elaboração e a apresentação dos resumos, ao explanar a descrição de cada um, é a NBR 6028/2003. O resumo crítico ou resenha deve ser feito por especialistas por intermédio da análise de um documento. O indicativo se refere aos principais aspectos de um documento e o resumo informativo apresenta os elementos relevantes de uma obra sem necessariamente consultar o documento original. O resumo precisa estar acompanhado ou representado pelas palavras-chave, as quais definem o conteúdo do documento. A escolha dessas palavras se dá de acordo com o vocabulário controlado e todas precisam estar posicionadas abaixo do resumo. No resumo, deve ser empregada a terceira pessoa do singular e a voz ativa do verbo. A sua extensão dependerá do documento: nos trabalhos acadêmicos, há em torno de 150 a 500 palavras; nos artigos de periódicos, de 100 a 250 palavras; e, nas indicações breves, há, aproximadamente, 50 a 100 palavras (ABNT, 2003).

Por sua vez, a NBR 6034/2005 aponta os requisitos referentes à apresentação e os critérios básicos para que o índice seja elaborado. Trata-se de uma lista de palavras ou de frases, cuja ordem obedece a determinado critério e a localização das informações presentes no texto (ABNT, 2005). Já a NBR 10520/2002 apresen-

ta o detalhamento da formalização da escrita em relação ao referencial teórico e explica o modo como devem ser redigidos os pensamentos dos autores nas citações, que podem estar no texto ou ser escritas em notas de rodapé (ABNT, 2002).

Na NBR 10719/2011, são apresentados os princípios gerais para a elaboração de um relatório técnico e/ou científico, um documento em que é descrito, de maneira formal, o progresso ou o resultado de uma pesquisa científica e/ou técnica. Todos os órgãos privados ou públicos devem, obrigatoriamente, ter uma pesquisa de interesse nacional, cujo conteúdo requer sigilo em relação à informação a respeito da classificação adequada, de acordo com a legislação em vigor, que é a própria NBR 10719/2011. A estrutura do relatório técnico-científico abrange os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais (ABNT, 2011a).

A NBR 12225/2004 explana as regras estabelecidas para a apresentação de lombadas para editores, encadernadores, livreiros, bibliotecas e seus clientes. Assim, volta-se à explicação de lombadas e de outros suportes, tais como a gravação de vídeo e de som. A lombada ou dorso, que é um elemento opcional, configura-se como parte da capa em que estão inseridos, costurados ou grampeados os cadernos ou folhas do documento (ABNT, 2004).

A NBR 14724/2011 trata especificamente da elaboração e da apresentação de trabalhos acadêmicos. Ela é embasada na NBR 6023, NBR 6024, NBR 6027, NBR 6028, NBR 6034, NBR 10520 e NBR 12225. Expõe algumas regras para assegurar o esclarecimento de determinadas nomenclaturas do trabalho, tais como abreviatura, agradecimento, anexo, apêndice, autor, citação, dados, dedicatória, epígrafe, errata, ficha catalográfica, folha de aprovação, folha de rosto, glossário, ilustração, índice, lombada, paginação, referência, resumo em língua estrangeira e elementos pré-textuais e pós-textuais (ABNT, 2011b).

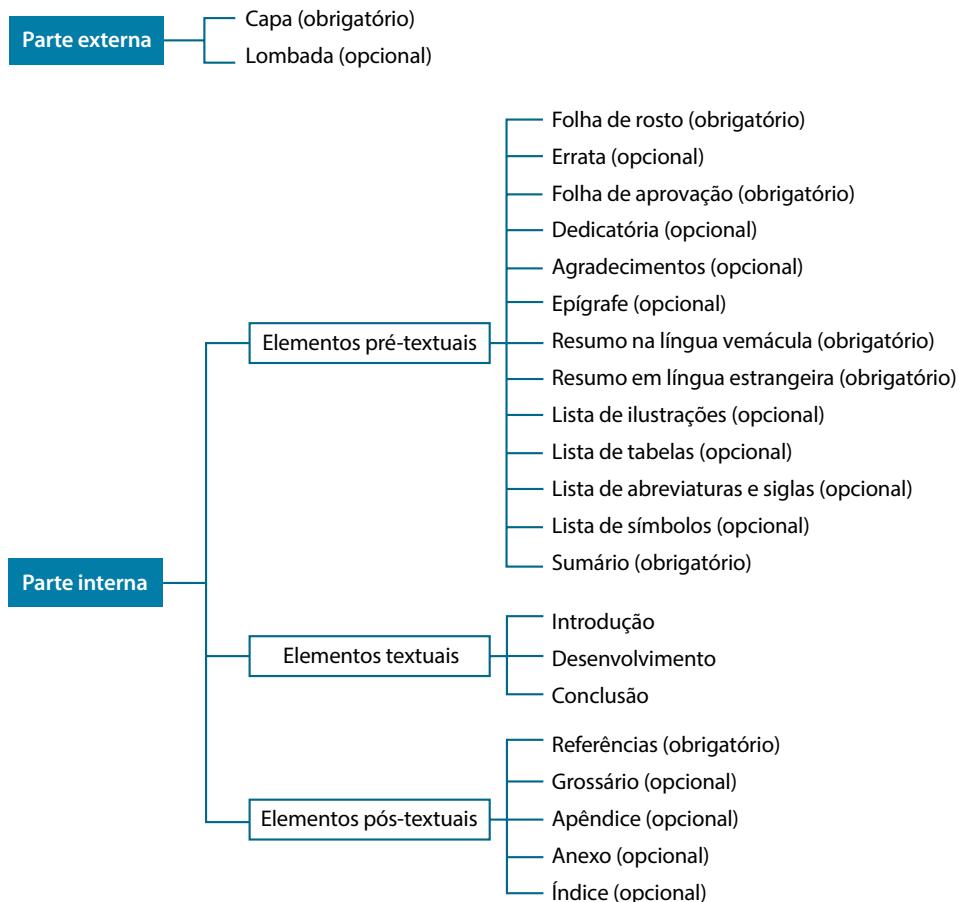
Por fim, a NBR 15287/2011 apresenta as regras para a elaboração de um projeto de pesquisa. Nesse sentido, expõe informações sobre os elementos obrigatórios, a estrutura e os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, além de definir as instruções para a impressão e a formatação geral, por exemplo. Vale enfatizar que a eficácia da comunicação científica demanda um modelo de padronização em forma de apresentação. Diante disso, há normas que determinam o modo como um trabalho científico deve ser redigido e as quais precisam ser observadas para a elaboração de um projeto de pesquisa e para a construção de um trabalho acadêmico (ABNT, 2011c).



Caro(a) aluno(a), você já sabe qual NBR pesquisar para cada caso e para cada parte/estrutura de seu texto acadêmico?

Agora que já sabemos quais normas pesquisar para cada ocasião, precisamos nos aprofundar em relação a algumas regras para a apresentação gráfica dos trabalhos, visto que o projeto gráfico é de responsabilidade do autor do trabalho, cabendo a ele estabelecer a melhor forma de utilização, desde que siga as orientações da NBR 14724/2011. Essa norma defende que a estrutura de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, por exemplo, é composta de itens obrigatórios e opcionais.

Figura 1 - Estrutura do trabalho acadêmico



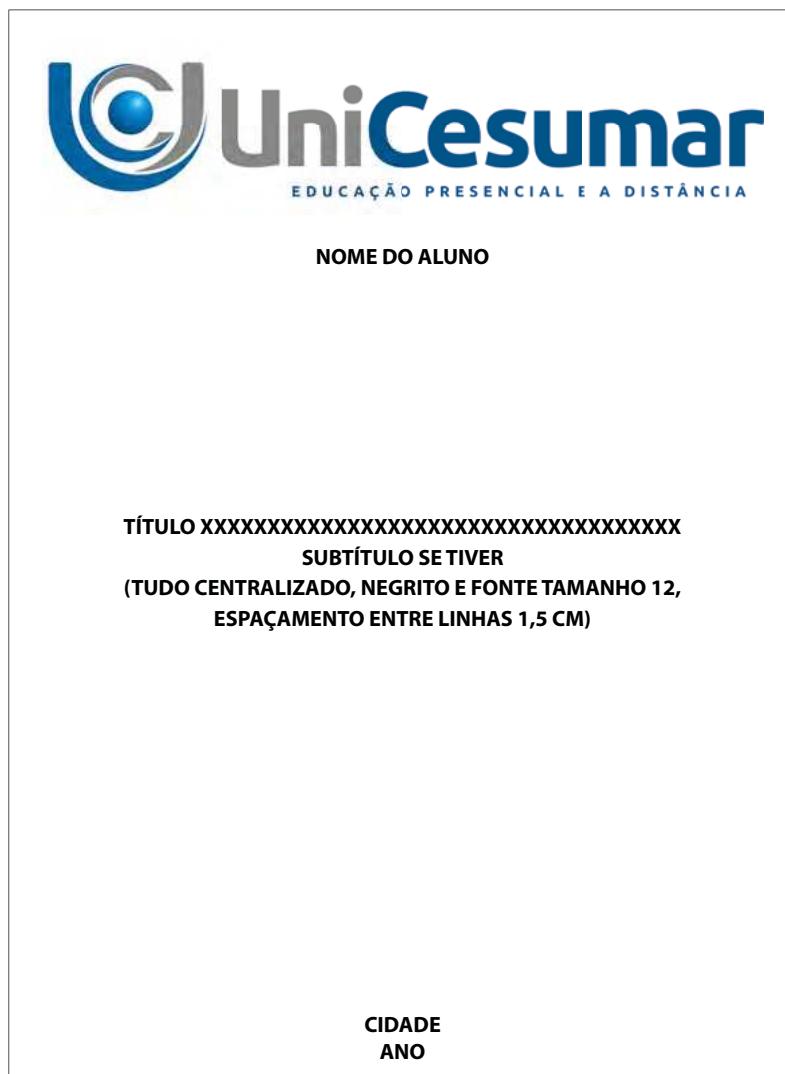
Fonte: adaptado da ABNT (2011c, p. 9).



É importante que o trabalho mantenha exatamente a ordem apresentada e o posicionamento de cada uma das folhas do trabalho. A capa (parte externa), que é um elemento obrigatório, compreende a cobertura externa de um material flexível (brochura) ou rígido (capa dura ou cartonada) na qual estão disponíveis as informações que facilitam a identificação e utilização do documento. Assim, deve, necessariamente, apresentar alguns dados para a correta identificação do trabalho, a saber:

- Nome da instituição: fonte tamanho 12 pt, maiúscula, negrito, centralizado e disposto na margem superior (é opcional ter a logo da instituição).
- Nome do autor do trabalho: fonte tamanho 12, maiúscula, negrito, centralizado e disposto no centro do espaço que há entre a identificação da instituição e o título do trabalho.
- Título do trabalho: precisa ter clareza e precisão. Fonte tamanho 12, maiúscula, negrito, centralizado e disposto no centro da página.
- Subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois pontos e redigido em fonte tamanho 12 pt, maiúscula, negrito e centralizado.
- Local (cidade) da instituição: deparando-se com cidades homônimas, o recomendado é o acréscimo da sigla da unidade da federação em fonte tamanho 12 pt, maiúscula, negrito, centralizado e disposto logo acima do ano de entrega.
- Ano de entrega: fonte tamanho 12 pt, negrito, centralizado e disposto na margem inferior.

Figura 2 - Modelo de capa



Fonte: a autora.

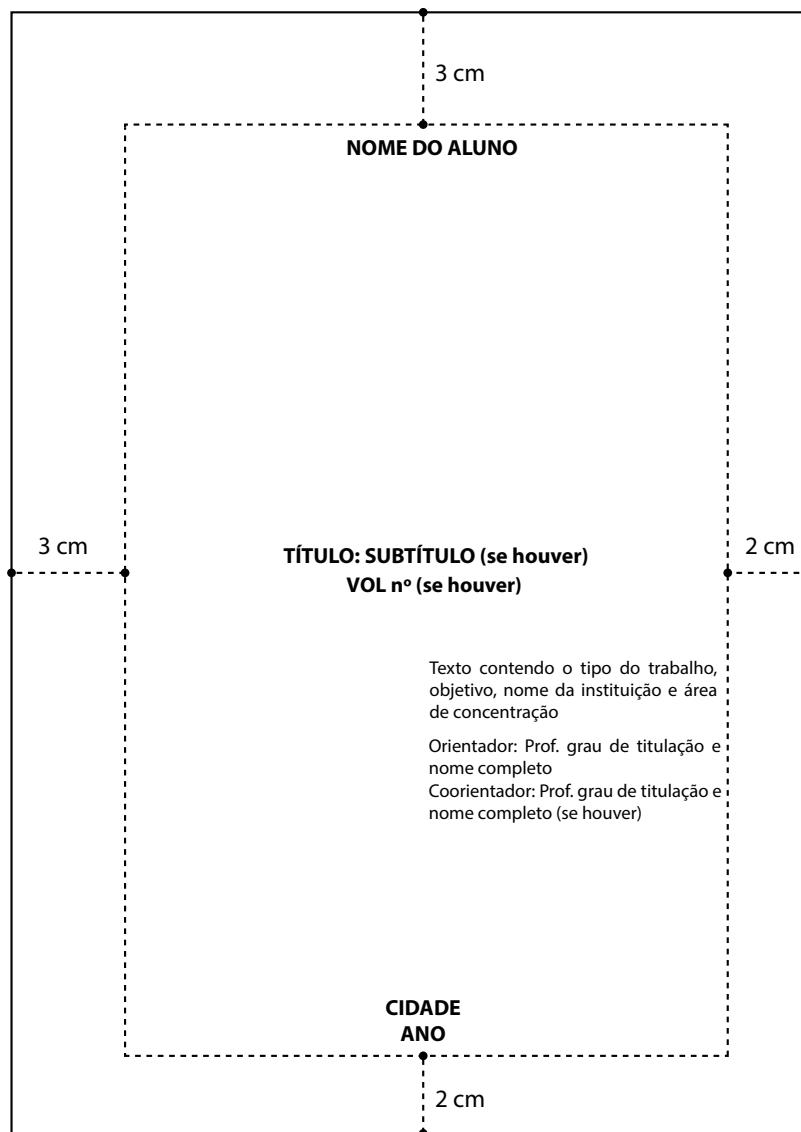
Na lombada (parte externa), que é um elemento opcional, a impressão das informações deve estar de acordo com a norma NBR 12225/2004. Além disso, devem constar:

- Nome do autor: impresso longitudinalmente do alto para o pé da lombada.
- Título do trabalho: deve ser impresso com base na orientação relacionada ao nome do autor.
- Elementos de identificação do volume: se houverem, precisam ser dispositos da mesma forma em relação ao nome do autor.

A folha de rosto (parte interna), que é um elemento pré-textual obrigatório, apresenta os elementos que são indispensáveis à identificação do documento e é composta pelo anverso e pelo verso, de acordo com a seguinte ordem:

- Nome do autor: fonte 12, maiúsculo, negrito, centralizado e disposto na margem superior.
- Título do trabalho: fonte 12, maiúsculo, negrito, centralizado e disposto no centro da página.
- Subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois pontos, fonte 12, maiúsculo, negrito e centralizado.
- Número de volumes: se houver mais de um, deve conter, em cada capa, a especificação do respectivo volume, uso de fonte 12 e palavra “volume” com a inicial maiúscula ou abreviada (v.), seguida do numeral arábico logo após o título do trabalho.
- Natureza: fonte 12, espaçamento simples, sem negrito, alinhada no meio da página para a margem direita, justificada e com as seguintes informações: trabalho (tese, dissertação, TCC, trabalho acadêmico de sala de aula); objetivo (aprovação em disciplina ou grau pretendido); nome da instituição a que será submetido; e área de concentração.
- Nome do orientador: deve ser precedido da palavra “Orientador”, seguido da titulação abreviada (Dr. ou Me.) e pelo nome do professor escritos em fonte 12, espaçamento simples, alinhado no meio da página para a margem direita e separado da natureza do trabalho por meio de um espaço simples.
- Nome do coorientador: se houver, deve ser precedido da palavra “Coorientador”, seguido da titulação abreviada e pelo nome do professor escritos em fonte 12, espaçamento simples e alinhado no meio da página para a margem direita, logo abaixo da identificação do orientador.
- Local (cidade) da instituição: havendo cidades homônimas, é recomendado o acréscimo da sigla da unidade da federação em fonte 12, maiúsculo, negrito e centralizado.
- Ano de entrega: fonte 12, negrito, centralizado e disposto na margem inferior.

Figura 3 - Modelo de folha de rosto



Fonte: a autora.

No verso da folha de rosto, encontra-se a ficha catalográfica, que é um conjunto de informações bibliográficas cuja descrição se dá de forma ordenada e de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA) vigente. A obrigatoriedade da ficha catalográfica se restringe apenas às dissertações e às teses. Além disso, deve ser feita por um profissional bibliotecário registrado no Conselho de Biblioteconomia.

A errata (parte interna), que é um elemento pré-textual opcional, é apresentada em papel avulso ou encartado e deve ser anexada à obra após a impressão. Trata-se de uma lista de erros tipográficos ou de outra natureza já corrigidos e com indicações das folhas e das linhas em que estão, assim como é mostrado na Figura 4. A errata deve ser inserida logo após a folha de rosto e o título deve ser centralizado e escrito em negrito, maiúsculo e com fonte 12. Por outro lado, os demais elementos devem ser redigidos na fonte 12, sem uso de negrito.

Figura 4 - Modelo de errata

ERRATA			
FERRIGNO, C. R. A. Tratamento de neoplasias ósseas apendiculares com reimplantação de enxerto ósseo autólogo autoclavado associado ao plasma rico em plaquetas: estudo crítico na cirurgia de preservação de membro em cães. 2011. 128 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
16	10	auto-clavado	autoclavado

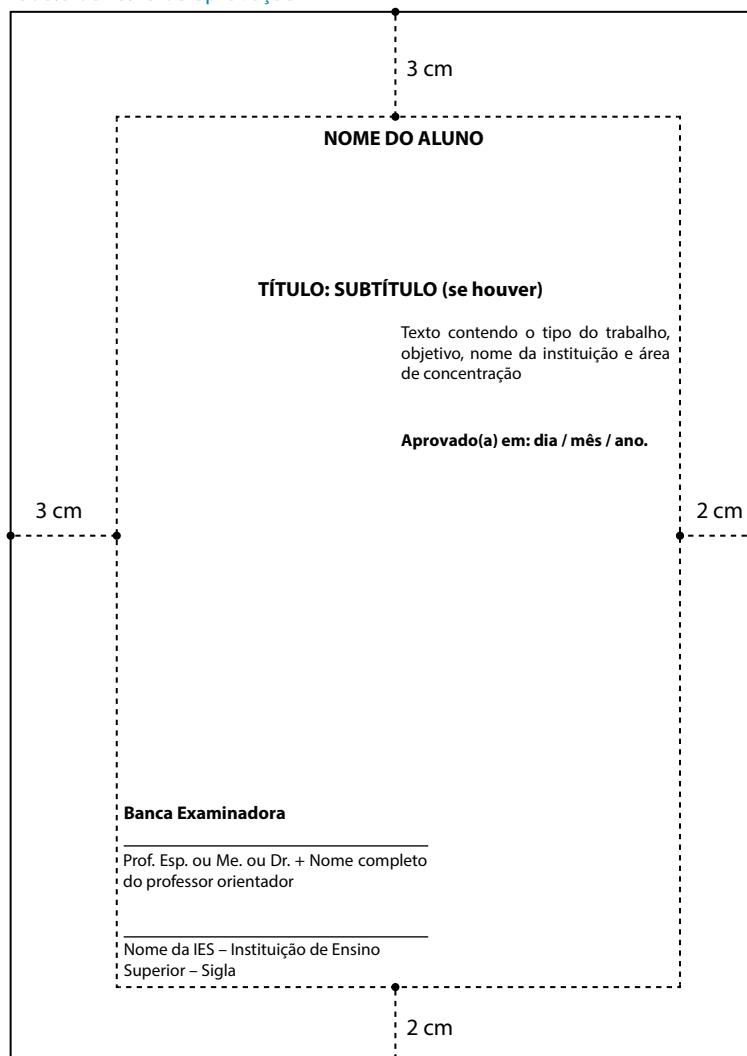
Fonte: ABNT (2011b, p. 7).

A folha de aprovação (parte interna), que é um elemento pré-textual obrigatório, compreende a parte em que a defesa e a aprovação do trabalho são confirmadas. Também pode ser chamada de Termo de Aprovação ou Parecer. Nessa folha, devem constar o nome do autor, o título do trabalho, as informações necessárias para o preenchimento (assinatura) da banca examinadora e a data de aprovação:

- Nome do autor: fonte 12, maiúsculo, negrito, centralizado, disposto na margem superior.
- Título do trabalho: fonte 12, maiúsculo, negrito, centralizado.
- Subtítulo: se houver, deve ser precedido de dois pontos, fonte 12, maiúsculo, negrito, centralizado.
- Natureza: fonte 12, espaçamento simples, sem negrito, alinhado no meio da página para a margem direita e justificado com as seguintes informações: trabalho (tese, dissertação, TCC, trabalho acadêmico de sala de aula); objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido, outros); nome da instituição a que será submetido; e área de concentração.
- Expressão “Aprovado(a) em”, seguida da data (dia, mês e ano): fonte 12, negrito, alinhada no meio da página para a margem direita e separada da natureza do trabalho por dois espaços simples.

- Expressão “Banca Examinadora”: fonte 12, negrito, abaixo da expressão “Aprovado(a) em”, rente à margem esquerda.
- Membros da banca: primeiramente, deve ser inserido o nome do orientador. Depois, são apresentados os demais membros da banca com a respectiva credencial e titulação (Ex.: Prof. Dr.). Na linha seguinte, deve constar o nome da instituição à qual está vinculado. Todas essas informações precisam ser redigidas em fonte 12, sem negrito e abaixo da expressão “Banca Examinadora”, rente à margem esquerda.

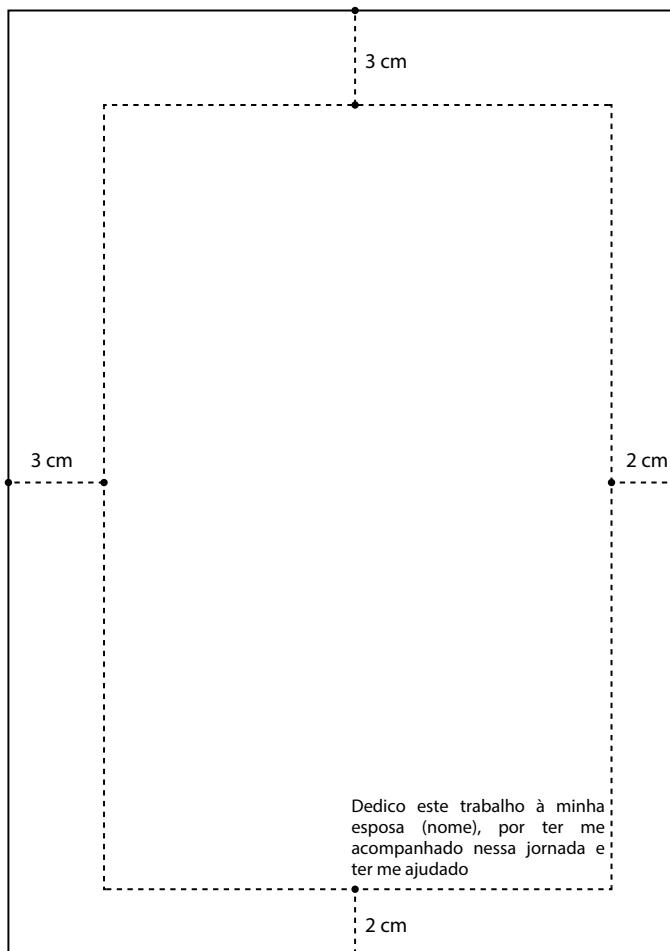
Figura 5 - Modelo de folha de aprovação



Fonte: a autora.

A dedicatória (parte interna), um elemento pré-textual opcional, representa o texto em que estão relacionados aqueles a quem o autor homenageia ou dedica o seu trabalho. É recomendado o emprego de fonte 12, espaçamento simples, sem parágrafo e alinhamento justificado no meio da folha até a margem direita (ABNT, 2011c).

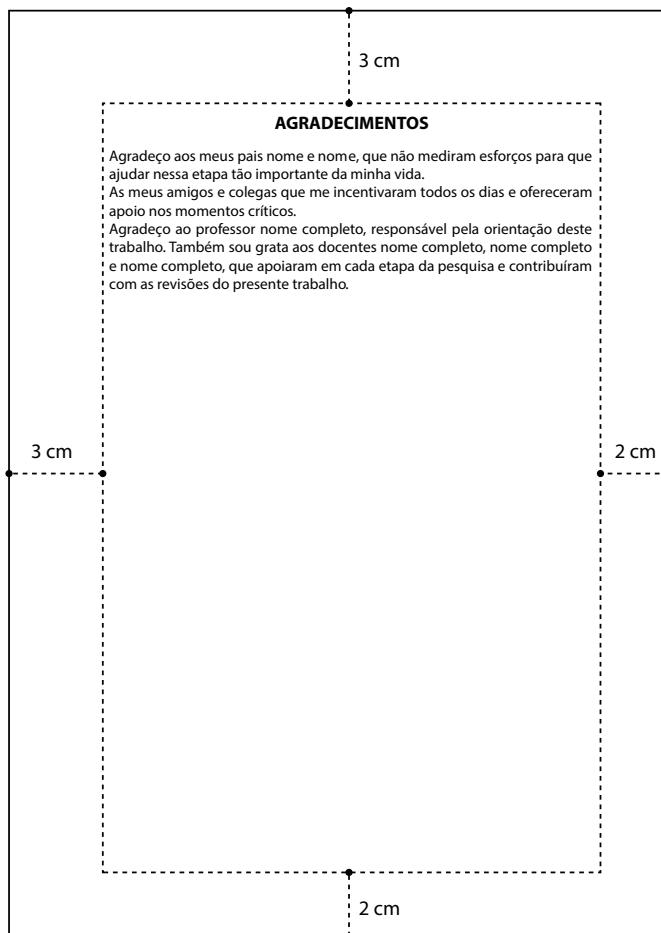
Figura 6 - Modelo de dedicatória



Fonte: a autora.

Os agradecimentos (parte interna), que é um elemento pré-textual opcional, devem contemplar aqueles que, de fato, contribuíram para a elaboração do trabalho, como empresas que fizeram parte da pesquisa e/ou profissionais, pesquisadores, orientadores, bibliotecários, dentre outros. É sugerido redigir os agradecimentos em ordem hierárquica de importância e a sua formatação deve estar de acordo com o restante do trabalho (ABNT, 2011b).

Figura 7 - Modelo de agradecimentos

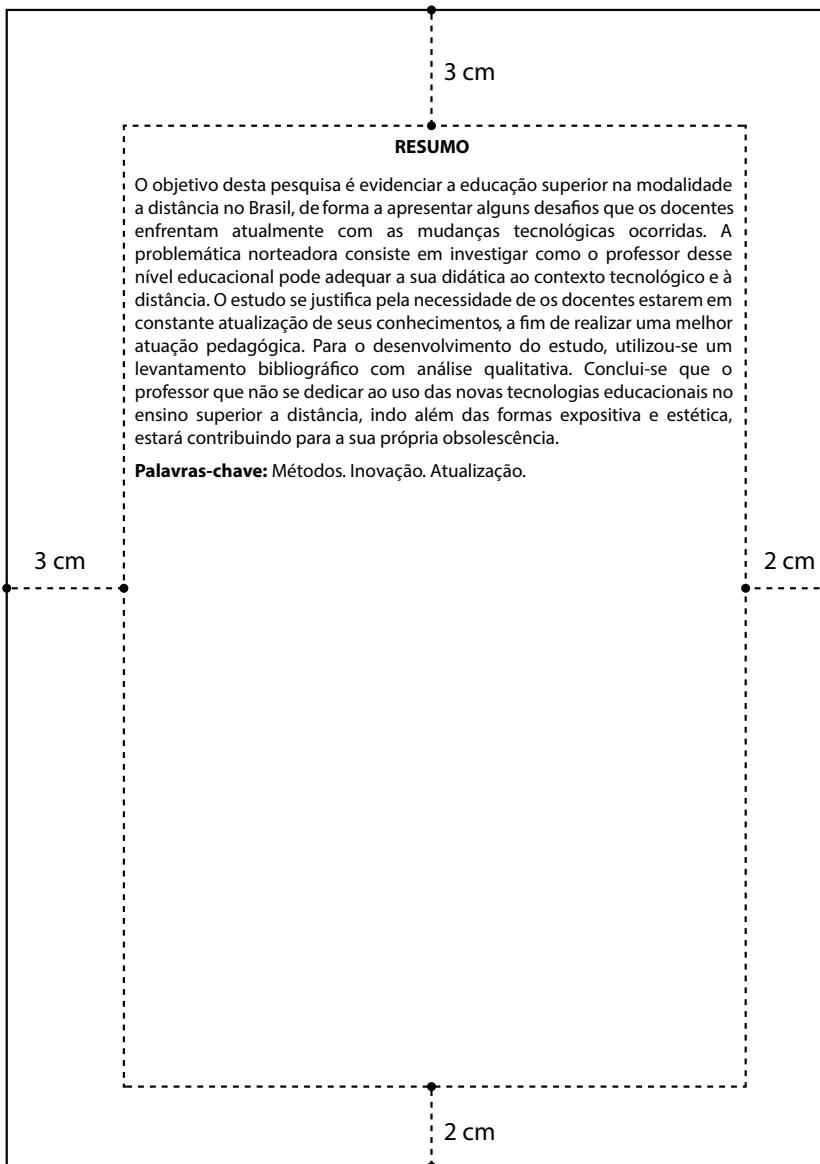


Fonte: a autora.

Na epígrafe (parte interna), um elemento pré-textual opcional, o autor apresenta uma citação com indicação de autoria que é intrínseca ao tema trabalhado no corpo do trabalho. Também pode estar presente nas folhas de abertura das seções primárias (capítulos). Recomenda-se a digitação em fonte 12, itálico, espaçamento simples, com recuo de 8,0 cm da margem esquerda, alinhado na margem direita. O nome do autor pode ser enfatizado em negrito (ABNT, 2011b).

De acordo com o que foi estabelecido pela NBR 14724/2011, o resumo em língua vernácula (parte interna), um elemento pré-textual obrigatório, é configurado como uma apresentação breve do trabalho em língua portuguesa (ABNT, 2011b), ao expor as palavras-chave e/ou os descritores que tenham relação com os assuntos voltados ao trabalho acadêmico, conforme a NBR 6028 (ABNT, 2003).

Figura 8 - Modelo do resumo em língua vernácula (portuguesa)



Fonte: a autora.

Em relação ao resumo em língua estrangeira (parte interna), um elemento pré-textual obrigatório, a sua digitação deverá acontecer em folha separada, seguida das palavras-chave e/ou descritores, contemplando os critérios de formatação estabelecidos no resumo de língua vernácula. Trata-se da tradução do resumo em língua vernácula para um idioma de divulgação internacional.

As listas se configuram como elementos opcionais. Elas são redigidas antes do sumário e alguns elementos precisam ser identificados, tais como o nome, o número, o título e a paginação, assim como é no sumário. De acordo com a NBR 14724/2011, a apresentação das listas deve obedecer à seguinte ordem: a) lista de ilustrações; b) lista de tabelas; c) lista de abreviaturas e siglas; d) lista de símbolos (ABNT, 2011b).

Além disso, as listas devem:

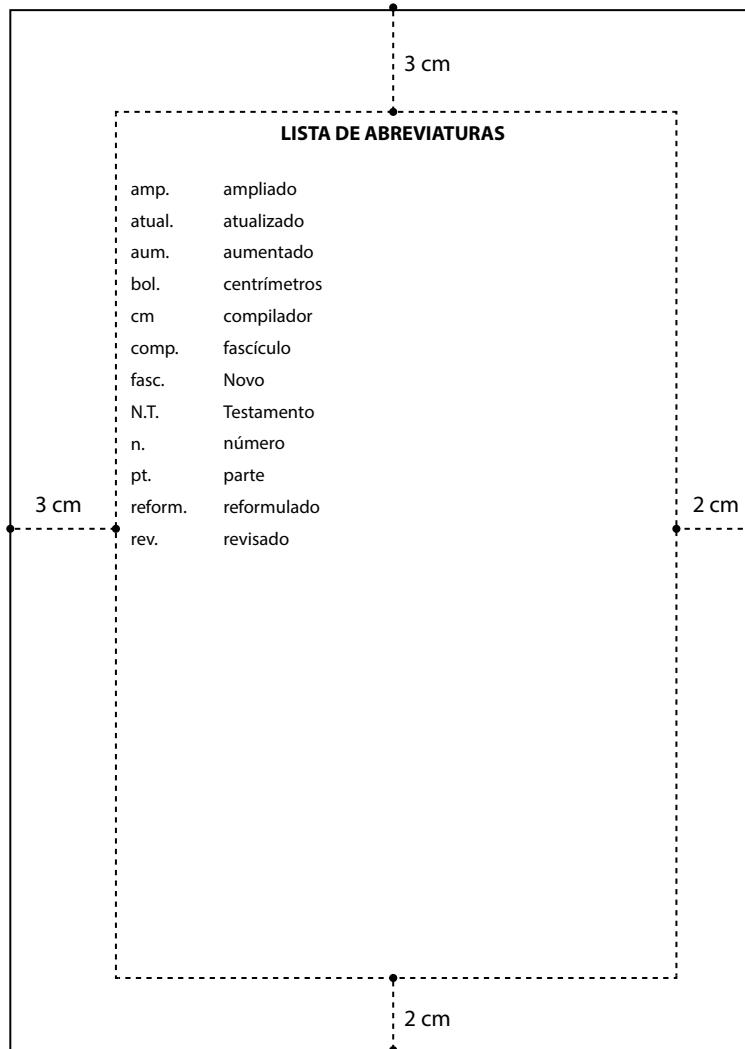
- Contemplar a ordem em que aparecem no texto.
- Identificar um elemento seguido do indicativo numérico, acompanhado de espaço, travessão, espaço e o respectivo título. Caso o título da ilustração abranja mais de uma linha, o início da segunda linha deverá ser abaixo da primeira palavra do título.
- Apresentar título em letras minúsculas, com exceção da primeira letra. O número da folha em que aparece a ilustração precisa ser unido por uma linha pontilhada.
- Ter espaçamento entrelinhas de 1,5 cm entre um título e outro. Quando o título ocupar mais do que uma linha, o espaço entre ele deve ser simples.

Por sua vez, a lista de ilustrações (parte interna), um elemento pré-textual opcional, aponta a relação das ilustrações que são adotadas no trabalho acadêmico. Caso haja mais de cinco, sugere-se que uma lista própria seja elaborada, em folhas distintas, para cada tipo de ilustração (figuras, quadros, gráficos, desenhos, fotografias, organogramas, gravuras e outros). Esse manual dispõe de listas próprias para as ilustrações de figuras e quadros (ABNT, 2011b).

Já a lista de tabelas (parte interna), um elemento pré-textual opcional, apresenta basicamente as informações numéricas tratadas estatisticamente (IBGE, 1993). A sua elaboração deve seguir a ordem em que aparece no trabalho e cada item deve ser denominado por seu nome específico, com o uso de travessão, título e respectivo número da página, assim como acontece com a lista de ilustrações (ABNT, 2011c).

A lista de abreviaturas e siglas (parte interna), um elemento pré-textual opcional, comprehende a relação alfabética das abreviaturas e das siglas que são empregadas no texto, seguidas das palavras ou expressões grafadas por extenso. Em seu primeiro emprego no texto, a sigla deve vir entre parênteses, precedida da forma completa. Sugere a elaboração de uma lista para as abreviaturas e outra para as siglas, quando a extensão de ambas for significativa (ABNT, 2011b).

Figura 9 - Modelo de lista de abreviaturas



Fonte: a autora.

A elaboração da lista de símbolos (parte interna), um elemento pré-textual opcional, precisa se dar de acordo com a ordem com que os símbolos aparecem no texto, acompanhados do respectivo significado, de acordo com o que é defendido pela NBR 14724/2011. Sugere-se o emprego das unidades de medida, depois de descrito o símbolo, entre parênteses, quando for o caso (ABNT, 2011b).

Já a criação do sumário (parte interna), um elemento pré-textual obrigatório, é estabelecida pela NBR 6027/2012. Ele é o último elemento pré-textual e comprehende os seguintes elementos:

- O indicativo numérico do capítulo ou seção alinhado à margem esquerda.
- Seu título e subtítulo da mesma forma como são apresentados no texto.
- O número da página inicial do capítulo ou seção correspondente.

Além disso, deve haver idêntica apresentação tipográfica dos títulos no sumário e no texto. É necessário distinguir o sumário de índice (lista de palavras ou de frases, cuja organização se dá em ordem alfabética, remete às informações presentes no texto e é inserida no final do trabalho) e de lista, uma enumeração de elementos selecionados do texto, como a lista de ilustrações, inserida antes do sumário (ABNT, 2012b).

Figura 10 - Modelo de sumário

SUMÁRIO		
1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1	NUMERAÇÃO PROGRESSIVA	13
2.1.1	Seções primárias	13
2.1.2	Seções secundárias, terciárias	13
2.2	EQUAÇÕES E FÓRMULAS	16
2.3	ILUSTRAÇÕES	16
2.3.1	Figuras	17
2.3.2	Quadros	18
2.3.3	Tabelas	19
3	TRABALHO ACADÊMICO-APRESENTAÇÃO	21
3.1	PARTE EXTERNA	22
3.1.1	Capa	23
3.1.2	Lombada	23
3.2	PARTE INTERNA	25

Fonte: a autora.

A introdução (parte interna), um elemento textual obrigatório, diz respeito à parte inicial do trabalho. Visa situar o leitor em relação ao tema proposto e, portanto, deve oferecer uma visão global da pesquisa realizada, com a apresentação do tema e a delimitação do assunto abordado. São objetivos da introdução:

- O estabelecimento do assunto a partir de uma definição sucinta. Clareza quanto ao campo e ao período abrangidos, e inserção de informações sobre a natureza e a importância do problema.
- Apontamento dos objetivos e da finalidade do trabalho, ao expor as justificativas e os esclarecimentos quanto ao ponto de vista que é trabalhado no assunto.
- Referência aos tópicos principais, com o roteiro ou a ordem de exposição.

Vale lembrar que, na introdução, não se devem ser apontados os resultados obtidos.

Já o desenvolvimento (parte interna), um elemento textual obrigatório, é configurado como a parte principal do trabalho. Nele, o assunto é exposto de maneira ordenada e pormenorizada. Diante disso, sua estruturação deve acontecer em seções (capítulos) e em subseções (subcapítulos), conforme a natureza do conteúdo, com o objetivo de expor a abordagem do tema, o método e a análise dos resultados. O desenvolvimento apresenta uma revisão de literatura acerca do assunto e expõe um resumo dos resultados obtidos por estudos realizados por outros autores. O método da pesquisa deve conter os procedimentos utilizados na realização científica do estudo, como a finalidade do trabalho, o método de delineamento, as técnicas de coleta de dados e de análise. É recomendado o emprego do recurso *italico* para destacar as palavras estrangeiras utilizadas no decorrer do texto.

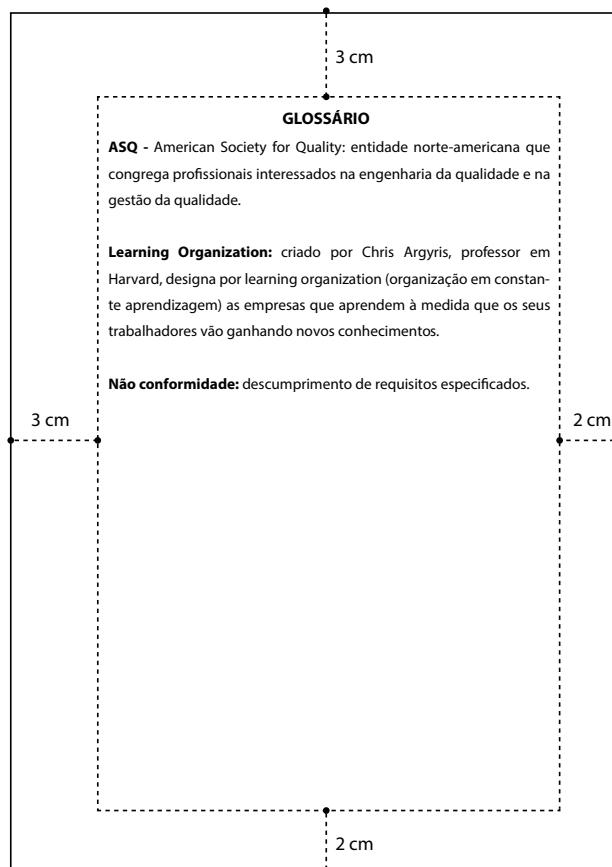
A conclusão (parte interna), um elemento textual obrigatório, também chamada de “Considerações finais”, delineia, resumidamente, os resultados obtidos, destacando a contribuição e os méritos do trabalho realizado. A conclusão deve ter dados comprovados como base e a sua fundamentação deve se ancorar nos resultados e na discussão do texto, ao expor deduções lógicas intrínsecas aos objetivos do trabalho. Também há a possibilidade de serem incluídas recomendações e/ou sugestões.

A NBR 6023/2018 conceitua as referências (parte interna), um elemento pós-textual obrigatório, como uma lista ordenada presente no fim de textos e capítulos ou antes de resumos, resenhas ou recensões dos documentos que foram citados no texto (ABNT, 2018b).

O glossário (parte interna), um elemento pós-textual opcional, diz respeito a uma lista, em ordem alfabética, de expressões técnicas e palavras especiais, cujo significado é desconhecido pela maioria, por serem de utilização restrita. Tais expressões ou palavras devem estar em ordem alfabética e precisam vir acompanhadas da respectiva definição, com o objetivo de esclarecer o leitor quanto ao conceito dos termos empregados no trabalho. De acordo com a ABNT (2011b), ao se trabalhar com as referidas palavras/termos, é necessário observar:

- O alinhamento justificado.
- O emprego das palavras com a primeira letra maiúscula.
- A separação das palavras do significado por dois pontos e um espaço.
- A escrita do significado por extenso e com a primeira letra em maiúsculo.
- Uso de um espaço simples entre os termos.

Figura 11 - Modelo de glossário



Fonte: a autora.

O apêndice (parte interna), um elemento pós-textual opcional, comprehende o texto ou o documento cuja elaboração é do próprio autor, com o objetivo de complementar o texto principal. É apresentado no final do trabalho e deve ser citado durante a descrição do trabalho. Também precisa ser escrito com a inicial maiúscula, seguida da respectiva letra de identificação. Por exemplo: Apêndice A. O termo “apêndice” deve ser redigido em letras maiúsculas, centralizado e em negrito. Sua identificação se dá por letras alfabéticas maiúsculas consecutivas, seguidas do travessão e do respectivo título. Como recomendação, o título também deve ser escrito em letras maiúsculas, centralizado e em negrito. A identificação dos apêndices pede letras maiúsculas dobradas, quando esgotadas as letras do alfabeto. É preciso se atentar ao fato de que os títulos dos apêndices utilizados no trabalho devem estar presentes no sumário (ABNT, 2011b).

Figura 12 - Modelo de apêndice

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO USADO NA COLETA DE DADOS NA PESQUISA

Questionário:

1. Que tipo de conexão você usa para acessar a Internet?
 Plano () Wi-fi ()
 Cabo () Outros ()

2. Onde você acessa a Internet?
 Casa () Trabalho ()
 Escola () Outros ()

3. Com que frequência você lê notícias pelo computador?
 Todos os dias () 5x por semana ()
 4x por semana () 3x por semana ()
 2x por semana () 1x por semana ()

Fonte: a autora.

O anexo (parte interna), um elemento pós-textual opcional, é utilizado para incluir materiais cuja elaboração não é do próprio autor (cópias de artigos, manuais, folders, balancetes, dentre outros), com o objetivo de sustentar a argumentação, fundamentação, ilustração ou comprovação. A inclusão do anexo só deve ser feita quando for indispensável. Também necessita ser citado durante a descrição do trabalho e precisa ser escrito com a inicial maiúscula, seguida da respectiva letra de identificação (Anexo A). O termo “anexo” deve ser redigido em letras maiúsculas, centralizado e em negrito. Sua identificação se dá por letras alfabéticas maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e respectivo título (escrito em letras maiúsculas, centralizado e em negrito) (ABNT, 2011b).

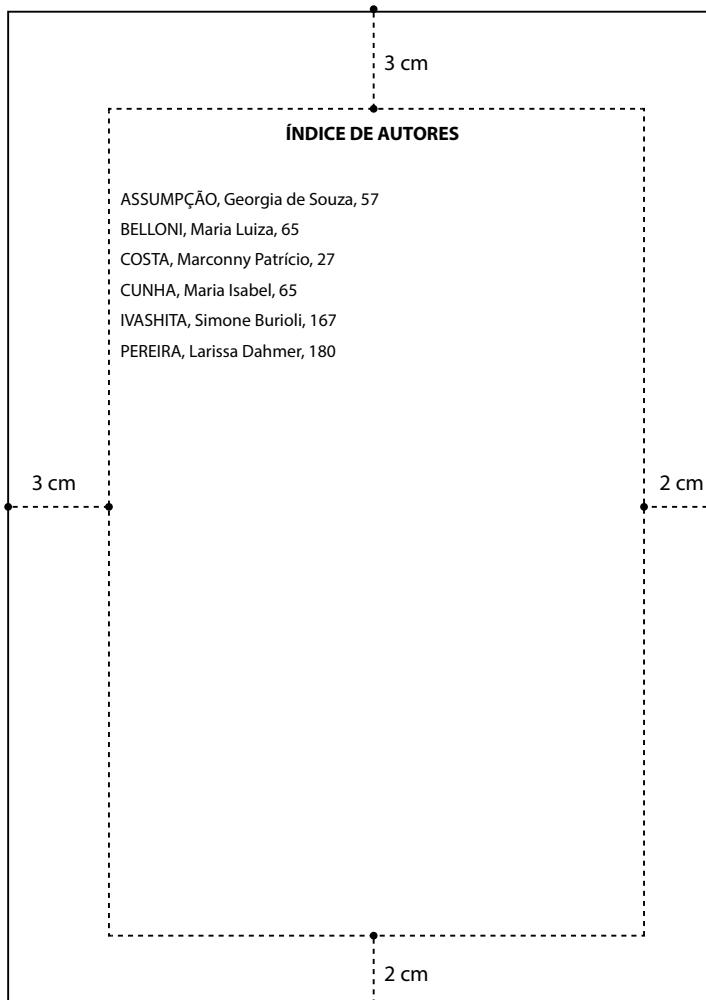
Figura 13 - Modelo de anexo



Fonte: a autora.

O índice (parte interna), um elemento pós-textual opcional, comprehende a lista de palavras ou frases, cuja ordem obedece ao critério (autor ou assunto, por exemplo). Por meio dele, é possível localizar as informações presentes no texto. A elaboração do índice deve estar de acordo com o estabelecido pela NBR 6034/2005: preparação de índices de publicações (ABNT, 2005).

Figura 14 - Modelo de índice



Fonte: a autora.

Portanto, a observância das normas quanto às partes descritas é fundamental para que o trabalho redigido tenha respaldo científico e seja apreciado por outros autores.



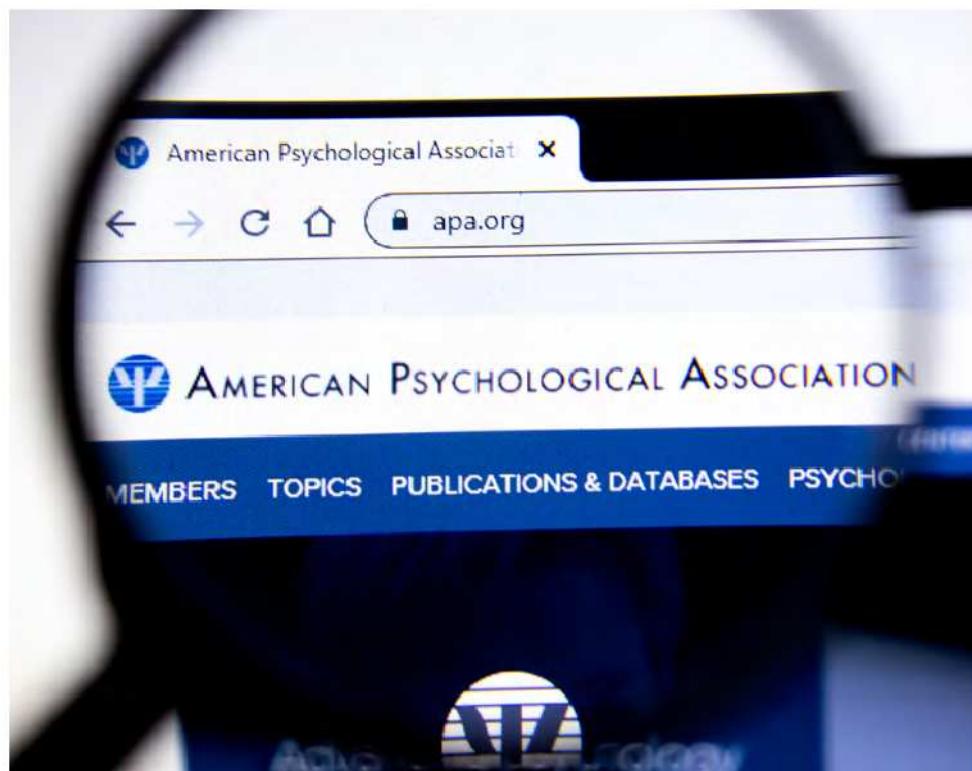
Ouça mais sobre a importância da ABNT e conheça outras formas de padronização, como a APA e a Vancouver.

Agora, caro(a) aluno(a), você já conhece a principal organização utilizada no Brasil para a redação e a formatação de textos científicos. Todavia, a nível internacional, ela não é a única utilizada, incluindo o nosso país. Por isso, nesta última seção, trabalharemos as normas gerais de estilo e formatação da Associação Americana de Psicologia (APA).

Proveniente do inglês, a *American Psychological Association* (APA) corresponde a um estilo de escrita e formatação destinado aos trabalhos acadêmicos e é muito empregada em artigos de periódicos e na formatação de outras formas de trabalhos, visto que é adotada por algumas IES. Esse estilo de formatação é determinado pelas convenções que a Associação Americana de Psicologia estabelece, uma organização que representa a Psicologia tanto nos Estados Unidos da América (EUA) quanto no Canadá.

A primeira publicação do Manual da APA ocorreu em 1929 e foi realizada por um grupo de cientistas sociais que visavam ao estabelecimento de padrões para as publicações científicas. A obra tinha um total de sete páginas. Em 1952, houve uma ampliação do roteiro, que foi publicado em forma de suplemento contendo 55 páginas no *Psychological Bulletin*. Em 1957 e 1967, houve publicações de revisões e a primeira edição trazia normas quanto ao vocabulário adequado, à gramática, à pontuação e à formatação, além de expor políticas de publicação em periódicos e orientações para que as revistas fossem acondicionadas e transportadas (SAMPAIO, 2013).

Nos anos de 1974, 1983, 1994 e 2001, foram publicadas normas ampliadas para a contemplação da crescente complexidade trazida pelas publicações científicas. O Manual de Publicação da *American Psychological Association* foi entendido como um instrumento eficaz e importante em relação à normalização dos documentos de Psicologia e das áreas correlatas, em virtude de sua simplicidade e por apresentar um estilo de citação e normalização das referências consistente (SAMPAIO, 2013).



Tais recomendações abrangem as normas para a apresentação de artigos científicos, as regras específicas para relatos de pesquisas com manipulação experimental ou avaliação de intervenções (com desenhos de pesquisa que incluem a aleatorização e a não aleatorização). Também há definições para a apresentação de estudos de metanálise.



O Manual de Publicação da American Psychological Association já está na sexta edição e norteia autores de trabalhos acadêmicos no que se refere ao estilo a ser adotado na redação dos artigos científicos que serão submetidos às revistas da Associação. A última versão (a tradução para o português foi feita pela editora Penso, de Porto Alegre) também acrescentou técnicas para a produção de revisões sistemáticas, além de focalizar nos textos presentes em ambientes digitais, destacando o papel do Digital Object Identifier (DOI) como uma forma segura para a localização de informações.



As principais alterações trazidas quanto às referências na sexta edição do Manual de Publicação da *American Psychological Association* se reportam à autoria e aos textos com DOI que passam a eleger a referenciação. Em textos com até sete autores, todos necessitam ser referenciados. A partir do oitavo, referenciam-se os seis primeiros autores, é registrada a exclusão dos demais por meio das reticências e mencionado o último autor. Não se deve utilizar a data de recuperação do texto digital como referência. Também houve a inclusão de modelos de publicações antecipadas (*ahead of print*), de mensagens postadas em blogs e de arquivos de áudio digitais denominados *podcast*. Em 2010, ocorreu uma atualização desse estilo, a fim de que fossem inseridos os avanços ocorridos nas tecnologias informáticas, além de haver simplificação e reorganização desse estilo, com o objetivo de tornar mais fácil a sua utilização (ALMEIDA *et al.*, 2016).

A APA não apresenta uma norma específica para trabalhos acadêmicos (TCC, dissertação e tese), mas se volta apenas aos artigos de periódicos. Dessa forma, as instituições de ensino sugerem adaptações em relação à normatização dos trabalhos de conclusão de curso e demais trabalhos acadêmicos quanto ao espaçamento entre as linhas, por exemplo. Ainda que o Manual de Publicação da APA sugira espaçamento duplo (2,0 cm), diversas revistas, cursos de graduação e programas de pós-graduação defendem o espaçamento entre linhas 1,5 cm ou 1,0 cm para a redação de dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, de acordo com a diagramação do periódico. Vale afirmar que até mesmo as revistas e os periódicos que aderem às normas da APA propendem a utilizar modificações e adaptações de acordo com o seu padrão editorial.

CITAÇÕES

As normas da APA utilizam o sistema autor-data no que se refere às citações. Assim, há o sobrenome do autor (com a primeira letra redigida em maiúsculo e as demais em minúsculo, seja dentro, seja fora dos parênteses), vírgula e ano de publicação. Todos os autores citados no texto necessitam estar na lista de referências presente no final do texto.

Watzlawick, Beavin e Kackson (2000)
(Watzlawick, Beavin, & Kackson, 2000)

A citação direta com menos de 40 palavras deve estar entre aspas duplas. Se ela se encontrar no meio de uma oração, a passagem deve ser encerrada com aspas. Além disso, a página da fonte deve ser citada entre parênteses, logo após as aspas, dando-se continuidade à oração.

Segundo Gil (2002), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 42).



EXPLORANDO IDEIAS

Caro(a) estudante, diante da exposição do exemplo anterior, você deve estar pensando: antes, foi enfatizado que deveria ser apresentado o número da página em conjunto com o ano de publicação.

Você está certo, mas essa regra se dá de acordo com a ABNT. Por isso, precisamos estar atentos à normatização que a revista ou a IES para qual estamos escrevendo segue.

Caso a citação esteja no final da oração, a sentença citada deve ser encerrada com aspas. Além do mais, a fonte deve ser indicada entre parênteses, finalizando-se com a pontuação fora do parêntese final.

Nesse sentido, o produto avaliativo do ensino dessas normas de produção acadêmica caracteriza-se na efetivação da “metodologia científica como ferramenta fundamental no desenvolvimento de produções científicas pelos alunos que ingressam nas universidades e ao longo do curso são estimulados a desenvolver trabalhos científicos como parte dos requisitos de avaliação” (Maia, 2007/2008, p. 1).

Em relação à citação direta com 40 ou mais palavras, ela precisa ser indicada em um bloco de texto separado, sem aspas, com recuo de 1,25 cm a partir da margem esquerda (no mesmo ponto que o novo parágrafo). O espaçamento de entrelinhas deve ser duplo (2,0 cm), a fonte exigida é de tamanho 12 e são expressos a fonte citada e o número da página.

A missão do líder e sua contribuição de buscar o máximo de cada um muitas vezes contrariam interesses, mas ele deve seguir suas convicções sem buscar popularidade, e sim o melhor para a equipe. É fundamental que o líder monitore intensamente sua relação com os colaboradores em momentos de sucesso (Bernardinho, 2006, p. 115).

Quanto à referenciamento das citações diretas, emprega-se o “p.” para uma página citada e “pp.”, caso haja mais de uma página citada.

Almeida, Parisi e Pereira (1999, p. 379)

Almeida, Parisi e Pereira (1999, pp. 372-373)

No que diz respeito à citação indireta, o autor é livre para parafrasear ou se referir a uma ideia trazida por trabalho. Não há a obrigatoriedade de informar o número de página ou de parágrafo, exceto quando há o anseio de ajudar um leitor interessado a localizar a passagem citada em um texto longo ou complexo.

Conforme Perrenoud (1997), a transformação das práticas passa pela transformação do habitus, havendo a necessidade de se observar mais atentamente o habitus do professor, de se verificar suas condições de produção.

A transformação das práticas passa pela transformação do habitus, havendo a necessidade de se observar mais atentamente o habitus do professor, de se verificar suas condições de produção (Perrenoud, 1997).

A citação de citação ou a citação de uma fonte secundária é a transcrição direta ou indireta de uma obra à qual não se teve acesso. Deve ser empregada comedidamente ou, se possível, não ser utilizada. Emprega-se a expressão “como citado em” para mostrar citação de um texto de fonte secundária, mencionando-se o autor da obra original e o ano (se possível), além do autor, ano e página da obra empregada para a consulta. Na lista de referências, é necessário apontar apenas a obra consultada.

Knight (1921 como citado em Jones, 1992).

(Wood Júnior & Picarelli Filho, 2004 como citado em Dias, Cunha & Carmo, 2009, p. 30).

Na lista de referências, quando é empregado o estilo APA, tem-se:

Quadro 3 - Modificações na fonte citada que demandam explicações: estilo APA

Dias, W. O., Cunha, J. V. A., & Carmo, M. P. (2009). Plano de incentivo em opções de ações e a harmonização contábil: estudo do nível de disclosure das empresas brasileiras após o CPC 10. *Pensar Contábil*, 11(46), 29-38.

Fonte: a autora.

Supressão de texto	Use reticências com os pontos separados por espaços . . . em uma oração para indicar que supriu o texto da fonte original.
Inserção de texto	Use colchetes [] para incluir textos, tais como um acréscimo ou uma explicação, em uma citação.
Ênfase no texto	Para enfatizar uma ou várias palavras em uma citação, escreva a palavra ou as palavras em itálico e, imediatamente depois da palavra, insira o termo [ênfase adicionada] dentro dos colchetes.

Quanto à utilização do “e”, “and” ou “y”, caso os autores estejam fora dos parênteses, é preciso incluir, antes do último autor, “e”, nos artigos em português, “and”, nos artigos em inglês, e “y” nos artigos em espanhol.

Alhashim e Arpan (1992)
 Alhashim and Arpan (1992)
 Alhashim y Arpan (1992).

Utiliza-se o “&” para separar o sobrenome do último autor citado entre parênteses tanto nos artigos em português quanto naqueles que foram redigidos em inglês e espanhol.

(Alhashim & Arpan, 1992).
 (Watzlawick, Beavin & Kackson, 2000).

A seguir, há um quadro que expõe os estilos básicos de citação segundo as normas APA.

Quadro 4 - Estilo de citações com diversos autores: estilo APA

Documento	Referência final texto	1ª Citação no texto	Citação subsequente no texto
1 autor	Lopes, A. B. (2002). <i>A informação contábil e o mercado de capitais</i> . São Paulo: Pioneira Thomson Learning.	Lopes (2002) ou (Lopes, 2002)	Lopes (2002) ou (Lopes, 2002)

2 autores	Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). <i>Teoria da contabilidade</i> : uma nova abordagem. São Paulo: Atlas.	Lopes e Martins (2005) ou (Lopes & Martins, 2005)	Lopes e Martins (2005) ou (Lopes & Martins, 2005)
3 autores	Berk, J., Demarzo, P., Harford, J. (2010). <i>Fundamentos de Finanças Empresariais</i> . Porto Alegre: Bookman.	Berk, Demarzo e Harford (2010). ou (Berk, Demarzo & Harford, 2010).	Berk et al. (2010) ou (Berk et al., 2010)
4 autores	Dias, L. N. S., Matias-Pereira, J., Farias, M. R. S., & Pamplona, V. M. S. (2013). Fatores associados ao desperdício de recursos da saúde repassados pela união aos municípios auditados pela Controladoria Geral da União. <i>Revista Contabilidade & Finanças</i> - USP, 24(63), 206-218.	Dias, Matias-Pereira e Farias, e Pamplona (2013) ou (Dias, Matias-Pereira, Farias, & Pamplona, 2013)	Dias et al. (2013) ou (Dias et al., 2013)
5 autores	Santos, J., Ribeiro, J. F., Filho, Lagioia, U., Alves Filho, B. F., & Araujo, I. J. C. (2009). Aplicações da lei de Newcomb-Benford na auditoria tributária do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). <i>Revista Contabilidade & Finanças</i> – USP, 20(49), 79-94.	Santos et al. (2009) ou (Santos et al., 2009)	Santos et al. (2009) ou (Santos et al., 2009)

Mais de 6 autores	Januzzi, L., Almeida, M. R., Castro, P. N., Amaral, S. C., Nascimento, T. A., & Barros, V. C. (2000). Planejamento tributário. <i>Contabilidade, gestão e governança</i> , 3(2), 48-72.	Januzzi et al. (2000) ou (Januzzi et al., 2000)	Januzzi et al. (2000) ou (Januzzi et al., 2000)
Entidades	Conselho Federal de Contabilidade. (2003). <i>Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia</i> . Brasília, DF: autor.	Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2003) ou (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2003)	CFC (2003) ou (CFC, 2003)

Fonte: adaptado de Almeida et al. (2016).

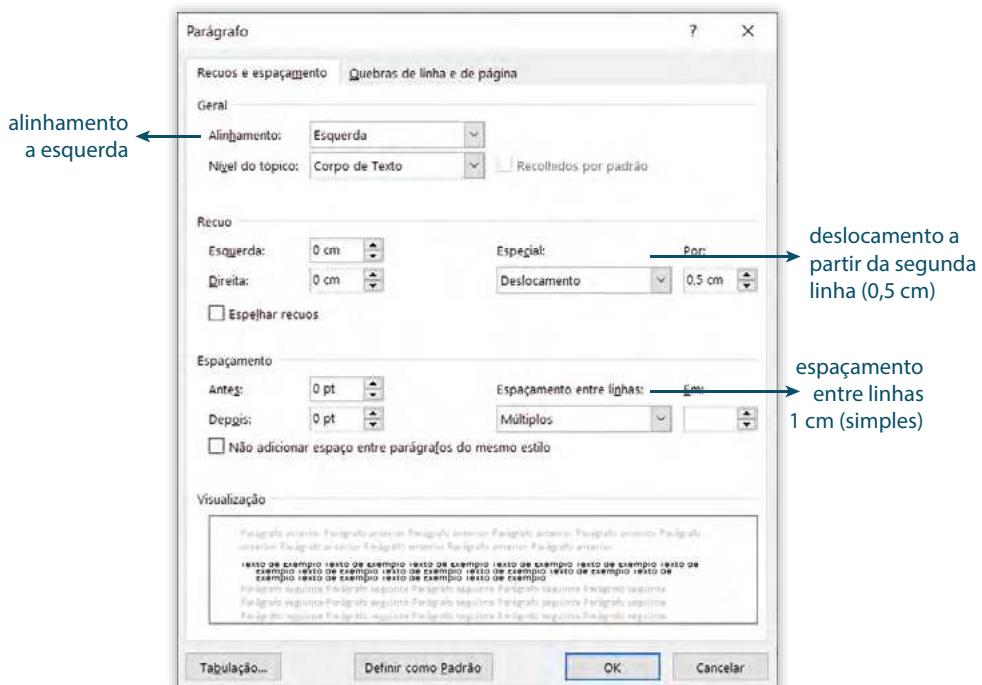
REFERÊNCIAS

As referências, que abrangem os autores citados no texto e referenciados no final do trabalho, devem ser citadas de acordo com a ordem alfabética e pelo sobrenome dos autores. Quando se tratar de referências de múltiplos estudos do mesmo autor, deve-se empregar a ordem cronológica (do estudo mais antigo ao mais recente). Os nomes e os números dos periódicos, livros, dicionários e enciclopédias necessitam ser digitados em itálico.

A palavra “Referências” deve ser redigida em letras minúsculas e inicial maiúscula, centralizada, sem **negrito**, sublinhado ou *itálico*. Após, deve ser dado um espaço duplo (espaçamento entre linhas 2,0 cm) e é digitada a lista dos autores citados no texto. As referências devem ser listadas em ordem alfabética por autor, em ordem cronológica e o alinhamento de parágrafo se dá somente à esquerda (não se deve empregar o justificado).

Caso uma entrada tenha mais de uma linha, é preciso utilizar o formato de recuo deslocado nas referências: a primeira linha se inicia junto à margem esquerda e as subsequentes recuam 0,5 cm à direita.

Figura 15 - Configuração das referências no editor de texto Word: estilo APA



Fonte: a autora.

No que diz respeito ao autor e ao editor das referências, há os seguintes elementos: sobrenome do autor, vírgula e inicial do primeiro nome. Caso a lista de referências traga diferentes autores com o mesmo sobrenome e a primeira inicial, é preciso informar os nomes dos autores entre colchetes.

Exemplos:

- Oliveira, L. [Letícia]. (2013). No texto: (Letícia Oliveira, 2013);
- Oliveira, L. [Luiz]. (2009). No texto: (Luiz Oliveira, 2009).

Por outro lado, se o primeiro nome do autor for hifenizado, deve-se incluir o hífen com um ponto final após cada inicial. Exemplo: (Krause, K.-L.). Nos nomes de dois ou mais autores, é necessário empregar o comercial (&) e a vírgula (,). Se houver um livro elaborado por editores, é preciso redigir os nomes dos editores na posição do autor e entre parênteses (Ed.) (Eds.).

Quadro 5 - Modelos de autoria: estilo APA

1 autor	Martins, E. Fabretti, L. C.
2 autores	Piscitelli, R. B., & Timbo, M. Z. F.
3 a 7 autores*	Carvalho, L.C.S., Elia, B.S., Decotelli, C.A. Shepherd, R., Barnett, J., Cooper, H., Coyle, A., Moran-Ellis, J., Sénior, V., & Walton, C.
8 ou mais autores**	Chiappini, E., Principi, N., Longhi, R., Tovo, P. A., Becherucci, P., Bon-signori, F., Esposito, S., ... de Martino, M. (2009). Management of fever in children: summary of the Italian Pediatric Society guidelines.
Autor entidade	Ministério do Trabalho
Anônimo	Use <u>Anônimo</u> apenas se este é utilizado na publicação; Anonymous (para língua inglesa)
Editores	Belchior, F. S. & Gilioli, A. (2013). Ativo intangível. In J.C. Marion & R. M. P. Reis (Eds.), <i>Normas e práticas contábeis</i> (2. ed., pp. 313-335). São Paulo: Atlas.

* Citar todos.

** Liste os sete primeiros e insira três pontos seguidos do último autor.

Fonte: adaptado de APA (2010).

Indica-se a data de publicação sempre em algarismos arábicos, entre parênteses, logo após o(s) autor(es). Caso não conste a data de publicação no documento, deve ser apontada outra data, o que inclui a da impressão, distribuição ou apresentação, em relação aos trabalhos acadêmicos. No que diz respeito às revistas, aos jornais e aos boletins informativos, é necessário delimitar o ano seguido da data exata (mês ou dia e mês), ambos separados por vírgula.

Apontam-se os meses por extenso, no idioma original da publicação. Caso não seja possível determinar nenhuma data, é preciso registrar a abreviatura s.n. (nenhuma data) entre parênteses. Se existirem duas datas, ambas podem ser in-

dicadas, desde que seja mencionada a relação entre elas. Em relação aos artigos aceitos para a publicação, mas que ainda não foram publicados, deve-se escrever a palavra no prelo (*in press*) entre parênteses.

Quadro 6 - Formato de data: estilo APA

Livros e revistas científicas	(2001).
Revistas e jornais Mensais Diárias e semanais	(2011, maio). (1999, 15 de outubro).
Sem data	(n.d.).
Em fase de publicação	(no prelo).
Mais de uma publicação do autor no mesmo ano	(2008a) (2008b).

Fonte: adaptado de APA (2010).

Ao haver títulos e subtítulos principais de uma obra, eles devem ser escritos em *italíco*. É preciso separar os títulos e os subtítulos por meio dos dois pontos e escrever os títulos de periódicos por extenso, com todas as iniciais maiúsculas. Emprega-se apenas a primeira letra da primeira palavra (e os nomes próprios) em maiúsculo nos títulos de livros, capítulos, artigos e outros. Informações especiais acerca da forma do trabalho (carta ao editor, folheto, filme, blog e *podcast*, por exemplo) devem vir entre colchetes, logo após o título.

Quadro 7 - Título e subtítulos: estilo APA

Títulos de livros	Em itálico, use a inicial maiúscula apenas na primeira palavra do título e do subtítulo (quando houver), e de nomes próprios.	<i>Contabilidade avançada: Aspectos societários e tributários.</i>
Capítulos de livros e títulos de artigos de jornal	Use inicial maiúscula apenas na primeira palavra do título e do subtítulo (quando houver), e de nomes próprios. Não use itálico, conclua com um ponto.	Controladoria
Títulos de periódicos (revistas e jornais)	Indique o nome do periódico por extenso, com letras maiúsculas e minúsculas, em itálico.	<i>Enfoque: Reflexão Contábil</i>

Fonte: adaptado de Almeida et al. (2016).

É preciso apontar a edição de uma obra entre parênteses, logo após o título, sem pontuação, na língua original do documento. É proibido mencionar a primeira edição. Emendas e acréscimos devem estar dentro dos parênteses.

Em relação aos livros e aos relatórios, é necessário indicar a localização (cidade e estado ou, caso o trabalho tenha sido realizado fora dos Estados Unidos, a cidade e o país) da editora. Se houver mais de uma editora, deve-se listar somente a primeira. Se for o autor também quem a publicou, deve-se utilizar Author / Autor para a indicação da editora. Em relação aos periódicos científicos, aos boletins e às revistas, é preciso apontar o número do volume em itálico, depois do título do periódico, o número da edição (caso exista) entre parênteses e o número de páginas (apenas o volume deve ser em itálico).

Quadro 8 - Formato para a localização e a exposição das informações de publicação: estilo APA

Cidades americanas	New York, NY: McGraw-Hill.
Cidades não americanas	Madrid, Spain: Author.
Cidades não americanas com um estado	London, England: Oxford.
Periódicos científicos	Sydney, NSW, Austrália. Curitiba, Pr, Brasil: Juruá Journal of Accounting Research, 38, 91-124. Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, 10(1), 111-122.

Fonte: adaptado de Almeida et al. (2016).

Quadro 9 - Modelos de Referências diversas: estilo APA

Livros	Autor, A. A., & Autor, B. (Ano). <i>Título da obra</i> . Cidade: Editora.
	Autor, A. A., & Autor, B. (Ano). <i>Título da obra</i> . Recuperado de http://....
	Autor, A. A., & Autor, B. (Ano). <i>Título da obra</i> . doi: xx.xxxxxxx
Capítulos de um livro	Autor, A. A., & Autor, B. (Ano). Título do capítulo. In A. Editor, B. Editor, & C. Editor (Eds.), <i>Título do livro</i> (pp. xx-xx). Cidade: Editora.
	Almeida, L. B., Parisi, C., & Pereira, C. A. (1999). Controladoria. In A. Catelli (Coord.), Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica – GECON (pp. 369-381). São Paulo: Atlas.

Artigos de periódico em papel	Faria, A. C., Borinelli, M. L., & Mantovani, N. (2010). Análises Multidimensionais e o Conceito do Custo para Servir em Empresas de Serviços Logísticos: uma Pesquisa-Ação. <i>Revista de Contabilidade e Organizações</i> , 4(9), 134-144.
Artigos de periódico eletrônico	Utzig, M., Dal Magro, C., Zanella, G., Freitas, E., & Dittadi, J. (2014, maio/agosto). Taxa de imposto efetiva sobre a renda nas empresas do Mercosul. <i>Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ</i> , 19(2). Recuperado de http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/inde_x.php/UERJ/article/view/1908/1852
Artigo de periódico com DOI	Dallabona, L. F., Cunha, P. R., & Rausch, R. B. (2012, setembro/dezembro). Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil. <i>Enfoque: reflexão contábil</i> , 31(3), 7-22. doi: 10.4025/enfoque.v31i3.15302
Artigo de jornal impresso*	Marés, C. Só 16% dos órgãos públicos têm boa gestão, avalia TCU. (2015 maio 30). <i>Gazeta do Povo</i> , p.14.
Artigo de jornal eletrônico sem autor	LAI é ferramenta para controle social dos poderes. (2015, junho 2). <i>Jornal do Comércio</i> . Recuperado de http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=198309
Eventos (Congressos, Encontros, Seminários etc)	Martinez, A. L. (2004). Análise da surpresa dos analistas ao anúncio dos resultados contábeis: evidências empíricas para as companhias abertas brasileiras. In <i>Congresso USP de Controladoria e Contabilidade</i> . Recuperado de http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/161.pdf Pereira, A. G., Bruni, A. L., Rocha, J. S., Lima, R. N., Filho, & Faria, J. A. (2010). Teoria dos contratos, governança corporativa e auditoria: delineamentos para a discussão em teoria da contabilidade. In <i>Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia</i> , 7, Resende, RJ, Brasil.

Teses, dissertações e monografias	Vesco, D. (2008). <i>Impactos da alteração da gestão do governo estadual nos Indicadores contábeis das concessionárias de rodovias do Estado do Paraná de 1996 a 2006</i> : um estudo empírico. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
Documentos Legislativos	Schwerz, M. B. (2014). <i>Dividendos como mecanismo de sinalização</i> . Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil. Recuperado de http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000013/000013_1D.pdf
Verbetes de dicionários e encyclopédias	Constituição da República Federativa do Brasil (1988, 5 de outubro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Relatórios técnicos e de pesquisa	Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (1976, 17 de dezembro). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. <i>Diário Oficial da União</i> , seção 1.
	Arrendamento Mercantil. (n.d.). In Portal de Contabilidade. <i>Glossário de Termos Contábeis</i> . Recuperado de http://www.portaldecontabilidade.com.br/glossario_rio.htm

* Precede os números de páginas com p. ou pp.

Fonte: adaptado de Almeida et al. (2016).

É preciso numerar todas as tabelas e as figuras com algarismos arábicos na ordem em que elas são apontadas pela primeira vez no texto. Não é permitido empregar letras sufixais em números e em tabelas, intitulando-as somente como “Tabela 1” ou “Tabela 2”, e não como 1a, 1b, 2a, 2b. A reprodução ou a adaptação de uma tabela ou figura deve estar junto a uma nota ao pé da ilustração reproduzida (ou no título da figura), legitimando o autor original e o detentor dos direitos autorais.

De acordo com o Manual de Publicação da APA, “tabelas e figuras permitem

que os autores apresentem uma grande quantidade de informações com eficiência e tornem seus dados mais compreensíveis. As tabelas geralmente mostram valores numéricos ou informações textuais dispostas de modo organizado em colunas e linhas” (APA, 2010, p. 156).

Figura 16 - Componentes básicos de tabelas: estilo APA

Número da tabela → Tabela X
 Título da tabela → Número de crianças com e sem prova de cidadania dos pais

Cabeçalho da esquerda: título que identifique as entradas da coluna

Cabeçalho abrangedor de divisão de tabela: título que abrange toda a largura do corpo da tabela, permitindo novas divisões

Coluna da esquerda: coluna esquerda da tabela, geralmente lista principalmente variáveis independentes ou preditoras

Nota da tabela: três tipos de notas podem ser colocados abaixo da tabela, os quais podem eliminar repetição

Tabela X
Número de crianças com e sem prova de cidadania dos pais

	Meninas		Meninos		
	Grau	Com	Sem	Com	
Onda 1					
3	380	240	281	232	
4	297	251	290	264	
5	301	260	306	221	
Total	878	751	877	717	
Onda 2					
3	201	189	210	199	
4	214	194	236	210	
5	221	216	239	213	
Total	636	599	685	622	

Cabeçalho da coluna: título que identifica as entradas em duas ou mais colunas no corpo de tabelas

Cabeçalhos empilhados: títulos que são amonteados, frequentemente para evitar repetição de palavras em cabeçalhos de colunas

Cabeçalho de coluna: título que identifica as entradas em apenas uma coluna no corpo da tabela

Célula: ponto de interação entre uma linha e uma coluna

Corpo da tabela: linhas de células que contém dados primários da tabela

Nota. Notas gerais para uma tabela aparecem aqui, incluindo a definição e abreviaturas. Fonte: American Psychological Association (2010). Publication manual of the American Psychological Association (6th ed., p. 129, tradução nossa). Washington, DC: Author.

* Uma nota específica aparece em linha separada, abaixo das notas gerais; notas específicas subsequentes são apresentadas na sequência.

* Uma nota de probabilidade (valor p) é exibida em uma linha separada, abaixo de quaisquer notas específicas; notas de probabilidade subsequentes são apresentadas na sequência.

Fonte: ANPAD (2014, p. 12).

Há diferentes tipos de figuras que podem ser utilizadas na apresentação de dados ao leitor. “Uma figura pode ser um quadro, um gráfico, uma fotografia, um desenho ou qualquer outra ilustração ou representação textual” (APA, 2010, p. 156). No Brasil, as normas da APA são aplicadas sempre em conjunto com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a fim de facilitar a apresentação visual dos trabalhos acadêmicos e contribuir para que os elementos textuais sigam o padrão nacionalmente estabelecido.



Para conhecer mais as diferenças entre a ABNT e a APA em um artigo científico, assista ao vídeo ao lado.

Caro(a) aluno(a), agora que você já conhece a ABNT e a APA, já tem o respaldo necessário para a elaboração, a formatação e a diagramação de um texto científico. Dessa forma, deixaremos um desafio para você: elabore um pequeno texto, ou seja, um *paper* científico, reunindo todas as suas respostas aos desafios lançados até aqui (objetivos para uma pesquisa, problemática, hipótese, levantamento bibliográfico, questionário para a entrevista, dentre outros). Basta organizar tudo isso e acrescentar os elementos que faltam. Que tal estabelecermos um *paper* de duas a três laudas?



AGORA É COM VOCÊ



1. Ao longo de nossas discussões, visualizamos várias questões voltadas à elaboração da pesquisa científica, à formatação e à diagramação, elementos fundamentais ao nosso trabalho e à nossa vida acadêmica. Certamente, você assimilou muito conteúdo e gostaríamos que você apresentasse uma lista com, ao menos, três tópicos do que você mais gostou de aprender.

CONFIRA SUAS RESPOSTAS



1. Há várias possibilidades de resposta, mas não há uma correta. O importante é perceber o que aprendeu e sentir que foi algo significativo. Por exemplo: como escolher o tema da pesquisa? Por onde começar a pesquisa? Como formatar a escrita do trabalho?



UNIDADE 1

- BERKELEY, G. **The Principles of Human Knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BRANDÃO, A. R. P. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 80-105, 2011.
- CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. (org.). **Manual de metodologia científica do ILÉS/ULBRA Itumbiara-GO**. 3. ed. Itumbiara: ILÉS/ULBRA, 2017.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CORDEIRO, S. M. N. **O biopoder e a domesticação dos corpos infantis**: estudo sobre TDAH e as representações sociais de diferentes profissionais acerca do suposto transtorno e da medicalização. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- SANTOS FILHO, J. C. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (org.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 13-59.
- SILVA, J. M. O.; LOPES, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 254-257, mar./abr. 2008.
- TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da

REFERÊNCIAS



pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26., 2006. Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ENEGEP, 2006. p. 1-9.

TRIVÍNOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de coletas de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2005.

UNIDADE 2

ALBRECHT, R. F.; OHIRA, M. L. B. Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 131-144, 2000.

AZEVEDO, A. W. Metodologia de identificação de fontes de coleta de informação: uma proposta de modelo para cadeia produtiva de couro, calçados e artefatos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, p. 149-158, out. 2012.

BRASIL. Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Capes, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/_pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: **IBICT**, 2020b. Disponível em: <https://www.ibict.br/sobre-o-ibict-1>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 out. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/_2008/lei/l11794.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n. 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 109, p. 9, 8 jun. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009. Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, estabelece as normas para o seu funcionamento e de sua Secretaria-Executiva, cria o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA, mediante a regulamentação da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre procedimentos para o uso científico de animais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6899.htm. Acesso em: 16 out. 2020.

REFERÊNCIAS



- BRASIL: Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 466; de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 16 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 7, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 237, p. 21, 12 dez. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78281-rces007-17-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 out. 2020.
- CAMPOS, E. N.; CURY, M. Z. F. Fontes primárias: saberes em movimento. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 1997.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspect. ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 18-30, out./dez. 2014.
- GALVÃO, M. T. G. Plágio na construção de trabalhos científicos. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 187-188, mar./abr. 2014.
- GARSCHAGEN, B. Universidade em tempos de plágio. **Observatório Último Segundo Ig**, 2006. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=366ASP006>. Acesso em: 16 out. 2020.
- KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- NARUCHI, N. Z.; SECAF, V. Códigos de ética profissional e a pesquisa: direitos autorais e do ser humano. **Revista Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 227-233, set./dez. 2002.
- PEREIRA, M. G. Dez passos para produzir artigo científico de sucesso. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 661-664, jul./set. 2017.
- PIAGET, J. **Seis estudos de Piaget**. Tradução de: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SANTOS, R. R.; FREITAS, L. S.; GOMES, H. F. Websites das bibliotecas universitárias como dispositivos de comunicação e potencializadores do acesso à informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 155-175, maio/ago. 2018.
- SCIELO. Scientific Electronic Library Online. **Sobre a rede SciELO**. São Paulo: SciELO, 2020. Disponível em: <https://scielo.org/pt/sobre-o-scielo/>. Acesso em: 16 out. 2020.

REFERÊNCIAS



TOMAÉL, M. I.; CATARINO, M. E.; VALENTIM, M. L. P.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SILVA, T. E.; ALCARÁ, A. R.; SELMINI, D.; MONTANARI, F. R.; YAMAMOTO, S.; ALMEIDA, C. C. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 13-35, jul./dez. 2001.

UNIDADE 3

AZEVEDO, I. B. de. **O prazer da produção científica**: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 4. ed. Piracicaba: Unimep, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, nov. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12225**. Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jun. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6034**: Informação e documentação – Índice – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jan. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**. Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mar. 2011a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mar. 2011c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027**. Informação e documentação – Sumário – Apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, jan. mar. 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022**. Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: Informação e documentação – Referência - Elaboração. Versão Corrigida 2:2020. Rio de Janeiro, c2018b.

BARBOSA, A. P. S.; DUTRA, K. B.; BRASIL, E. A. S. **Normas técnicas para trabalhos acadêmicos**. 4. ed. Canoas: ULBRA, 2013.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. (org.). **Manual de metodologia científica do ILES/ULBRA**. 3. ed. Itumbiara: ILÊS/ULBRA, 2013.

REFERÊNCIAS



- CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 36-55, jul./dez. 2011.
- DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 31-50.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAIA, R. T. A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 14, p. 1-8, dez./mar. 2007/2008.
- MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2012.
- PEREIRA, M. G. Dez passos para produzir artigo científico de sucesso. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília DF, v. 26, n. 3, p. 661-664, jul./set. 2017.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

UNIDADE 4

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**. Informação e documentação – Referência - Elaboração. Versão Corrigida 2:2020. Rio de Janeiro, c2018.
- AMADEU, M. S. U. dos S. et al. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: UFPR, 2017.
- BERNARDINHO, M. **Transformando suor em ouro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- BELTRÃO, O. **Correspondência**: linguagem & comunicação. 16. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- BLANCHOT, M. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

REFERÊNCIAS



BRASIL: Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d_5622.htm. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 72, p. 46-49, 15 abr. 2020.

BRZEZINSKI, I. Reconciliação integrativa sobre pesquisas de formação de professores. **Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, Zaragoza, v. 5, n. 4, p. 1-12, 2002.

BRZEZINSKI, I. Indicações sobre a formação de profissionais da educação no Estado de Goiás. **Estudos**, Goiânia, v. 30, p. 173-182, 2003.

BRZEZINSKI, I. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F. Normas técnicas e comunicação científica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências da Informação**, Campinas, v. 9, n. 12, p. 36-55, jul./dez. 2011.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001a.

DUARTE, N. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, 2001b.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 21. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2008.

HARTLEY, R. F. **Erros de marketing e sucessos**. Barueri: Manole, 2001.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

REFERÊNCIAS



LOUREIRO, A. B. S.; CAMPOS, S. H. **Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

MATTOS, L. A. de. **Primórdios da educação no Brasil**: o período heróico (1549-1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

METRING, R. **Neuropsicologia e aprendizagem**: fundamentos necessários para planejamento do ensino. Rio de Janeiro: Wark, 2014.

MOREIRA, D. A. (org.). **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2000.

NISKIER, A. **História da educação brasileira**: de José Anchieta aos dias de hoje. 1500-2010. 3. ed. São Paulo: Europa, 2011.

NIVEN, D. **Os 100 segredos das pessoas felizes**: descobertas simples e úteis dos estudos científicos sobre a felicidade. 14. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

OLIVEIRA, A. M. E. M. de; ORTEGA, J. M. de Q.; MOLOGNI, M. **Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste**. 3. ed. São Paulo: Unoeste, 2015.

OLIVEIRA, C. A. S. de. **A criança diagnosticada com TDAH**: e agora professor? 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

OLIVEIRA, P. F. de. **Medi(ca)r para universalizar**: o discurso médico-psicológico e a medicalização na educação. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 10, p. 147-167, jul. 2008.

SCHEIBE, L. Formação de professores e pedagogos na perspectiva da LDB. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 171-183.

SCHEIBE, L. Formação de professores: dilemas da formação inicial a distância. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 1, n. 2, p. 199-212, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, R. N.; BORBA, E. O. A importância da didática no ensino superior. **Revista Contemporânea de Negócios**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-29, 2011.

SIQUEIRA, F.; KARLMAYER-MERTENS, R.; FUMANGA, M.; BENEVENTO, C. **Como elaborar projeto de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ZABALZA, M. **O ensinamento universitário**: o cenário e seus protagonistas. Madrid: Narcea, 2002.

REFERÊNCIAS



UNIDADE 5

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028.** Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, nov. 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12225.** Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jun. 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6034.** Informação e documentação – Índice – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jan. 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DÉ NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719.** Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jun. 2011a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724.** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mar. 2011b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287.** Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011c.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024.** Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, mär. 2012a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027.** Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, jan. 2012b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnico e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, maio 2018a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023:2018:** Informação e documentação – Referência - Elaboração. Versão Corrigida 2:2020. Rio de Janeiro, c2018.
- ALHASHIM, D. D.; ARPAN, J. S. **International dimensions of accounting.** 3. ed. Boston: PWS-KENT, 1992.
- ALMEIDA, A. de. et al. (org.). **Manual de normalização para trabalhos científicos:** de acordo com as normas da APA. São Paulo: FECAP, 2016.
- ALMEIDA, L. B.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. Controladoria. In: CATELLI, A. (coord.). **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica – GECON. São Paulo: Atlas, 1999. p. 369-381.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Manual de submissão.** Revista de Administração Contemporânea – RAC. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

REFERÊNCIAS



- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Manual de publicação da American Psychological Association.** 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.
- BERNARDINHO, M. **Transformando suor em ouro.** Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- DIAS, W. O.; CUNHA, J. V. A.; CARMO, M. P. Plano de incentivo em opções de ações e a harmonização contábil: estudo do nível de *disclosure* das empresas brasileiras após o CPC 10. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 46, p. 29-38, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- JONES, G. R. Managing internal corporate entrepreneurship: an agency theory perspective. **Journal of Management**, v. 18, n. 4, p. 733-749, 1992.
- MAIA, R. T. A importância da disciplina de metodologia científica no desenvolvimento de produções acadêmicas de qualidade no nível superior. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 14, p. 8, dez./mar. 2007/2008.
- OLIVEIRA, A. M. E. M. de; ORTEGA, J. M. de Q.; MOLOGNI, M. **Normas e padrões para trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste.** 3. ed. São Paulo: Unoeste, 2015.
- PERRENOUD, P. A. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional, 1997.
- SAMPAIO, M. I. C. **Qualidade de artigos incluídos em revisão sistemática:** comparação entre latino-americanos e de outras regiões. 2013. 223 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, J. M. da. **Normas técnicas para elaboração de monografias de conclusão de curso.** Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; KACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana.** 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

MEU ESPAÇO

